

INT-2419

MINAR  
Instituto Latinoamericano de  
Planificación Económica y Social  
Santiago, febrero de 1968

CLASSES POPULARES E DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
(Contribuição ao estudo do "populismo")

Preparado por Francisco C. Weffort, de la División de Programación del Desarrollo Social. La organización de los datos estadísticos estuvo a cargo de los Sres. Joselín de la Maza y Ricardo Nuñez. Sólo para circulación interna.



## INDICE

	<u>Página</u>
INTRODUÇÃO .....	1
<u>Primeira Parte</u>	
I. CLASSES, PODER E DEPENDENCIA .....	12
1. Classes populares e politica .....	12
2. Participação economica e participação social .....	19
3. Dependencia e estrutura de poder .....	
II. ESTADO-NAÇÃO E PAISES DEPENDENTES .....	38
1. Oligarquia e liberalismo .....	41
2. As classes medias e a crise da oligarquia..	53
3. Crise da hegemonia oligárquica .....	60
<u>Segunda Parte</u>	
III. CRISE DA HEGEMONIA E EMERGENCIA POPULAR .....	66
1. Brasil: a crise da oligarquia e as novas classes .....	69
2. Democracia e autoritarismo .....	83
3. Estado: o compromisso e a crise .....	93
<u>Terceira Parte</u>	
IV. FORMAÇÃO DAS CLASSES POPULARES: POPULISMO, URBANIZAÇÃO E MIGRAÇÕES .....	103
1. Populismo e cidade .....	106
2. Populismo e "Mobilização Social" .....	111
3. "Mobilização" e classes populares .....	121
V. FORMAÇÃO DAS CLASSES POPULARES: POPULISMO E ESTRUTURA DE CLASSES .....	133
1. Mobilidade e comportamento politico .....	136
2. Crecimento do emprego e ampliação do consumo .....	139
3. Populismo, aliança de classes e dependencia	150
BIBLIOGRAFIA .....	162



## INTRODUÇÃO

Este trabalho se ocupa de um fato recente na historia de America Latina: a emergencia politica das "classes populares"<sup>1/</sup>. Em sua acepção mais ampla, o tema envolve as condições em que estas "classes" se formam no processo de mudança das estruturas sociais e surgem na cena politica como fator que interfere sobre o equilibrio -ou a transformação- das estruturas de poder vigentes.

Pretendemos, contudo, tomá-lo com a significação que lhe foi atribuída pela história destes últimos decenios e que vem acrescentar à sua conotação mais geral algumas especificações importantes. Neste periodo, o surgimento politico das classes populares significou, por um lado, uma dupla pressão sobre as estruturas vigentes: pressão sobre as estruturas do Estado no sentido da ampliação das possibilidades de participação popular na politica (em especial através do voto) como também na vida social (direitos sociais, educação, etc.); e pressão sobre as estruturas do mercado (tambem através da pressão sobre o Estado), particularmente no sentido da ampliação das possibilidades de participação no emprego e no consumo. Por outro lado, a emergencia politica das classes populares importou em alguma grau de efetiva incorporação aos quadros politico-institucionais vigentes, ou seja significou pressão popular no interior do regime politico vigente. De ambos os pontos de vista -o primeiro que

---

<sup>1/</sup> A expressão designa, de maneira provisória, a todos os setores sociais -urbanos ou rurais, assalariados, semi-assalariados ou não-assalariados- cujos niveis de consumo estão próximos aos mínimos socialmente necessários para a subsistencia. Uma forma de utilização empirica desta noção poderá ser encontrada no Capítulo V.

/diz respeito

diz respeito às direções básicas que assume a pressão popular, o segundo referente ao âmbito em que esta se exerce- a emergência popular é produto de um período histórico determinado e solidária com as peculiaridades do desenvolvimento social e político que nele se observa. E os movimentos e governos populistas,<sup>1/</sup> tal como poderão ser observados de maneira típica em países como o Brasil e a Argentina, terão sido talvez sua forma mais completa de expressão.

Entendido nestes termos, estamos perante um tema a conjugar no passado. Trata-se de um dos aspectos desta longa história de crise e de transformação que começa com os primeiros decênios deste século na maioria dos países do continente e que parece haver chegado ao seu término nestes últimos anos. Etapa de crise, sem dúvida, pois nasce das fundas rupturas que, depois da guerra de 1914-1918 ou da "grande depressão" de 1929, segundo os países, passam a minar as bases da velha sociedade latino-americana. Mas esta etapa foi também, e aqui encontraremos talvez sua peculiaridade, um período de crêça mais ou menos geral nas possibilidades -que pareciam surgir, e com êxito em algumas partes, do seio da própria crise- do desenvolvimento democrático e do desenvolvimento capitalista autônomo de América Latina. Hoje, porém, parece claro que esta etapa se encontra em encerramento e encerra-se, com algumas penas e poucas glórias, sem poder dar cumprimento aos projetos que engendrou. Deste modo, o que prossegue, embora em novas bases, é ainda a velha crise das velhas

---

<sup>1/</sup> Gino Germani, um dos pioneiros no estudo dos movimentos populares latinoamericanos, prefere a expressão "movimento nacional-popular". Neste trabalho usaremos sempre a designação "populismo" para referir a um tipo particular, não-revolucionário, de movimento nacional-popular.

estruturas; rejuvenecidas as estruturas pelos desenvolvimentos dos últimos decênios; renovada e aprofundada a crise pelo estancamento destes mesmos desenvolvimentos.

O surgimento político das classes populares retira deste quadro histórico sua significação peculiar: trará consigo -particularmente em suas formas populistas- alguns elementos contraditórios próprios do ambiente em que se forma. Aparece intimamente relacionado à crise da hegemonia oligárquica e das instituições liberais (sempre muito afins na história da América Latina) e à vigência de uma "democratization par voie autoritaire" (Touraine), típica de "regimes" como os de Vargas e Peron e também presente em outros movimentos populistas. Aparece também como expressão da debilidade inerente aos novos grupos dominantes quando tentam substituir a velha burguesia oligárquica nas funções de hegemonia e de domínio políticos num período em que pareciam abertas as possibilidades de desenvolvimento capitalista nacional. É finalmente uma expressão das peculiaridades da urbanização e da industrialização destes países capitalistas tradicionalmente agrários e dependentes.

Este trabalho limita-se, pois, a uma tentativa de exame do passado. Convém contudo reafirmar que se trata de um passado muito recente e que em muitas partes permanece ainda vivo e atuante em alguns de seus aspectos. A abertura da crise a qual nos referimos tem pouco mais de trinta anos e ainda mais recente é a emergência política popular. Em realidade, só a partir da década dos 40 (descontada a notável exceção do México) a incorporação das classes populares aos quadros institucionais passa a adquirir relevância como interferência -indireta, às vezes, mas sempre efetiva- sobre as condições de equilíbrio do poder. Sirvam de exemplos,

/para citar

para citar apenas os casos mais notórios além do Brasil e da Argentina a Guatemala nos períodos de Arevalo e de Arbenz, o Chile com a Frente Popular, a Bolívia com a revolução de 1952, sem falar nos casos, que já pertencem à nova etapa do movimento popular latinoamericano, da revolução cubana e da situação insurrecional vivida pela República Dominicana em 1965.

Limitados ao exame do surgimento popular nas formas populistas, excluimos de nossas pretensões a de realizar uma análise geral de America Latina. Tão recente e tão diversas são suas formas de manifestação que só um complexo programa de pesquisas poderia oferecer elementos para uma fundada interpretação de conjunto. Entre os diversos países e entre as diversas formas da emergência popular, há por certo muitas características comuns, o que por si assegura a possibilidade de algum tipo de generalização a qualquer análise particular. Não obstante, parece duvidoso que hajamos atingido um conhecimento histórico suficiente de cada país de modo a poder dar conta de alguns importantes diferenças de circunstância e de tradição nacionais, e assim acrescentar algo de significativo às idéias gerais já conhecidas. Preferimos, portanto, o caminho inverso de retomar e rediscutir, à luz de alguns casos mais amplamente conhecidos, algumas hipóteses gerais formuladas para todo o continente.

1. Ademais, o surgimento político das classes populares, examinado do ângulo do populismo apresenta algumas dificuldades adicionais. Uma delas vem de que o problema, por sua própria relevância, é ponto de confluência, e às vezes de confusão, de diferentes tradições intelectuais e ideológicas. Como fenômeno histórico, o populismo constitui sempre um impacto considerável

/sobre as



sobre as ideologias políticas modernas, em qualquer de suas tendências. Tanto para liberais como para socialistas -para só mencionar aquelas ideologias modernas que oferecem um horizonte para o conhecimento racional da história- o populismo apresenta uma significação extremamente duvidosa e perturbadora por sua especial capacidade de conciliar aspectos essencialmente contraditórios na perspectiva das leis que regem a sociedade capitalista e o Estado moderno. Como se sabe, por muito tempo o populismo foi visto por representantes destas tendências -em especial por aqueles mais influídos pela tradição européia- quase como um "equivoco histórico". Uma espécie de aberração da história que se apoiaria, essencialmente, na "inexperiencia democrática", ou na "inexperiencia de classe", das massas urbanas supostamente de origem agrária recente, e na "falta de princípios", ou na ilimitada capacidade de manipulação de alguns líderes.

Hoje, examinado o populismo com esta mínima distância permitida pela perspectiva histórica, é possível propor uma interpretação diferente. Contudo, haverá que compreender as raízes da perplexidade denotada nas caracterizações sumariamente aludidas anteriormente. Em verdade, governos como os de Peron e de Vargas são, a rigor, anti-liberais e anti-socialistas ao mesmo tempo. E como se isto não bastasse, são capazes de "usurpar" objetivos que "normalmente" poderiam imputar-se uns a liberais outros a socialistas, tais como a luta contra as oligarquias, a formação de uma burguesia urbana e a intensificação do desenvolvimento industrial, a expansão do sindicalismo e a liderança do comportamento operário, etc. Eis, portanto, um assunto sobre o qual será necessário voltar mais adiante, particularmente quando tenhamos que considerar de modo mais amplo o tema e as hipóteses deste estudo (Cap. I). Deixemos dito, contudo, que aí

/reside uma

reside uma das dificuldades reais para a análise da emergência política popular ao mesmo tempo que uma das fontes do interesse intelectual que pode ter o tema.

Um segundo problema -que está nas raízes do anterior- consiste em que a interpretação do tema particular obriga o exame, pelo menos em suas linhas gerais, das circunstâncias em que se abre a ruptura das bases desta especial formação social do capitalismo em América Latina que se tem convencido chamar, embora de maneira que nos parece inadequada, de "sociedade tradicional". A crise -que, como veremos no Capítulo II, é uma condição básica da emergência popular- será sempre o lento e difícil rompimento dos fundamentos de uma ordem social que chegou a enraizar-se de modo tão profundo em solo latinoamericano que pode por vezes sugerir a impressão equivocada de confundir-se com o próprio "modo de ser" dos países da região. Tão manifesta é a capacidade das velhas estruturas de persistir e de permeabilizar-se às novas forças sociais, tão consolidadas estiveram desde os últimos decênios do século passado até os primeiros deste, tal foi sua capacidade de, apesar de tudo, manter vivas certas tradições do período da Independência e, contraditoriamente, preservar também muito das relações sociais formadas no período colonial, que a chamada "sociedade tradicional" pode, paradoxalmente, fazer esquecer as condições de sua própria formação nos quadros do sistema capitalista internacional e apresentar-se como se aí estivesse desde sempre.

As classes populares surgem no bojo da crise desta "sociedade capitalista dependente" e não poderiam permanecer infensas às circunstâncias que presidem sua formação. É nas peculiaridades desta formação social que deverão ser buscadas as explicações fundamentais para as características do comportamento popular durante o período populista.

/Estas peculiaridades

2. Estas peculiaridades são evidentemente distintas de país para país, o que nos obriga a estabelecer desde agora o sentido e as limitações que assumem neste trabalho as referências comparativas entre os casos do Brasil e da Argentina. Cumpre reconhecer, que ambos os países possuem um conjunto significativo de características comuns. Uma destas, e da maior importância para nossos objetivos, reside no fato de que em ambos os casos o surgimento político das classes populares se encontra essencialmente vinculado à formação de governos e movimentos sociais constitutivos do que poderíamos designar como um "sistema populista"<sup>1/</sup>: estrutura institucional de tipo autoritário e semi-corporativa; orientação política de tendência nacionalista, anti-liberal e anti-oligarquica; orientação econômica de tendência nacionalista, estatista e industrialista; composição social policlassista mas com apoio majoritário das classes populares.

Em ambos os países, a formação deste "sistema" está condicionada, por um lado, pela crise da economia de exportação e pela reorientação para as atividades industriais, que assinalam o período posterior aos anos 30; e por outro, pela crise de hegemonia da burguesia oligarquica e do sistema institucional liberal vigente na etapa histórica anterior. Depois da crise da ordem oligarquica frustam-se as tendências restauradoras presentes em ambos os países, do mesmo modo que os movimentos populistas mostram-se incapazes de liquidar, mesmo quando no governo, com as bases de poder dos grupos oligárquicos remanescentes.

---

<sup>1/</sup> Como tudo o que se refere ao populismo esta expressão deve ser tomada provisoriamente. Um dos temas de nosso trabalho é exatamente o da impossibilidade do populismo como sistema político.

Do ponto de vista que interessa mais diretamente a situação social e política das classes populares emergentes nos dois países no período populista, haveria que observar, por um lado, seu caráter predominantemente urbano e, por outro, que a incorporação política destas massas se faz "de cima", ou seja por partidos ou líderes de "classes superiores" que previamente controlam as funções de governo. São geralmente as mesmas, em ambos os casos, as circunstâncias de política internacional intervenientes e ambos os processos ocorrem aproximadamente à mesma época.

Evidentemente, Brasil e Argentina se assemelham a muitos outros países de América Latina por algumas ou várias das características mencionadas. E a semelhança não é por certo meramente casual. Em realidade, se o processo de surgimento político das classes populares pode ser pensado, pelo menos ao nível mais geral, como um fenômeno comum a todos ou quase todos os países da região, isto se deve às similitudes básicas de sua formação histórica na "periferia" do mundo capitalista. Em outras palavras, deve-se à dinâmica das leis mais gerais que regem as relações sociais nos países dependentes.

Não obstante, seria difícil encontrar algum outro país latinoamericano que apresente o conjunto das características mencionadas para o Brasil e Argentina. Na história de vários deles será possível encontrar tendências populistas ou mesmo governos populistas (a situação mais próxima seria talvez a da Guatemala entre 1945 e 1954). Contudo, seria pouco provável o reencontro daquele conjunto de traços que permitiriam descrever, senão definir, um "sistema" populista. Veja-se, por exemplo, o Chile nos períodos de Arturo Alessandri, da Frente Popular e do segundo governo Ibañez, da mesma forma que setores do FRAP e da Democracia Crista atuais;

/ o Peru

o Peru para as primeiras etapas do APRA ou algumas tendencias do atual governo de Belaunde Terry; a figura de Gaitán e também, em certo sentido, o governo de Rojas Pinilla na Colombia; o breve periodo de Bosch na República Dominicana (onde se forma rapidamente um movimento nacional-popular revolucionário que deixa muito atraz a liderança populista). De todos modos, são tendencias ou aspectos dentro de um quadro politico geral que dificilmente se assimilaria em conjunto ao anteriormente indicado para Argentina e Brasil. Se é possível referir-se ao populismo como um fenomeno geral na America Latina dependente, haveria que admitir que estes dois paises pareceriam constituir um caso extremo de algumas possibilidades históricas verificadas em outros paises da região e que, portanto, seu exame poderia oferecer elementos para o estudo das situações aí verificadas.

Importa, contudo, reconhecer que as referencias que vimos fazendo a situação de dependencia partilhada pelo comum dos paises latinoamericanos possui um carater excessivamente geral para os fins que temos em vista. Por um lado porque, como Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto propõem em ensaio recente, são várias as formas de dependencia verificadas em America Latina e estas diferenças afetam, por vezes de maneira muito manifesta, as estruturas politicas nacionais. Por outro lado, ainda para considerar somente os casos do Brasil e da Argentina, haveria que registrar algumas diferenças básicas de formação e de tradição nacional que introduzem algumas significativas mudanças no referido quadro de características comuns.

3. Este último aspecto merece alguma atenção nesta introdução, dada a relativa frequencia de referencias comparativas entre Brasil e Argentina

/a ser

a ser encontrada neste trabalho. Uma primeira e fundamental diferença de formação histórica do Brasil comparado com vários países de tradição espanhola está em que o modo da incorporação do Brasil no século XIX ao sistema capitalista contemporâneo da Revolução Industrial se encontra radicalmente influido pelo fato de haver sido nos séculos anteriores a peça central do sistema colonial português. Nenhum outro país de fala castelhana será, neste sentido, mais diferente do Brasil que a Argentina que permaneceu como área marginal no interior do sistema espanhol durante boa parte do período colonial. Deste modo, o capitalismo encontrará no século XIX argentino o terreno praticamente aberto para sua expansão (com a ressalva das populações do interior vinculadas tradicionalmente ao vice-reinado do Perú), enquanto que no Brasil esta expansão deverá, de algum modo, pagar o preço do imenso "passivo" colonial expresso nos setores agrários decadentes, no tamanho da população rural das áreas de antiga colonização, etc.

Segundo nos parece, estas diferenças de formação<sup>ção</sup> as raízes mais distantes para algumas importantes distinções entre os dois países no referente ao tema em questão, como em relação a muitos outros. Mencione-se entre estas peculiaridades nacionais a enorme importância que assume na Argentina, muito mais que no Brasil, a imigração estrangeira na composição das "classes médias" e das classes populares no período do regime oligárquico. E isto tem algo a ver com a maior individualidade política conseguida pelos movimentos de classe média argentinos frente à oligarquia, quando comparados com os movimentos das classes médias brasileiras de antiga formação. Refira-se também à importância, maior na Argentina, da classe operária no conjunto das classes populares, fator.

/que não está

que não está de todo alheio ao importante papel desempenhado pelo sindicalismo argentino durante o período peronista e à maior amplitude social das alianças de classe que compõem o populismo brasileiro.

Dar conta de todas estas diferenças, ainda no quadro das muitas semelhanças existentes, exigiria um exame histórico detalhado de cada um dos países que não esteve em nossas possibilidades realizar. Deste modo, exceto para os dois primeiros capítulos cujo caráter permite uma pretensão generalizadora, as comparações reduzem-se a referências tópicas. Orientamo-nos, no essencial, pelas características do caso brasileiro, aparecendo as referências à Argentina mais como contraponto que cumpre a função de ajudar ao esclarecimento dos temas em discussão do que de acrescentar algo ao já conhecido pelos historiadores, cientistas políticos e sociólogos argentinos. Reconhecidamente limitada, esta perspectiva comparativa tem, quando menos, a utilidade de discutir, à luz da situação brasileira, algumas hipóteses formuladas para toda América Latina a partir principalmente da história recente da Argentina, um dos países melhor estudados dentre os do continente.

Capítulo I

CLASSES, PODER E DEPENDENCIA

Fenomeno dos mais recentes na história latinoamericana, só nos últimos anos o surgimento das classes populares na cena politica passou a constituir-se em tema de alcance geral para os sociólogos e os cientistas politicos de America Latina. São poucos os estudos disponíveis sobre a materia, quase todos ainda ao nível da proposição de hipoteses ou de ensaio. Não obstante, o assunto constitui desde os primeiros decenios deste século uma das preocupações da sociologia politica europeia e, como veremos, com grande influencia sobre o ponto de vista mais comum entre os latinoamericanos ao tratar o problema. Uma discussão, embora rápida, das perspectivas através das quais a presença popular na politica se constitui em tema de estudo poderá servir como introdução para este capítulo que se ocupa com a apresentação das hipoteses gerais de nosso trabalho.

1. Classes populares e politica

Uma das origens deste como de outros temas que hoje ocupam as atenções gerais dos pesquisadores latinoamericanos, está nas reflexões de alguns pensadores e sociologos europeus que dirigem-se para o estudo das relações entre a presença das massas na politica e a profunda crise por que passa a democracia liberal a partir do primeiro após-guerra. Esta era vista, como se sabe, sob a ameaça da expansão do fascismo e também da vitoriosa revolução russa com suas notáveis repercussões sobre o movimento revolucionário europeu. E ambas as orientações politicas, apesar de seu radical antagonismo, tendiam a ser identificadas, na

/perspectiva liberal



perspectiva liberal da época, pelo apoio que conseguem, cada uma a seu modo, na "rebelião das massas" e pelos seus efeitos disruptivos, embora em direções totalmente distintas, sobre a ordem institucional formada nas matrizes do liberalismo.

Surtem neste contexto alguns dos temas mais caros à sociologia e à ciência política inspiradas nos valores liberais. Referimo-nos à preocupação com a crise do "público" democrático e racional e com a tendência à sua substituição pelas "situações de massa" carregadas de emocionalidade, com a crise do equilíbrio dos poderes e com a desmoralização dos parlamentos e a tendência à hipertrofia dos executivos, com a emergência de formas de autoritarismo político massivo<sup>1/</sup>. É este também o contexto intelectual em que Mannheim formula a noção de "democratização fundamental da sociedade", que reformulada através de conceito de "mobilização social" influencia, como veremos, a maior parte dos estudos latino-americanos sobre o comportamento político das classes populares: "... a sociedade industrial moderna põe em ação aquelas classes que anteriormente só jogaram um papel passivo na vida política"<sup>2/</sup>. É esclarece: "Hoje um número crescente de grupos sociais pressionam por participar no

---

<sup>1/</sup> Entre os primeiros proponentes desta temática mencione-se a Karl Mannheim (em particular, Man and Society in an Age of Crisis, Routledge & Kegan Paul Ltd., London, 1940) e Ortega y Gasset em La Rebelion de las Masas. Mais recentemente uma ampla revisão destes temas foi procedida por William Kornhauser, The Politics of the Mass Society, Routledge and Kegan Paul, London, 1960. Na América Latina, Gino Germani retoma esta linha de problemas em Política e Massa, Edições da Revista Brasileira de Estudos Políticos, Faculdade de Direito de Minas Gerais, 1960, pags. 69 e seguintes.

<sup>2/</sup> Mannheim, op. cit., pg. 44.

controle social e político e reivindicam a representação de seus próprios interesses. O fato de que estes grupos sociais venham de massas intelectualmente atrasadas é uma ameaça àquelas elites que antes procuraram manter as massas a nível intelectual baixo enquanto puderam supor que a ignorância das massas conduziria a seu afastamento da política. Mesmo os ditadores atuais se esforçam, depois de terem chegado ao poder, em amortecer o impulso de ação daquelas massas cujas energias recentemente mobilizadas lhes permitiram ascender à sua posição presente. Evidentemente, isto pode ter êxito por algum tempo, mas a longo prazo o sistema industrial conduz a um modo de vida que constantemente revigora as massas e na medida em que, de um modo ou de outro, elas tomem parte na política, suas insuficiências intelectuais e mais especialmente suas insuficiências políticas passam a ser de preocupação geral e ameaçam as próprias elites". "Na medida em que a democracia foi apenas uma pseudo-democracia, no sentido de que garantiu primeiro o poder apenas a um pequeno grupo de proprietários e de pessoas educadas e apenas gradualmente ao proletariado, ela conduziu ao crescimento da racionalidade embora isto não representasse mais que a representação racional de seus próprios interesses. Mas desde que a democracia torna-se efetiva, isto é desde que todas as classes puderam tomar um papel ativo, ela transformou-se de modo crescente no que Max Scheller chamou uma "democracia de emoções"<sup>1/</sup>.

Na sociologia de Mannheim, esta temática chega a atingir o cerne do liberalismo político clássico e também de seus supostos econômicos, obrigando sua reformulação e abrindo caminho às teorias da planificação

---

<sup>1/</sup> Mannheim, op. cit., pag. 45.

democrática. Não podemos nos esquecer enfim que a época é de expansão dos monopólios, que põe em questão as teorias clássicas sobre o equilíbrio imanente da economia, e por outra parte, a crise política chega a por em dúvida a própria concepção de uma racionalidade do Estado<sup>1/</sup>.

Aplicada à Europa (ou aos Estados Unidos) de após a Segunda Guerra Mundial, esta temática perdeu, sem dúvida, muito de sua força com a derrota do fascismo, com a intensificação do desenvolvimento econômico e com as mudanças sofridas neste período pela antiga estrutura institucional liberal. Permanece em alguns a inspiração<sup>2/</sup>, mas o fato é que os aspectos políticos da situação européia perderam, pelo menos do ponto de vista liberal, muito do dramatismo que tiveram na etapa anterior. Hoje, a expressão "sociedade de massas", por exemplo, é relacionada por muitos autores diretamente com "sociedade de consumo", "affluent society", "sociedade industrial", etc., e parecem quase esquecidas suas acepções políticas anteriores. E no plano do comportamento popular, as idéias de maior impacto enfatizam menos suas potencialidades de ruptura que sua acomodação a ordem vigente. As atuais "situações de massa" importam menos como ameaça a ordem política que como expressão de uma "despoliti-zação" por que estariam passando as classes sociais européias, inclusive

---

1/ Ver Karl Mannheim, Libertad, Poder y Planificación Democrática, Fondo de Cultura Económica, Mexico, 2a. edição, 1960.

2/ Kornhauser, por exemplo, declara a intenção de seu livro com as seguintes palavras: "O argumento central deste estudo é que na medida em que uma sociedade é uma sociedade de massas ela será vulnerável a movimentos políticos que objetivam destruir as instituições liberais democráticas; na medida em que seja uma sociedade pluralista, estas instituições se fortalecerão". Kornhauser, op. cit., pg. 7.

a classe operaria<sup>1/</sup>.

Esta mudança da temática tem, evidentemente, muito que ver com o ponto de vista predominante atualmente na sociologia e na ciência política latinoamericana sobre o problema em exame. Não obstante, o que importa assinalar agora é que se bem a original inspiração liberal do tema tenha perdido relevo nos "países avançados", parece certo que, com todas as ressalvas naturais ao caso, ganhou muita significação quando se trata dos "países subdesenvolvidos" de América Latina e Ásia e dos "estados novos" de África. Mudou, por certo, o contexto histórico, o que de si obriga inevitáveis adaptações, e mudou também, embora em menor grau, o contexto teórico, com as reorientações teóricas sofridas pela sociologia e pela ciência política. Contudo será sempre possível encontrar, de maneira explícita nos trabalhos de Germani e Deutsch, que estão entre os primeiros a ocupar-se do tema, do mesmo modo que mais recentemente, em David Apter e Reinhard Bendix, os elementos básicos daquela temática liberal<sup>2/</sup>. Elementos que se encontram implícitos em muitos, ou quase todos, os trabalhos conhecidos sobre o assunto.

---

1/ A propósito desta reorientação temática veja-se José Medina Echavarría, "Las relaciones entre las instituciones sociales y económicas", em Filosofía, Educación y Desarrollo, Siglo Veintiuno Editores S.A., México, 1967. Ver também Raymond Aron, La lutte des classes, Ed. Gallimard, 1964.

2/ Gino Germani, Política y sociedad en una época de transición, Ed. Paidós, Buenos Aires, 1965; Karl Deutsch, "Social Mobilization and Political Development", The American Political Science Review, September, 1961, Nº 3; Reinhard Bendix, Nation-Building and Citizenship, John Wiley & Sons, New York, 1964; David E. Apter, The Politics of Modernization, The University of Chicago Press, Chicago, 1965.

/Não obstante,

Não obstante, em seu novo contexto, o velho tema do surgimento político das classes populares reaparece, como veremos, com outra linguagem e outras conotações. Na América Latina, em geral desde o segundo após-guerra, os temas dominantes estão todos relacionados a idéias como desenvolvimento, democratização e modernização. No que se refere à relação entre classes populares e política, o problema já não se constitui apenas do ponto de vista de uma sensibilidade liberal cujos valores e instituições se vêm ameaçados, mas se constitui também de um ponto de vista mais amplo que diz respeito (qualquer que seja o sentido que se atribua a esta expressão) aos chamados "problemas do desenvolvimento". Ou seja, os temas se constituem no confronto, implícito ou explícito, entre as sociedades "tradicionais", "subdesenvolvidas" ou "pré-capitalistas" (segundo a postura teórica e ideológica que se adote) de América Latina e as sociedades "modernas", "desenvolvidas" ou "capitalistas" de Europa e Estados Unidos. A observação vale tanto para as sociologias da modernização quanto para as teorias do desenvolvimento econômico. E não está muito longe da verdade ao indicar a postura intelectual básica de amplos setores da esquerda latinoamericana que buscaram neste período orientar sua ação e seu conhecimento através da teoria da "revolução democrático-burguesa".

Faz-se desnecessário para os objetivos deste capítulo qualquer consideração sobre as diferenças teóricas (e ideológicas), de resto bastante conhecidas, existentes entre estas concepções sobre a situação de transição em América Latina. O que pelo contrário, poderia ter algum interesse, em razão dos percalços sofridos por estas teorias perante as peculiaridades vividas pelos países dependentes, seria por em destaque

/alguns de

alguns de seus elementos comuns. Uma primeira observação a fazer é que no confronto entre "países atrasados" e "países avançados" -qualquer que seja a concepção que se tenha de cada um destes "momentos"- a transição é sempre suposta como passagem necessária de um "polo" (também "etapa" ou "modelo") a outro. A segunda observação -que como a primeira não pode aqui ir além de uma referência sumária- é que neste confronto entre "etapas históricas", ou entre "modelos" referidos a situações objetivas, tende a desaparecer, pelo menos em aparência, qualquer inspiração ideológica da temática sobre a situação de transição. No âmbito interno de cada uma destas concepções, o padrão de racionalidade estaria dado por juízos, supostamente objetivos, sobre a realidade do mundo "desenvolvido", "moderno" ou "capitalista", e aparentemente nada teria a ver, como no caso da temática liberal referida anteriormente, com a crença em valores políticos ou morais que se busca defender ou que se aspira realizar. Diante dos manifestos contrastes entre "países avançados" e "países atrasados" parece embotar-se a sensibilidade ideológica em geral para adquirir relevo uma "sensibilidade moderna" que se pretende fundada puramente em juízos racionais e científicos. Para a teoria da modernização, do mesmo modo que para a teoria da revolução democrático-burguesa sobre a passagem do "precapitalismo" ao "capitalismo", a sociedade moderna e capitalista é sempre concebida de modo racional, o que não significa necessariamente que seja melhor. Talvez se possa falar de "desenvolvimento" como de uma ideologia, mas isto se deve, segundo nos parece, muito menos ao modo de conceber o desenvolvimento do que à frequente associação entre esta teoria e certas tendências ideológicas ao estilo do nacionalismo e do populismo. Enfim, diante dos "desequilíbrios" e das /"irracionalidades" percebidas

"irrationalidades" percebidas nos "países atrasados" quando comparados com os "países avançados" tendem a obscurecer-se os conteúdos ideológicos subjacentes a qualquer das perspectivas mencionadas e a por-se em destaque o que elas tem de comum: sua filiação à "modernidade".

## 2. Participação Económica e Participação Social

Neste novo contexto, o surgimento político das classes populares tem sido considerado mais como um aspecto do processo de desenvolvimento da democracia -que se supõe em curso e acompanhando a modernização, o desenvolvimento económico ou a ascensão da burguesia industrial- que como uma ameaça manifesta a uma ordem "democrática" já estabelecida. Daí que um autor como Germani prefira definir as últimas etapas de seu conhecido esquema do desenvolvimento político latinoamericano em termos de níveis diferenciais de participação numa "democracia representativa" que se supõe constante: "democracia representativa com participação restrita", "democracia representativa com participação ampliada" e finalmente "democracia representativa com participação total"<sup>1/</sup>. Reconhecendo de maneira explícita a inspiração do "modelo europeu", o autor não esquece, contudo, as peculiaridades latinoamericanas. Ocorre, porém, que estas tendem necessariamente a ser tomadas à conta de "desvios" a um padrão de

---

<sup>1/</sup> As tres etapas iniciais são: 1) Guerras de libertação e proclamação formal da Independência; 2) Guerras civis, caudilhismo, anarquia; 3) Autocracias unificadoras. Ver Germani, Política Y sociedad, pag. 147 e seguintes.

desenvolvimento político supostamente comum<sup>1/</sup>. Daí que a interpretação do comportamento popular sob formas populistas deva recorrer às diferenças de sequencia e de rapidez dos processos de mudança entre América Latina e Europa que caracterizariam a particular assincronia da transição, ou a noções negativas como "falta de experiência política" ou "falta de experiência de classe"<sup>2/</sup>. Hipóteses que, como veremos no Capítulo IV deste livro, se bem tenham o mérito de chamar a atenção para os temas da "mobilização" e da "participação", assumem, de um ponto de vista histórico, um valor interpretativo por vezes duvidoso.

Para que tenhamos mais amplamente esboçado o campo desta nova temática, seria ainda interessante referir alguns problemas derivados de observações sobre as modernas "sociedades de massa", onde a valorização do consumo haveria atingido uma relevância para o entendimento do comportamento social que não se poderia suspeitar nas primeiras etapas do capitalismo. Tomemos, por exemplo, a utilização da noção de "efeito de demonstração", através do qual se pretenderia explicar uma pressão popular sobre o consumo que assumiria nos "países atrasados" características semelhantes às observadas

---

1/ "até aqui o esquema que se tratou de formular não é novo por certo. É fácil reconhecer nele um processo análogo ao que conduziu à sucessiva ampliação da base política das democracias ocidentais, através da integração dos estratos populares e da sucessiva extensão dos direitos civis, políticos e sociais por meio do sufrágio político, do welfare state e do consumo de massas, fase mais avançada do desenvolvimento econômico. (...) Mas a transição apresenta nos países de desenvolvimento posterior -como no caso de América Latina- características diferenciais de essencial importância. É sobretudo para estas características que devemos dirigir-nos se queremos compreender o comportamento político dos estratos populares". (Germani, op. cit., pg. 152).

2/ Germani, op. cit., especialmente pgs. 241-242.

/nos "países



nos "países avançados". E relacionado com este tema encontraremos também a preocupação com a significação econômica e política do "redistributismo", frequentemente associado a políticas de tipo populista, e também com os "desníveis" entre participação econômica e participação social nos "países atrasados".

A preocupação com o tema do comportamento do consumidor é, por certo, mais difundida entre economistas que entre sociólogos. Para os primeiros um problema de interesse seria o de saber que significação poderia assumir o "redistributivismo", que afeta a capacidade de capitalização e a amplitude de mercado, no referente às possibilidades de desenvolvimento econômico de um país. Do mesmo modo que devemos também aos economistas as conhecidas hipóteses sobre o crescimento "hipertrofiado" do setor terciário que nos coloca de modo indireto um problema semelhante: o crescimento dos setores produtivos pareceria menor que o crescimento das pressões urbanas sobre as possibilidades de consumir. De todos modos, os sociólogos e cientistas políticos, embora mais preocupados com a explicação do comportamento popular, não ficaram alheios ao assunto, pois o crescimento das pressões sobre as possibilidades de participação econômica encontra-se de algum modo associado à ampliação das possibilidades de participação política.

A propósito, Alain Touraine considera de fundamental importância para o entendimento da situação operária no Brasil as diferenças de ritmo entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento político. Em estudo sobre a classe operária paulista, diz que "a nova massa operária se distingue das categorias européias correspondentes, de fins do século XIX, menos por seu nível econômico que por seu lugar na sociedade. Ao invés de

/uma extensão

uma extensão progressiva da democracia política, das reformas sociais e da produção econômica, o Brasil conheceu uma ruptura brutal com a democracia limitada, dominada pelos grandes proprietários, ao mesmo tempo que a eclosão de centros urbanos do maior modernismo e onde os meios de massas assumem uma importância comparativamente maior que nos velhos países industriais europeus"<sup>1/</sup>. "A característica essencial da sociedade urbana brasileira é com efeito a defasagem entre a vida econômica e a vida social e cultural. Na Europa, a democracia social foi lentamente conquistada pela classe operária e o consumo de massas só apareceu recentemente, isto é após uma longa história de desenvolvimento econômico e de transformações políticas"<sup>2/</sup>. E acrescenta: "Se fosse necessário definir sociologicamente, e não apenas economicamente, os países sub-desenvolvidos ou mais exatamente em vias de industrialização, em relação aos países de industrialização mais elevada e mais antiga, seria esta defasagem, este maior desenvolvimento da democracia ou da cultura de massa sobre o desenvolvimento econômico, que deveria ser considerada como o fato fundamental"<sup>3/</sup>. E Torcuato Di Tella

---

1/ Alain Touraine, "Industrialisation et conscience ouvriere a Sao Paulo", Revue de Sociologie du Travail, 4/61, pgs. 85/86.

2/ Alain Touraine, idem, pg. 86.

3/ Alain Touraine, idem, pag. 87.

faz considerações semelhantes ao analisar, em estudo recente, as condições do populismo<sup>1/</sup>.

Seria demasiado para os fins deste trabalho entrar a discutir em detalhe estas hipóteses que assumem aqui a única função de ajudar a esboçar os marcos de uma temática de estudo. O que importa ter presente é que se bem estas e outras hipóteses similares dirigidas à explicação do comportamento político popular, ainda mantenham um amplo poder sugestivo para a pesquisa, pareceria chegado o momento de começar a revisão das perspectivas em que elas aparecem. Segundo nos parece, as teorias bipolares e lineares sobre a transição latinoamericana -sociedade tradicional-sociedade moderna, subdesenvolvimento-desenvolvimento, pre-capitalismo-capitalismo- estão começando a por em evidencia os limites de sua capacidade de explicação dos fatos observados na atual situação de America Latina.

---

<sup>1/</sup> "Os meios de comunicação de massas elevam os níveis de aspiração de seu público, em particular nas cidades e no caso das pessoas educadas. É o que com acerto se chamou de revolução das aspirações. (...) Quando se abrem as válvulas de uma sociedade tradicional ninguém pode prever quanta pressão buscará saída. O processo é relativamente repentino devido a que certos efeitos da modernização estão movidos por uma grande energia, em particular os vinculados com a elevação das aspirações, cuja implantação é relativamente fácil e barata. O rádio, o cinema e os ideais dos direitos do homem e as constituições escritas se difundem com grande velocidade, certamente maior que aquela de que se dispôs na experiência européia dos últimos séculos. Não obstante, a expansão econômica permanece atrasada, abafada pela explosão demográfica, pela falta de capacidade organizativa ou pela dependência com relação aos mercados externos e ao capital estrangeiro, ou ainda por esforços prematuros em favor da redistribuição. Necessariamente se produz um beco sem saída quando as aspirações se elevam acima das possibilidades de satisfação", Torcuato Di Tella, "Populismo y Reforma en América Latina", Revista Desarrollo Económico, abril-junio, 1965, Vol. 4, Nº 16, pgs. 393-394.

Convem esclarecer que está longe de nossa intenção qualificar a estas teorias como estranhas a America Latina, pois em realidade, nenhuma delas poderia ser rigorosamente considerada alheia às vicissitudes por que passou a sociedade latinoamericana nos últimos decenios. De um ponto de vista histórico, estas são perspectivas tão "latinoamericanas" -ou tão universais- quanto qualquer outra possível. Se os intelectuais latinoamericanos, e independentemente de qualquer postura ideologica determinada, tiveram que examinar America Latina do século XX em termos de uma comparação nem sempre muito adequada com a Europa do século XIX, do período da expansão burguesa e da formação da "democracia ocidental", isto se deve a que em alguns aspectos America Latina parecia repetir -embora com o que se supunha serem inevitáveis "desvios"- fases anteriores da historia européia.

Hoje, contudo, diante da crise, manifesta na maioria dos países latinoamericanos, dos processos de democratização e de desenvolvimento nacional -ou seja com a frustração das chamadas "burguesias nacionais"- já não há como evadir ao desafio posto pela situação de America Latina a estas arraigadas tradições teóricas. Já hoje é difícil entender esta fase da historia latinoamericana como transição para uma sociedade "urbano-industrial" que mesmo onde conseguiu desenvolver-se com algum êxito, na Argentina e no centro-sul do Brasil por exemplo, não conseguiu negar que seus pontos de apoio básicos ainda residem no campo e nas economias de exportação. Ademais, o suposto do desenvolvimento capitalista nacional parece tornar-se bastante duvidoso quando se observa que o industrialização passa a associar-se a capitais externos para prosseguir e não consegue

/recusar o

recusar o fato da dependencia do conjunto da economia em relação aos mercados externos<sup>1/</sup>.

Periodo de desenvolvimento, de democratização e de modernização que parece concluir pela frustração de seus próprios projetos, esta etapa histórica coloca para qualquer das teorias mencionadas um desafio. Momento de encerramento de um periodo, este é também um momento de revisão das concepções criadas em America Latina nestes últimos decenios. Os temas históricos propostos permanecem apesar de tudo. Entre estes, o tema do surgimento das classes populares à cena politica, e sua dupla pressão sobre as estruturas do Estado e do Mercado. Localizados num ponto de passagem entre uma visão de America Latina que se esgota por insuficiente e outra que apenas começa a constituir-se, entre uma fase histórica que termina pela frustração de seus projetos e outra que apenas inicia a formular seus caminhos, não nos seria possível ignorar o passado, intelectual e histórico, em que nos formamos e que, evidentemente, estará de algum modo presente no transcurso deste estudo. Daí que frequentemente nos vejamos obrigados à critica, implícita ou explícita, das concepções que tiveram vigencia até aqui e sobretudo a comparações com a história européia que por vários motivos seria de evitar-se.

---

<sup>1/</sup> Sobre este ponto, ver o ensaio de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, Dependencia y Desarrollo en América Latina (Ensayo de Interpretación Sociológica), I.L.P.E.S., Santiago, outubro de 1967, especialmente partes II e VI.

### 3. Dependencia e Estrutura de Poder

America Latina nasce e se desenvolve sob o influxo da formação e consolidação do capitalismo. Esta afirmação, que não contém em si mesma nenhuma novidade tantas e tantas vezes provada pelos historiadores das mais diferentes tendencias e especialidades, necessita contudo ser lembrada quando se trata de buscar uma nova perspectiva para o entendimento dos problemas latinoamericanos, tendo sua origem como área de dominio colonial de Espanha e Portugal e tendo passado, após ruptura do sistema colonial, a área de dominio imperialista da Inglaterra e depois dos Estados Unidos, os países latinoamericanos nasceram e se desenvolveram nos quadros da relação de subordinação exigida pela expansão mundial do sistema capitalista.

Aí se encontra a radical originalidade de America Latina dentro dos marcos do sistema. Entendamo-nos bem: não se trata aqui apenas de um "vicio" de origem nem meramente da constatação da desigualdade nas relações entre países. Trata-se de chamar a atenção para a especificidade básica dos países latinoamericanos. Formados como Estados nacionais no âmbito da crise do sistema colonial e no contexto da emergencia de um novo sistema de dominação internacional, os países latinoamericanos são originaria e constitutivamente dependentes. Isto significa dizer que o que se designa como "situação de dependencia" -e que evidentemente tem sua raiz na subordinação aos "países dominantes"- envolve, por um lado, o modo da relação dos países latinoamericanos com o exterior e, por outro, o modo de organização interna de suas estruturas sociais, economicas e politicas. Em outras palavras: sistema capitalista em formação conforma as sociedades coloniais de maneira adequada às exigencias de /seu crescimento.

seu crescimento. Com a Independência, que como se sabe está associada à mudança das relações internacionais de dominação, instala-se e se desenvolve a ambiguidade que constitui os atuais "países dependentes": -autonomia política e dependência econômica-. Ambiguidade cuja estrutura interna se trata de desvendar<sup>1/</sup>.

Nestas condições, não é sem motivo que os intelectuais e políticos, e de qualquer posição ideológica, se vêm como que condenados a referir seu conhecimento e sua ação a Europa e Estados Unidos. A referência aos "países dominantes" é obrigatória, seja nas variadas posturas de deslumbramento ante as "sociedades modernas" -deslumbramento que vem desde o período da Independência e, diga-se de passagem, antes com maior eficácia do que hoje-, seja na atitude de recusa da dependência e de busca autônoma do desenvolvimento que constitui, desde os anos 20, um dos núcleos do nacionalismo latinoamericano.

Do mesmo modo, é certo que, como parte dependente do sistema capitalista, os países latinoamericanos não podem ser compreendidos sem referência às leis fundamentais do sistema do qual fazem parte. Todo o problema está em saber qual o modo adequado de aplicação destas leis. O procedimento mais usual entre os estudiosos destes países tem consistido em aplicar estas leis sem tomar em consideração a radical circunstância da dependência latinoamericana, imputando exatamente o que é peculiar a estes países à conta de "desvios" de uma matriz de formação

---

<sup>1/</sup> Sobre a noção de "dependência" veja-se o ensaio, já citado, de Cardoso e Faletto e o estudo de Anibal Quijano, Dependencia, Cambio Social y Urbanización en Latinoamérica, CEPAL, Santiago, 1967.

históricamente pretensamente comun. Segundo nos parece, este procedimento contém um equívoco: não propriamente o de tratar de entender os países latinoamericanos nos termos das leis gerais do sistema capitalista, mas exatamente o de confundir a vigência destas leis com a formação histórica européia e pretender examinar os "países dependentes" como se fossem "países dominantes atrasados". Equívoco grave do ponto de vista histórico pois supõe que as leis sociais e económicas do capitalismo só podem ter a forma de expressão que se observa na formação do capitalismo europeu (e americano), ou seja dos países que se constituíram na origem e centro do sistema.

Dai os inevitáveis desajustes das análises que buscam entender o desenvolvimento político de América Latina nos últimos decênios por comparação com o "modelo" de formação da democracia liberal que apenas consegue expressar as linhas mais abstratas de um processo histórico extremamente complexo que se estende desde o século XVII até os primeiros decênios de século XX. Do mesmo modo que aí encontraremos a raiz de alguns problemas interpretativos que se podem encontrar nas análises sobre o movimento popular latinoamericano informadas nas teorias sobre o comportamento da classe operária européia de fins do século passado e inícios deste.

Neste estudo que se interessa pelas condições da emergência política das classes populares algumas peculiaridades da formação política e social dependente de América Latina assumem um papel decisivo. A propósito, uma primeira observação de radical importância para as considerações que seguem, está em que nestes países o Estado se forma -como Estado-Nação,

/como Estado



como Estado Liberal e também como Estado de classe- a partir da Independência e se consolida, em geral, na segunda metade do século XIX, como expressão das classes agrárias e comerciais interessadas em desenvolver uma economia de exportação de produtos primários. A esta classe, que assume a hegemonia social e econômica de uma sociedade que deixa sua anterior condição colonial e passa a incorporar-se como área dependente do sistema capitalista vigente na época da Revolução Industrial, coube também a hegemonia política sobre os novos estados em formação.

O processo de formação do Estado nos países europeus segue um caminho distinto. Como se sabe, ele se compatibiliza, no essencial, com o processo de formação de um mercado interno (aí incluído o de trabalho), com uma burguesia industrial que assume a hegemonia política e conforma o Estado a sua maneira e a seus interesses. Compatibiliza-se ademais com a expansão capitalista sobre as colônias, e com a definição de um território nacional. Formam-se pois conjuntamente o Estado como Estado-Nação e uma burguesia industrial como burguesia nacional, em países que já nesta etapa assumem uma posição dominante em relação a amplos setores do mundo não-industrial.

Na América Latina poder-se-á reconhecer particularmente na etapa em que os novos estados nacionais se encontram consolidados, a presença de grupos de "classe média urbana". Estes porém nada têm a ver com uma burguesia industrial que, para seguir o "modelo" europeu, disputasse a hegemonia às "classes tradicionais" em nome de seus próprios interesses de formação do Estado-Nação e de consolidação do mercado nacional. De fato a burguesia industrial encontra-se politicamente ausente como <sup>classe</sup> e de nenhum modo se pode dizer que sua ausência comprometa a existência do

/Estado como

Estado como tal. Ademais, se é permitido hoje, no âmbito da crise do Estado, duvidar da existencia de um Estado-Nação em America Latina, a duvida nasce menos das pressões de um empresariado industrial que das classes populares para as quais as instituições politicas nacionais não adquiriram ainda uma plena realidade.

A segunda observação diz respeito ao desenvolvimento das estruturas de poder nestes últimos decenios, problema que interessa mais de perto ao objeto deste trabalho. Importa assinalar de novo a ausencia politica de uma burguesia industrial que, fora capaz de reconhecer-se, nos planos economico e politico, como classe nacional e de reivindicar a hegemonia politica. Com efeito, depois da crise da hegemonia das classes agrarias, caberá a determinados grupos de classes diferentes, mais que a uma determinada classe nacional, o papel de dar encaminhamento às pressões sociais que conduzem à modernização das estruturas politicas. Trata-se, como se sabe, de setores de classe media -civil ou militar tradicional ou moderna-, de grupos oligárquicos "modernizantes", e tambem de setores do empresariado industrial. Não obstante, nenhum destes grupos teve condições para aparecer como representante dos interesses globais de sua propria classe; mais ainda, nenhum deles se mostrou capaz de substituir a velha classe nas funções de hegemonia politica e social, ou seja de projetar, a partir de seus interesses especificos, a reorganização geral da sociedade e do Estado. Nestas condições, haverá que reconhecer que a matriz dos Estados latinoamericanos, apesar de todas as alterações sofridas durante os últimos decenios, é ainda hoje aquela que lhe foi dada pelas velhas classes desde a segunda metade do seculo passado até os primeiros decenios deste.

/Nossa hipotese

Nossa hipótese é de que a relativa incapacidade demonstrada por estes grupos em assumir as funções de "elite de reemplazo" está associada à persistência, embora em crise e em redefinição depois de 1929, das estruturas e relações sociais geradas no padrão anterior da dependência. De fato os novos grupos não encontraram, depois da crise da hegemonia oligarquica, condições de plena autonomia frente às velhas estruturas da propriedade e do poder. Encontraram por certo possibilidades de dar encaminhamento a um processo de mudança e também modos de associar-se, em alguma medida, a novos projetos de desenvolvimento nacional e de democratização, mas não puderam conduzi-los às suas últimas consequências, ou seja a uma nova afirmação da Nação no plano da economia e da política. Socialmente limitados pelas condições internas criadas pelas formas anteriores de dependência, os novos grupos só puderam liderar o processo de mudança enquanto puderam aproveitar, para seus fins imediatos de grupo, de um dinamismo social que lhes era exterior -e do qual a pressão popular era das fontes mais importantes- que puderam em certos casos estimular mas que não conseguiram eles próprios produzir e que só parcialmente puderam controlar.

Nesta linha de argumento, poderíamos acrescentar uma terceira observação. Estas mesmas condições próprias a uma sociedade dependente que limitam as possibilidades de ação autônoma dos setores médios, dos grupos oligarquicos "modernizantes" e dos setores empresariais frente às velhas estruturas, também determinam de modo particular o comportamento social e político das classes populares. Do mesmo modo que aqueles novos grupos dominantes foram incapazes de dar expressão política

/de classe

de classe aos seus interesses gerais de classe, também à classe operária -setor decisivo entre aqueles setores das classes populares que lograram obter alguma presença política- não restou outra possibilidade de expressão autônoma que aquela definida pela situação de subordinação política em que se encontraram. Conduzida, como os demais setores populares, por grupos sociais e políticos que se encontravam vinculados ao status quo, embora relativamente marginais dentro dele, a classe operária perderá sua própria identidade de classe dentro de um "pacto social" só possível dentro dos limites prescritos pela ordem vigente.

Nestas condições está o essencial do populismo visto de um ponto de vista político: fruto de um Estado em crise, seus esforços de renovação e mudança são possíveis, através de um complexo sistema de alianças de grupos ou setores de classes diferentes, todos eles direta ou indiretamente dependentes das pautas de conduta social e política anteriormente postas em vigência pela velha burguesia oligarquica. A rigor, portanto, toda a capacidade das classes populares de levar a transformações nas estruturas do Estado e da sociedade se encontra limitada, no período de vigência do populismo, pelas próprias alianças sociais de que participa e que como tais somente podem subsistir na medida em que não conduzam à liquidação definitiva dos marcos institucionais previamente definidos.

Constituído através de alianças apenas tácitas entre grupos de classes sociais diferentes e subordinado aos limites impostos pelo status quo, a peculiaridade do populismo frente a outros tipos de movimentos populares está em que nenhum dos seus grupos componentes aparece a título de representante dos interesses gerais das classes a que pertencem. No que se refere às classes populares participantes do populismo

/-e as

-e as classes populares são a rigor um conglomerado em que entram grupos da pequena burguesia, da "baixa classe media" e principalmente amplos setores de classe operaria em formação -tendem a dissolver-se na "massa", entendida como um conglomerado relativamente amorfo de individuos vinculados entre si por uma sociabilidade apenas periférica<sup>1/</sup>. A titulo de exemplo diriamos que os seguidores de Peron ou de Vargas identificam-se entre si no plano politico (excluido portanto o plano sindical) mais como "peronistas" ou "getulistas" que como individuos que partilham uma situação de classe comum ou que, tratando-se de pessoas pertencentes a classes diferentes, reconheçam os interesses de classe envolvidos na aliança. Como veremos adiante, esta identificação da massa com o lider, ou com o partido, não se reduz a mera identificação pessoal e em realidade traz evidencias de se constituir a partir de alguma referencia a situação social comum de classes populares, definida muito mais em termos da participação no consumo que em termos de relações determinadas com a produção. Isto porém não nega o fato de que na complexa aliança de grupos de classes diferentes que se estabelece com o populismo, tudo se passa como se cada grupo esquecesse sua situação real de classe.

Nestas circunstancias aparecem claramente aquelas características que dão peculiaridade a estes movimentos frente aos movimentos tipicos de classe operaria na Europa do seculo passado e inicios deste. Entre ambos os tipos de movimento haveria a assinalar pelo menos um elemento em comum, resultante da presença da classe operaria. Subordinada em

---

<sup>1/</sup> Sobre a noção de "massa" adotamos a afirmação de "Cadernos de Nosso Tempo", 1954, Nº 2, pg. 142.

alianças, como no caso do populismo, ou com a expressão individualizada dos movimentos operários clássicos, o fato é que a classe operária num caso e noutro se constituiu num poderoso fator de democratização do Estado. É sabido, por exemplo, que desde os movimentos cartistas até os movimentos socialistas revolucionários, as pressões derivadas das lutas por salários, condições de trabalho, etc., estiveram sempre associadas a lutas por direitos sociais e políticos mais amplos. Do mesmo modo, sabe-se que os movimentos operários europeus se constituíram num dos fatores que conduzem à instauração de uma democracia fundada no sufrágio universal. Não obstante, ainda com relação a este aspecto reconhecida-mente comum haveria que assinalar as diferenças: a primeira está em que na democratização populista o interesse específico pela "democracia social" é muito maior; a segunda, que nos parece essencial, é que o movimento operário típico se propõe objetivos sociais e políticos próprios enquanto que a pressão operária nos quadros do populismo se vê obrigada a subordinar seus objetivos aos objetivos dos grupos dominantes participantes do movimento ou então a traduzi-los sob a forma de metas "supraclassistas". Destaquemos, portanto, as diferenças.

Nas condições de desenvolvimento europeu cabe a burguesia industrial, portadora de um novo estilo social e econômico, transformar as estruturas tradicionais da propriedade e do poder e projetar a estabelecer as estruturas modernas. Do ponto de vista que interessa ao estudo das

/classes populares.

classes populares, este fato adquire uma importancia decisiva: o movimento operario europeu se constituiu como tal frente a uma democracia burguesa já constituída. Deste modo, a classe operaria pressiona ao nivel politico como classe que realiza uma opposição de classe a um poder de classe. Esta é uma característica distintiva dos movimentos operarios que no século XIX conquistam participação politica e obrigam o regime liberal à ampliação, seja por que assumem ante ele uma posição reformista ao estilo do operariado ingles, seja por resultado efetivo de uma posição revolucionária como no caso frances.

Além disso, o papel da pressão operaria na Europa encontra-se influido aos niveis sociais e economicos no sentido de que a formação da classe operaria se dá nas condições estabelecidas para o conjunto de toda a sociedade pelo capitalismo industrial em desenvolvimento. Com efeito, depois de determinado momento, as transformações nas relações de trabalho no campo -longo processo de séculos na histórica europeia e em muitas partes anterior ao proprio desenvolvimento industrial- passam a estar influenciados pela expansão do capital industrial ou, de qualquer modo, a cumprir algumas funções básicas para o desenvolvimento ulterior deste: liberalização de mão de obra, modernização da produção de materia prima e de alimentos, ampliação do mercado consumidor, etc. Nestas condições de predominio do capital industrial, as pressões dos trabalhadores por maior consumo ou maior participação politica tendem a repercutir de maneira direta sobre as condições de produção: de um lado, porque a pressão salarial repercute diretamente sobre os custos e tende a constituir assim importante fator de renovação tecnologica e de frequentes choques com os patrões; de outro porque a ideologia da classe operaria reconhece na desigual distribuição das possibilidades de consumo

/uma condição

uma condição para o funcionamento do modo de produção vigente que ela, por seu turno, projeta superar ou, quando menos, reformar. Por outra parte ao nível político, a pressão popular tenderá a expressar-se como classe explorada que identifica o Estado e a Nação como formas políticas da opressão económica de outra classe.

No caso latinoamericano, o comportamento das classes populares -conjunto heterogeneo onde a classe operaria joga um papel decisivo durante o periodo populista- adquire características bastante diferentes. Do ponto de vista do exame do comportamento popular, a peculiaridade latinoamericana -para cujo entendimento este trabalho pretende oferecer alguns elementos- está em que as classes populares não se representam a si proprias na politica como classes que se enfrentam ou transacionam com os interesses das demais classes, mas são representadas, ou melhor manipuladas por lideres ou partidos que vem de classes "superiores"; não expressa, ou pelo menos não faz explicita uma critica ao modo de produção capitalista, mas se manifesta como pressão sobre o consumo que não esclarece ao nível da ideologia popular, as conexões economicas entre consumo e produção; não se manifesta como pressão contra o Estado, percebido como expressão das classes dominantes, mas exatamente no sentido de participar dele; finalmente, não se expressa através de partidos modernos de classe, mas por "movimentos" de composição social heterogenea, lideranças personalistas ou por partidos de estrutura autoritaria.

/A. simples



A simples enumeração destas diferenças, poderia levar a imaginar -ainda que de maneira equivocada- que os mecanismos através dos quais as massas latinoamericanas têm dinamizado o desenvolvimento político preencheriam, mutatis mutandis, a clássica função burguesa de impulsionar a modernização da sociedade e do Estado, função que as condições de dependência não permitiram fosse desempenhada à maneira clássica pelos setores empresariais latinoamericanos. Poderia supor-se que, assim, por caminhos distintos, as sociedades latinoamericanas estariam atingindo as mesmas etapas do desenvolvimento capitalista europeu. Se a pressão popular, por si própria, não se expressa como oposição ao modo de produção capitalista e, ainda mais, se depende da direção de grupos já vinculados ao status quo, porque não admitir que pudesse ser dirigida no sentido do desenvolvimento capitalista?

E esta foi, sem dúvida, não só uma possibilidade teórica, mas também, dentro de certos limites, uma possibilidade histórica. Enfim, não se encontra esta idéia intimamente relacionada à estratégia de velha esquerda latinoamericana sobre a revolução democrático-burguesa (aliança entre burguesia e proletariado), assim como às expectativas da política "desenvolvimentista"? O que é certo, contudo, é que esta hipótese, se pode ter alguma vigência histórica em América Latina, nem por isto é suficiente para entendermos o significado da pressão popular para o desenvolvimento econômico, menos ainda para entendermos o complexo quadro político que se abre com a crise do regime oligárquico.

Capítulo II

ESTADO-NAÇÃO E PAISES DEPENDENTES

No Brasil e na Argentina, como de resto em muitos outros países de América Latina, partiram das classes médias os primeiros movimentos contra os regimes oligárquicos. Pelas circunstâncias em que se desenvolvem, como por sua ideologia e composição social, estes movimentos são substancialmente distintos dos movimentos populistas posteriores. Não obstante, seu exame se impõe, pelo menos em alguns aspectos mais gerais como preliminar necessária à compreensão das condições históricas em que se dá a emergência política popular. Como se sabe, o surgimento político das classes médias está por todas partes associado à crise e à decadência do sistema oligárquico em cujas fissuras aparecem depois os setores populares. Por esta razão, entre outras, os movimentos populistas são, em certo sentido, "herdeiros" de algumas tarefas que se propuseram em seu tempo movimentos como o radicalismo argentino e o "tenentismo" brasileiro. Mencione-se entre estas, apesar de todas as notáveis diferenças de perspectiva e de circunstância histórica, a crítica do status quo oligárquico e a pressão no sentido da democratização do regime e, em coerência com a crítica da oligarquia, a tentativa de redefinição dos ideais da Nação.

É certo que as classes populares emergem para a política nos quadros de um status quo diferente daquele contra o qual estiveram os setores médios. Sob o impacto da industrialização e da urbanização que se seguem a decadência das economias de exportação, o Estado no período posterior a 1930 pouco tem de parecido - pelo menos em suas exterioridades, diga-se de passagem - com aquele que no decênio dos 20 (Brasil) ou desde o último decênio do século

/XIX (Argentina)

XIX (Argentina) foi alvo da crítica das classes médias. Serão contudo transformações bastante para que afirmemos, depois dos movimentos de classes médias, a definitiva superação dos padrões oligárquicos de poder? Sem minimizar as mudanças havidas, que não foram poucas, caberia contudo insistir em que uma das peculiaridades mais significativas da emergência política das classes populares advem de que embora ocorra em um contexto político diferente do anterior, nem por isto deixará de prestar contas a um passado que nos momentos cruciais ressurgiu com muito de sua antiga vitalidade. Em realidade, como veremos, a crise do regime oligárquico, da qual os setores médios aparecem como co-protagonistas, não significou de nenhum modo o fim da oligarquia através da instauração de um novo regime que se pudesse considerar como pleno substituto do anterior. Deste modo, o exame das condições da emergência política popular nos remete à consideração das estruturas oligárquicas na etapa em que se abre sua crise. Insistamos contudo: não mencionamos apenas um ponto de partida que ficou perdido no passado, mas uma condição passada que é também em certo sentido condição presente. Enfim, haveria que admitir que os desdobramentos do sistema oligárquico em decadência não estão alheios à história dos nossos dias.<sup>1/</sup>

Como se sabe, a crise da oligarquia não se caracteriza por uma ruptura radical e global de seus fundamentos. Na América Latina em geral - com a notória exceção de México e a possível exceção da Bolívia, obviamente excluída de nossa análise o caso de Cuba - esta crise não se encontra assinalada por

---

<sup>1/</sup> José Medina Echavarría, Consideraciones sociológicas sobre el desarrollo económico, Ed. Solar-Hachette, Buenos Aires, 1964, página 98.

uma revolução, tomada a palavra no sentido, que lhe atribui a história moderna, de uma completa redefinição das estruturas da propriedade e do Estado. Em realidade, trata-se de um longo e complexo processo em que as velhas estruturas tornaram evidente sua capacidade de persistir, e não apenas porque puderam resistir às mudanças que ameaçam suas próprias bases, mas principalmente por terem podido reformular-se e readaptar-se amplamente às novas condições. Mais do que isto, alguns grupos não apenas se readaptam para resistir com maior eficácia, como chegam por vezes a associar-se a pressões transformadoras parciais e mesmo, em certas circunstâncias, a promovê-las. É assim que, numa visão de conjunto, a decadência da chamada "sociedade tradicional" tem sua contrapartida muito mais na "modernização" das conexões estruturais básicas de poder e de mercado, que configuram a "situação de dependência" do que na superação destas bases a través de um tipo globalmente diferente de desenvolvimento económico e social.<sup>1/</sup>

Estas considerações sobre a conveniência de um exame dos movimentos de "classe média" e do Estado oligárquico com o qual se defrontam não se encontram de todo alheias às peculiaridades de desenvolvimento político de América Latina desde a crise. Para podermos qualificar de maneira adequada as pressões sociais que impulsionam o desenvolvimento político - tanto as pressões de classe média no início do século como aquelas das classes populares nos últimos decênios - devemos poder dar resposta a uma pergunta

---

<sup>1/</sup> Sobre este aspecto, ver o ensaio de Anibal Pinto, Aspectos políticos del desarrollo latinoamericano, Santiago, 1964, manuscrito. Especificamente sobre o Brasil, ver Celso Furtado, Dialética do desenvolvimento, Fundo de Cultura, 1964, Brasil. Por outro lado, as conclusões gerais do ensaio de Oswaldo Sunkel, Cambio y frustración en Chile, talvez se apliquem a vários outros países de América Latina.

/fundamental: quais

fundamental: quais os limites últimos da "permeabilidade" das estruturas tradicionais à mudança?<sup>1/</sup> Ou, para formular a mesma indagação em termos mais afins como o nosso tema: em que condições se pode afirmar que a pressão popular sobre o Estado e sobre as estruturas produtivas pode ser absorvida sem alterações fundamentais das relações de poder e de produção?

Deste modo, parece-nos conveniente apresentar aqui algumas noções gerais sobre as estruturas oligárquicas de países como o Brasil e a Argentina, oportunidade de uma revisão, que já se faz inevitável, de algumas das idéias de curso corrente sobre a chamada "sociedade tradicional". Como veremos, encontra-se no próprio modo de estruturação do sistema oligárquico a raiz que nos permite compreender as limitações e frustrações dos movimentos de classe média, como também para avaliarmos as condições mais profundas que conformam o sistema de poder que se segue a crise do "antigo regime". Condições estas que, por outro lado, são fundamentais para a compreensão da emergência política popular nos últimos decênios.

#### 1. Oligarquia e liberalismo

Não está em nossos objetivos uma análise histórica detalhada da formação do "antigo regime". Do nosso ponto de vista, importa apenas indagar pelos aspectos mais gerais de seu travejamento estrutural; em particular pela significação que pode assumir na formação do Estado em América Latina a paradoxal coexistência de uma ideologia liberal (e também da estrutura institucional que inspira) com os padrões de comportamento oligárquico e tradicionais.

---

<sup>1/</sup> Sobre a "permeabilidade" das estruturas tradicionais, ver José Medina Echavarría, Consideraciones sociológicas sobre el desarrollo económico, op. cit. Ver também El Desarrollo Social de América Latina en la Pos-Guerra, mimeo, CEPAL, Santiago, 1964. /O tema

O tema, como se sabe, é antigo e se constitui num dos capítulos importantes da história das idéias e da história política de nossos países. Aí está, por toda parte, desde o período da Independência esta sempre renovada polémica entre liberais e conservadores. E no Brasil o tema reaparece nos primeiros decênios deste século através dos críticos do liberalismo que são também os precursores do nacionalismo e do autoritarismo político do período posterior; a propósito, a posição de Oliveira Vianna, talvez por carregar as tintas de maneira excessiva, é sem dúvida muito expressiva: "O ideal democrático é (...) - na Constituição de 24, como na Constituição de 91 - uma pura criação das nossas elites dirigentes".<sup>1/</sup> "Durante o Império e durante a República, sob a Constituição de 24 ou sob a de 91, ou sob a de 34, o nosso comportamento político continuou a ser o que era, o que a nossa cultura impunha - e não o que impunham essas cartas. Não alteramos nada - durante estes cento e tantos anos de anglo-saxonismo de fachada - da velha tradição personalista da "política de clã" que os três séculos coloniais nos legaram".<sup>2/</sup>

Referimo-nos, pois, para tomar as palavras de Medina Echavarría, a esta "primera gran paradoja" da história de América Latina: "haver mantido por muito tempo em pleno desacordo as fórmulas de uma ideologia com as "crenças" e condutas efetivas da existência cotidiana".<sup>3/</sup> O paradoxo diz respeito diretamente à estrutura do Estado mas, como veremos, não permanece

---

1/ Oliveira Vianna, Instituições Políticas Brasileiras, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, Volume I, pg. 370.

2/ Oliveira Vianna, idem, pgs. 373/374.

3/ Medina Echavarría, José, op. cit., pg. 44.

ai e chega a alcançar algumas dimensões decisivas do travejamento estrutural da chamada "sociedade tradicional". Registremos agora, contudo, sua primeira forma de expressão neste singular sistema de poder: . estranha composição entre Oligarquia Tradicional e Estado Liberal, vigente no Brasil da "Republica Velha" e na Argentina a partir do último quartel do século XIX, e que buscou conciliar padrões contraditórios de conduta.

Dominação das elites agrárias e ideologia liberal, conteúdo oligárquico e formas democráticas, - eis uma das raízes do Estado latinoamericano e uma das peculiaridades políticas dos países dependentes. Como se sabe, nas linhas do desenvolvimento político europeu o liberalismo confere ao Estado seus fundamentos doutrinários como Estado de direito, democrático e nacional, isto é estabelece os marcos do jogo político como padrões gerais válidos para todos os cidadãos. Os padrões oligárquicos pelo contrário, tendem a restringir a participação política aos membros de uma "elite" vinculada à grande propriedade da terra ou aqueles setores sociais que poderiam assimilar-se a ela.<sup>1/</sup>

Deve-se acrescentar, para que se tenha clareza sobre a significação histórica destas discrepâncias que elas não se limitam ao plano das idéas políticas, nem mesmo ao plano político-institucional, mas têm que ver com o modo de ordenação das estruturas sociais, inclusive com as relações de produção. Haveria que referir antes que tudo que <sup>a</sup>ambiguidade liberal-oligárquica ao nível do Estado não está totalmente alheia a fenômenos do mesmo

---

1/ Sobre a noção de oligarquia, ver também Jorge Graciarena, Poder y clases sociales en el desarrollo de América Latina, Ed. Paidós, Buenos Aires, 1967, esp. pgs. 56 e seguintes.

tipo que se dão ao nível das relações de trabalho e das relações económicas em geral. Refira-se, a título de exemplo, as discrepâncias de estilo entre a cidade, centro das funções comerciais, financeiras e políticas, e o campo dominado pela onipotência de grande propriedade da terra; discrepâncias que se dão também no interior desta que se constitui como uma unidade política, militar, doméstica e social relativamente autónoma, mas que por suas funções produtivas se vincula com o mercado; e também ao nível das relações de trabalho, "semi-servis" em muitas áreas, mas de todos modos vinculadas à produção de mercadorias.<sup>1/</sup>

E a referência destas condições por certo que complica nosso problema. Como se sabe, o liberalismo na Europa foi não apenas a doutrina da liberdade política que expressa a ascensão burguesa contra o absolutismo, mas também a teoria da liberdade económica que se volta os privilégios que se reservavam junto ao Estado as classes tradicionalmente vinculadas às atividades agrárias ou às atividades mercantis, e que se apresentavam como obstáculos à expansão industrial. Assim é que no processo de formação das sociedades capitalistas europeias, observa-se uma coerência fundamental entre a ideologia liberal que postula um Estado dos homens livres e as relações que mantêm estes nas demais esferas da estrutura social. Poder-se-ia dizer que se observa um acordo básico, pelo menos em termos de tendência, entre as formas de legitimidade política em geral e o quadro das relações económicas, entre os princípios que regem a participação nos assuntos do Estado e aqueles que têm vigência na produção, a pesar de todas as evidentes diferenças, desniveis e a relativa autonomia de ambas as esferas, a política e a económica. Aí

---

<sup>1/</sup> Cf. Medina Echavarría, op. cit., para uma análise das funções da "hacienda".



está, por exemplo, um dos significados fundamentais do princípio de "não representação sem taxaço", que se associa à luta da burguesia ascendente contra os privilégios tradicionais do mesmo modo que, posteriormente, busca justificar as limitações impostas à participação popular. Enfim, a cidadania, qualidade política, não é apenas um assunto da esfera juridico-política, mas também da esfera econômica fundada nas relações entre homens livres.

Estas considerações nos reconduzem ao problema que nos interessa diretamente: as condições da participação política popular. Em última instância, a ampliação da democracia aparece na Europa com o peso de uma necessidade histórica que, em muitos aspectos, expressa a dinâmica das condições em que se desenvolve a economia industrial. O processo da industrialização européia criou ele próprio, na medida do seu próprio desenvolvimento, a mão de obra que necessitava, e nas condições em que a necessitava. Deste modo, a incorporação das massas de trabalhadores ao processo político se associa em ampla medida à sua participação de homens livres na produção e esta sua condição de produtor livre é, em última instância, suporte de sua liberdade política.

Na América Latina, dos últimos decênios do século passado e primeiros decênios deste século, a questão é mais complexa. Como se sabe, as relações sociais de trabalho vigentes na grande propriedade agrícola ou pastoril de velho estilo, não se dão entre homens livres mas se aproximam em alguns aspectos das relações sociais de tipo semi-servil. Limitam a liberdade econômica do trabalhador e praticamente o excluem da possibilidade de participar politicamente com autonomia. E o que é mais grave, as restrições à liberdade social e política das massas agrárias parecem ser, como veremos, uma necessidade inerente ao modo de produção tradicional de tipo latinoamericano.

/Em face

Em face do exposto caberia indagar: dever-se-ia considerar as instituições políticas liberais do período anterior a 1930 como se fora meramente a "fachada" do poder oligárquico, sem qualquer vínculo real com as condições sociais então vigentes na produção? Uma conclusão deste tipo poderia parecer inevitável diante dos descompassos de liberalismo dentro de uma sociedade fundada na grande propriedade da terra. E é este, como se sabe, um dos aspectos básicos das críticas anti-liberais ao Estado oligárquico.

Parece-nos contudo que tal perspectiva está a merecer alguns reparos ou, quando menos, alguma complementação. Entender o liberalismo como mera "fachada" permite talvez dar contra de alguns lados do problema das relações entre Estado e condições internas de produção, do mesmo modo que permite por em destaque o caráter efetivamente oligárquico do Estado. Mas poderia, por outro lado, desviar-nos de alguns outros aspectos - não menos importantes - e que se referem à situação de dependência das sociedades latinoamericanas nos quadros do capitalismo internacional. Estaríamos sobretudo obscurecendo o fato de que, no caso de América Latina, nem as relações internas de produção nem o Estado são adequadamente compreendidos se nos mantemos nos limites das sociedades nacionais sem avaliar de modo adequado sua condição no sistema internacional. Na América Latina, tanto a economia interna como a política interna dependem do exterior: quando nos referimos à economia nacional do mesmo modo que ao Estado-Nação, nos enfrentamos desde o início com o paradoxo de sua vigência em países originária e constitucionalmente dependentes. Daí que o exame das condições de vigência do liberalismo nos conduz ao exame do problema, mais geral, da vigência do Estado-Nação em países dependentes.

/Nesta perspectiva,

Nesta perspectiva, que toma como ponto de partida a situação de dependência, o tradicionalismo das estruturas sociais - ponto central nas teorias sociológicas correntes - aparece apenas como um dos aspectos do problema, e talvez não seja o mais relevante. Com efeito, a grande propriedade da terra, ademais de ser uma herança que o período da Independência recebe das circunstâncias em que se processa a colonização, parece preencher, nos países latinoamericanos, um requisito da produção de alimentos e de matéria primas. Enquanto que na Europa, o processo de separação do capital e do trabalho teve a longa duração marcada pela expansão do capitalismo industrial, na América Latina - influída desde o período colonial pelas vicissitudes por que passa o desenvolvimento europeu - a estrutura "semi-feudal" da grande propriedade aparece como um meio, e talvez o mais eficaz nas condições da época, para assegurar a produção barata de mercadorias para o consumo externo: "as condições 'feudais' (...) serviam justamente para reduzir a um mínimo os custos de produção".<sup>1/</sup> Enfim, o regime de grande propriedade, que tende a aparecer atualmente como obstáculo à expansão das relações capitalistas, não é originariamente outra coisa que o modo fundamental de instauração destas relações de produção no continente. Deste modo, enquanto que na Europa, a transformação das relações sociais do trabalho rural, no sentido de sua integração à produção para o mercado, aparece como condição e como resultado da expansão de um centro dinâmico industrial, - na América Latina o grosso da produção agrária é, desde sempre, produção para o mercado (seja o exterior ou aquele criado pela atividade mineira, também vinculada ao exterior).

---

<sup>1/</sup> Rodolfo Stavenhagen, "Siete tesis equivocadas sobre América Latina", Política Externa Independente, Rio de Janeiro, Nº 1, 1965.

/Nestas circunstancias:

Nestas circunstancias - em que os aspectos tradicionais das relações internas de produção aparecem no contexto da "situação de dependência", como um meio para a maximização da produção para o mercado - impõe-se reorientar a análise dos aspectos oligarquicos do sistema de poder. As relações entre o Estado e a produção - entre a ideologia liberal e os padrões tradicionais-oligarquicos, entre a submissão do trabalhador aos interesses políticos dos patrões e sua participação "semi-servil" na produção para o mercado - já não podem ser vistas apenas em termos de uma comparação com a história da formação do capitalismo europeu.

Se assumimos o ponto de vista que, ao invés de caracterizar os países dependentes como se fossem "países dominantes atrasados", busca tomar as peculiaridades de America Latina como ponto de partida, perceberemos que há fortes razões na história da formação dos países da região para a paradoxal coexistência entre liberalismo e oligarquia. Diríamos mais, que esta coexistência, em certo sentido contraditória, é constitutiva do modo de ser no Estado-Nação que se estabelece em países como o Brasil e a Argentina, no processo de expansão de capitalismo industrial sobre America Latina.

Por razões de ordem interna tanto quanto por razões externas, o Estado-Nação no país dependente está condenado, na etapa chamada pelos economistas de "desarrollo hacia afuera", a vestir formas liberais sobre estruturas de conteúdo oligarquico. Por um lado porque, como observa Anibal Pinto, o "modelo de desarrollo hacia afuera" dependia "essencialmente de fatores externos - demanda e inversão estrangeiras, que só requeriam "lei e ordem" e uma política econômica de "laissez faire"<sup>1/</sup> Assim, em sua relação externa

---

<sup>1/</sup> Anibal Pinto, op. cit., pg. 14.

impõe-se aos produtores dos países dependentes um comportamento economico segundo principios liberais vigentes nos países dominantes. Por outro lado, esta mesma vinculação com o exterior obriga a que internamente os proprietários assegurem, através de instituições liberais, condições politicas internas de igualdade para participação no jogo do mercado bem como condições de segurança, que só as instituições do Estado podem oferecer, para os empréstimos e inversões estrangeiras de longo prazo.

Dai que ao nivel das relações entre poder e produção, e apesar da interferencia de outros fatores que não vem ao caso analisar aqui, seria difficil tomar o liberalismo dos Estados latinoamericanos como simples copia da "moda" européia desta época. Sem duvidar da importancia da influencia européia, independentemente de qualquer relação com as condições de produção, nosso objetivo aqui é antes o de por em destaque alguns fatores que permitem compreender por que esta influencia pode adquirir tal relevancia no plano politico ao ponto de ser adotada como principio de organização do Estado. Influencia liberal que, como se sabe, encontrou circunstancias tao favoraveis que chegou a adquirir foros de cidadania latinoamericana.

Uma historia da formação do Estado-Nação exigiria sem duvida detalhes que nao cabem no ambito desta análise. Nao obstante, ainda ao nivel geral em que intencionalmente nos mantemos, é possivel registrar algumas observações que, como estamos vendo, contrariam em ampla margem os supostos de uma sociologia de desenvolvimento baseada na noção de "sociedade tradicional". Enfim, nao será inteiramente casual que o periodo da República Velha no Brasil ou o da Organização Nacional na Argentina sejam tambem os periodos de hegemonia dos grupos oligarquicos mais modernos dos respectivos países: no primeiro caso, Sao Paulo e Minas; no segundo a provincia de Buenos Aires. E em ambos os casos, regioes produtoras para a exportação - café ou gado - que deixam em situação relativamente marginal ou subordinada os

/demais setores

demais setores oligarquicos sabidamente tradicionais do interior argentino ou do Nordeste e do Sul do Brasil.

E este Estado "liberal" formado em países dependentes não podia deixar de ser também um Estado oligarquico. Tanto porque os grupos oligárquicos modernos se viram obrigados a assumir alianças com os setores mais tradicionais, como porque ao liberalismo que então se estabelece não resta outra alternativa senão limitar-se as "elites" dominantes. Deste modo a paradoxal coexistência liberal-oligarquica passa a adequar-se as necessidades vigentes de assegurar, no interior, através das restrições a participação social e política das maiorias populares, a estrutura de dominação pertinente e eficaz exploração econômica com vistas ao mercado externo.

Já a esta altura da análise podemos, então, perceber que a paradoxal condição dos Estados latinoamericanos não se esgota ao nível das relações entre liberalismo e oligarquia. A rigor, estas relações contraditórias não fazem mais que expressar um paradoxo mais fundamental, qual seja o de países que embora dependentes ao nível das relações econômicas, procurarão de todos modos expressar-se com autonomia, como Estado-Nação, ao nível político.

Não obstante, e por força talvez destas mesmas contradições, não nos encontramos de modo algum perante uma estrutura rígida, incapaz de reajustar-se a situação de crise social que passa a configurar-se já nas primeiras décadas deste século (ou mesmo antes como na Argentina). Do mesmo modo que os grupos mais tradicionais da oligarquia possuíram no passado vitalidade suficiente para ajustar-se as funções de fornecedores de matérias primas no período de expansão do capitalismo industrial, o conjunto da oligarquia demonstrará possuir grande permeabilidade as pressões sociais e as alterações do processo  
/econômico impostas

economico impostas pela crise do processo de "desarrollo hacia afuera". Permeabilidade que, neste caso, expressa a decadencia, mas que tambem nos oferece a medida da vitalidade de uma classe cujo destino marca ainda hoje a historia latinoamericana e limita e condiciona os projetos das demais classes.

Depois dos movimentos de classe media e da emergencia politica popular, é possivel distinguir com clareza os limites intrinsecos ao "antigo regime". A rigor, o conceito de Estado-Liberal (como o de Estado-Nação) não pode, por força, das referidas conexões entre a situação de dependencia e as relações internas de produção, aplicar-se a toda a população do pais dependente; ou seja, a "sociedade politica" e a "sociedade civil" não podem coincidir. Do mesmo modo que a "liberal-democracia", a "nação" no periodo oligarquico restringe-se às "elites" de grandes proprietários e àqueles setores sociais que de algum modo se lhe assimilam. Deste modo, nesta etapa, se poderia dizer que o Estado é duplamente ambiguo: é ambiguo nas suas relações com o exterior porque seu liberalismo e sua reivindicação de soberania estão associadas à dependencia economica, condição que, nas situações cruciais (que não são poucas na historia de America Latina), impugna tanto a liberdade de comercio e a liberdade politica como a ambição nacional. Enfim, a classe dos grandes proprietarios, se hem tenha podido organizar Estados nacionais, não tem condições para formular -ou para permitir que se efetive historicamente- um ideal de Nação desvinculado da produção para o mercado externo. O Estado é tambem ambiguo em suas relações internas, pois esta liberal-democracia e esta Nação sob hegemonia oligarquica não podem tornar-se efetivas para o conjunto do pais já que, para incluírem todos os demais grupos sociais, se

/fariam necessárias

fariam necessárias alterações nos próprios fundamentos da estrutura de poder e no modo de produção e, em última instancia, nas relações de dependencia que as configuram.

Nesta mesma linha de argumento se conclui, igualmente, que o Estado oligarquico é apenas parcialmente um Estado no sentido que a historia européia configurou para este conceito. Não é plenamente soberano em suas relações externas e, ademais, se configura internamente de modo a manter marginalizadas consideráveis parcelas da população do país. Assim, não pode reivindicar uma legitimidade democrática em termos nacionais, pois sua subsistencia passa a independe do reconhecimento dos grupos sociais dominados, amplamente marginalizados da participação politica. Sua legitimidade depende apenas do reconhecimento dos setores tradicionalmente privilegiados ou daqueles que lhe são assimiláveis, bem como da persistencia das condições históricas e economicas em que ocorre a marginalização das massas populares.

O certo contudo é que, não obstante suas contradições internas ou talvez por força delas mesmas, estamos perante uma ordem social e politica relativamente integrada em torno de determinadas linhas economicas e politicas, capaz de assegurar sua vigencia durante um largo periodo da historia americana e de persistir, em ampla medida, apesar de todas as transformações posteriores a crise. Sua permeabilidade, tão caracteritica na etapa de crise, parece-nos assim encontrar-se estreitamente vinculada a sua propria duplicidade entre as relações oligarquicas de poder e as instituições do liberalismo, entre as relações semi-servi de trabalho e a produção para o mercado, entre a dependencia economica e a ambição de autonomia nacional. E esta permeabilidade, um dos mecanismos mais eficazes

/de defesa



de defesa do sistema na fase da decadencia, tem, deste modo, suas raizes no travejamento estrutural que o sistema pode evidenciar em sua fase de plena vitalidade. Tem muito a ver com o clássico compromisso inscrito na distinção entre "liberais" e "conservadores", vigente em muitos dos países latinoamericanos, do mesmo modo que, nos casos, do Brasil e de Argentina, se associa às funções "modernizantes" desempenhadas pela "generación del 80" ou pelos grupos da oligarquia do café que estimulam na segunda metade do século XIX a substituição de escravo por mão de obra imigrante<sup>1/</sup>.

2. As "classes medias" e a crise da oligarquia

É nos quadros de um ordem social e politica de individualidade contraditoria que vemos surgir os movimentos de classe media. E sua emergencia permite ainda uma vez reafirmar a distinção anteriormente entre a esfera das relações politicas e das relações economicas no "antigo regime": como sabemos, sua crise de conjunto começará ao nivel do Estado antes de se manifeste ao nivel da economia, e de maneira relativamente independente desta. Poder-se-ia dizer que os movimentos de classe media nascem influidos pelas tensões criadas pela convivencia -que pode em alguns momentos ser a fusão- dos principios contrarios do liberalismo e dos padões oligarquicos. Nasce, portanto, das incongruencias manifestadas pela velha ordem ao nivel do poder e de modo relativamente autonomo frente às demais contradicções -as quais são enfim da

---

1/ Sobre o Brasil ver, Paula Beiguelman, Teoria e Ação no Pensamento Abolicionista, mimeo, São Paulo; ver tambem, da mesma autora, os tres primeiros capitulos dos Pequenos Estudos de Ciencia Politica, Ed. Centro Universitário, São Paulo, 1967. Sobre a Argentina, ver Cornblit, E. Gallo y O'Connell, "La generación del 80 y su proyecto: antecedente y consecuencias", in Desarrollo Economico, vol. 1, nº4, enero-marzo 1962.  
/mesma forma-

mesma forma- que se manifestam em outras esferas das relações sociais.

Como se sabe, os movimentos mais notáveis das classes medias, tanto no Brasil como na Argentina, ocorrem antes da crise de 1929, ou seja num periodo em que o sistema economico tradicional ainda preservava muito de sua vitalidade. Na Argentina a "defasagem" a que nos referimos é particularmente notoria: o radicalismo nasce como movimento organizado (U.C.R.) da insurreiçao de 1890, fim de uma notavel decada de crescimento economico na Argentina<sup>1/</sup>. E, alem disso, os radicais ascendem ao governo, com Irigoyen, em 1916, para cair sob influxo dos efeitos internos da grande crise de 1929.

No Brasil, as classes medias -muito diferentes das suas homonimas argentinas no tocante à sua formação e composição social- estão de algum modo presentes na historia da República Velha desde sua fundação. Estão presentes em certa medida através do "florianismo" que deixa marcas sensíveis em todos os movimentos militares "tenentistas" do decenio dos 20; do mesmo modo que aparecem tambem -embora em opposição aos militares- no movimento civilista . E no decenio dos 20 estarão representadas nos movimentos de 22, 24 e 26, que foram capazes de manter em sobressalto o regimen até seu final com a revolução de 1930. É certo que os efeitos

---

<sup>1/</sup>Cf. Ezequiel Gallo e Silvia Sigal, "La Formación de los Partidos Políticos Contemporaneos. La U.C.R. (1890-1916", in Desarrollo Economico, vol.3, 1963.

internos da crise não estarão totalmente alheios às circunstâncias em que se processa a revolução, mas é indiscutível que as raízes desta vem de longe, desde a fundação da República em certo sentido. Por outro lado, haveria que ter presente as circunstâncias de tranquilidade e até de certa euforia econômica no período Washington Luis (1926-1930), com a óbvia exceção do último ano.

Os movimentos de classes médias, capazes de abrir a crise política da ordem vigente e portanto de afetar seu equilíbrio de conjunto, serão contudo incapazes de ir além da esfera política onde nasceram. Aí se encontram algumas de suas mais conhecidas limitações. É sabido que, no Brasil como na Argentina, as classes médias tiveram que manter-se ao nível de uma reivindicação de participação: reivindicam o voto universal e secreto, a moralização dos costumes políticos, enfim medidas de efetivação das tendências liberais-democráticas inscritas na própria legalidade oligarquica mas não conseguem formular uma perspectiva própria em relação ao processo de produção. Por outro lado, sua postura política oscilará sempre entre a linha insurrecional de rechaço radical das instituições políticas, que caracteriza alguns dos momentos gloriosos do radicalismo e do "tenentismo", e as alianças com grupos da oligarquia que conduzirão a uma perspectiva de "modernização" institucional mas que inevitavelmente conduzirão à frustração de suas expectativas originais de transformação das estruturas políticas.

/Para os

Para os fins deste capítulo estas observações sobre os movimentos de classe media conduzem a duas perguntas; ¿Que explica a virulencia anti-oligarquica das "classes medias" num periodo em que a sociedade e a economia "tradicionais" se encontram em plena vitalidade? Por outro lado, se temos em conta que o fim do periodo de governos radicais na Argentina (1916-1930) coincide com a abertura da crise geral da economia de exportação e que os "tenentes" brasileiros passam rápidamente a figuras de segundo plano perante o poder pessoal crescente de Vargas, haveria que indagar; que explica seu fracasso em suas tentativas de manter sob controle proprio suas conquistas sociais e politicas?

Estas perguntas -em relação às quais nossas observações não permitem oferecer mais do que uma tentativa de resposta- dizem respeito aos movimentos de classe media considerados em si mesmos na mesma medida em que se referem à propria natureza da chamada "sociedade tradicional", e das relações sociais que ai começam a configurar-se.

A proposito, convem assinalar o carater socialmente dependente das classes medias. Nestes paises dependentes, estruturados à base da grande propriedade dedicada à exportação, os setores medios não encontram em geral condições favoraveis para o exercicio de funções produtivas autonomas. Assim não lhes resta alternativa de relevo além das atividades vinculadas ao setor de serviços ou ao Estado, funções em última instancia dependentes das vicissitudes por que passa a economia de exportação<sup>1/</sup>.

---

<sup>1/</sup> Sobre o Brasil ver Nestor Duarte, A Ordem Privada e a Organização Política Nacional, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 2a. Ed., 1966, pg. 101; também Martins de Almeida, Brasil Errado, Schmidt-Editor, Rio de Janeiro, 1932, pgs.

É certo que as classes medias argentinas, originadas em ampla escala da migração estrangeira, estarão representadas tambem na economia de pequena propriedade, rural e urbana, dedicada ao mercado interno. Porém esta pequena burguesia terá sido mais independente que a classe media assalariada? Não é a propria migração donde nascem uma função do desenvolvimento da economia de exportação? Que papel se reserva aos migrantes na Argentina da virada do seculo senão aqueles das atividades subsidiárias?

A situação de dependencia social das classes medias brasileiras é ainda mais clara. Com participação relativamente menor de imigrantes, originada em parte da decadencia de familias tradicionais (algumas delas da aristocracia imperial) ou de seus ramos mais pobres, é possível mesmo duvidar da existencia de uma classe media no Brasil desta época no mesmo sentido em que se pode falar dela na Argentina ou no Uruguay. Por vezes será mesmo por vezes difícil distinguir entre um "tenente" anti-oligárquico e um politico da oligarquia no referente a suas relações de familia, posição e consciencia social. Contudo, o que importa agora observar é que estes setores -sejam formados majoritariamente por imigrantes, como na Argentina, e portanto com maior consciencia da peculiaridade de sua situação social, ou decendentes de familias tradicionais, como no Brasil- se encontram em posições semelhantes nas estruturas sociais de ambos os países: posição "intermediária" entre as elites dominantes, das quais em

/última instancia

última instancia dependem, e as grandes massas populares. Além disso, serão em realidade tão diferentes no plano da consciencia social? É certo que o radicalismo argentino poude sempre ter maior individualidade politica que os movimentos brasileiros, seja o civilismo ou o "tenentismo"; não obstante, como estes, não foi aquele capaz de ultrapassar a tematica comum às classes medias latinoamericanas de uma critica estritamente politica à oligarquia, além de ter mostrado a mesma incapacidade relativa de definir uma perspectiva propria em relação aos destinos da sociedade em seu conjunto.

E ademais, observa-se nos dois casos que, embora de maneira diferente, ambos os movimentos nascem em geral das mesmas condições: a expansão da economia voltada para os mercados externos, que obriga ao crescimento das funções urbanas, politicas, comerciais e, em certa medida, industriais. Com os movimentos de classe media percebe-se então que o processo designado pelos economistas como de "desarrollo hacia afuera" ter-se-ia demonstrado mais apto para formar novos setores sociais que para transformar as estruturas do Estado de modo a garantir sua incorporação. De modo muito coerente com sua propria estruturação interna -contraditoriamente capitalista e tradicional, liberal e oligarquica- a chamada "sociedade tradicional" mostrou-se capaz de crescer e complicar suas funções ao nivel da "sociedade civil" sem manifestar a mesma capacidade ao nivel da "sociedade politica". Ampliou a cidadania real -economica e social- mas não poude ampliar a cidadania legal, ou seja criou a desigualdade social sem a "compensação" da igualdade politica.

/Esta tendencia

Esta tendencia propria ao crescimento "hacia afuera" de paises dependentes como Brasil e Argentina, é de fundamental importancia para a compreensão do comportamento social e politico das novas classes ascendentes do mesmo modo que para o estudo do comportamento das classes dominantes. Daí que se tenha dado esta situação, aparentemente paradoxal, de que a exclusividade do poder oligarquico é cada vez mais percebida como ilegítima e antidemocratica, pois significaria de algum modo a exclusão dos novos setores, não obstante a emergencia destes se deva à propria expansão do setor externo. Cada vez menos a oligarquia é percebida como representativa dos interesses da Nação, apesar de que o crescimento da economia nacional se deva ao dinamismo das atividades economicas controladas por ela<sup>1/</sup>. Nestas condições, a modernização das estruturas politicas aparece como o centro da atenção dos movimentos de classe media e estes não se mostram capazes ou interessados em estabelecer claramente as conexões existentes entre as velhas estruturas de poder com as novas estruturas e o processo produtivo do qual dependem e com o qual, de algum modo, se encontram solidários.

Enfim, os movimentos de classe media não buscam mais do que definir juridica e institucionalmente condições para sua participação no jogo do poder, condições de igualdade já previstas nos quadros ideologicos da classe agraria dominante. Reivindicam "de direito" um lugar que em certa medida já ocupam "de fato" na "sociedade tradicional", como se representassem, apenas, um capitulo na historia de uma ordem social e politica que se

---

<sup>1/</sup> Sobre a Argentina ver, especialmente, Marcos Kaplan, La Crisis del Radicalismo, Ed. Praxis, Buenos Aires, 1958, pgs. 7 e 8. Sobre o Brasil, Virgínio Santa Rosa, O sentido do Tenentismo, ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, segunda edição, 1963, pgs. 25 e seguintes.

transforma e se readapta em função das novas condições que seu proprio crescimento estabelece.

De todos modos, estes movimentos, tão pouco audazes quanto possam ter sido no plano de suas reivindicações sociais, representam algo mais: a primeira fissura importante no equilibrio liberal-oligarquico do Estado, a primeira manifestação de crise da hegemonia oligarquica e o começo de sua decadencia como ordem politica legitima. Rompidos, pelo menos parcialmente, os padrões oligarquicos em favor das reivindicações liberais-democráticas das classes medias, desequilibra-se a tradicional e contraditoria unidade que havia assegurado durante decenios a hegemonia das classes agrarias. Mas as classes medias, embora tenham sido capazes de assumir algumas parcelas do poder, não tiveram nem perspectiva nem força para substituir por uma ordem politica conformada a seus principios e interesses aquela que as classes agrarias haviam solidamente estabelecido por vários decenios. Nem mesmo depois da crise economica de 1929 que atinge as proprias bases sociais do "antigo regime" esta substituição foi possivel: no Brasil, como veremos, o "tenentismo" desaparece como <sup>^</sup>força politica depois de alguns anos de participação no poder; na Argentina, a crise se apresenta como circunstancia favoravel à queda de Irigoyen e termina assim o periodo dos governos radicais.

### 3. Crise da hegemonia oligárquica

Estruturalmente dependentes numa sociedade cujo padrão social é dado pela grande propriedade da terra, as classes medias puderam abrir a "crise de legitimidade" do poder oligarquico mas não encontraram condições para ir além dos marcos que este já havia instaurado no Estado. Não foram

/capazes de



capazes de substituir o antigo regime por uma nova ordem que conformassem à sua maneira e da qual fossem a garantia de sustentação e de vigência. A frustração das classes medias como "elite de reemplazo", característica geral dos países dependentes, está contudo perfeitamente clara no caso argentino: com a queda de Irigoyen, grupos militares vinculados à oligarquia tentam restaurar o velho poder, agora porém diretamente fundado na fraude e na violência, sem a legitimidade tradicional e liberal que pudessem ter no passado. É o período dos governos da "Concordancia", a "década de la infamia" que precede o regime populista de Peron<sup>1/</sup>.

Com a crise do velho regimen, agora mais profunda pois associada à depressão que sucede 1929 e à decadência da economia agraria, abre-se uma situação de crise e de instabilidade que persiste até hoje. É a situação que Medina designa como de "vacío politico" -"vacío gravísimo por deja en el aire-sin sustancia- las raices de la legitimidad", expressão que assinala precisamente a ausencia das classes que pudessem conduzir à reestruturação da sociedade e do Estado<sup>2/</sup>.

Neste contexto, a primeira observação a fazer é a da tendencia ao deslocamento das forças oligarquicas como centro de gravitação da ordem politica. Observação que não pode, contudo, obscurecer o fato de sua permanencia, embora decadente, no controle das funções economicas

---

1/ Cf. Tulio Halperin Donghi, Argentina en el Callejón, ARCA/Montevideo, 1964.

2/ José Medina Echavarría, op. cit., pg. 98. Sobre a crise da hegemonia oligarquica ver tambem Jorge Graciarena, op. cit., e José Nun, América Latina: la crisis hegemónica y el golpe militar, Desarrollo Económico, Buenos Aires, julio-diciembre, 1966.

fundamentais e também do jogo político, onde apesar de tudo continua sendo uma força decisiva. Em uma palavra, permanecem, apesar da crise, como uma das bases fundamentais do Estado. Sua grande força histórica se encontra associada a suas conexões com o setor externo destas economias e sociedades dependentes que ainda depois da crise não puderam realizar senão parcialmente suas aspirações de autonomia. Deste modo, embora sem condições para manter a hegemonia do poder político, continuam no controle das funções econômicas fundamentais.

A importância dos grupos oligárquicos se explica, por outro lado, pelo fracasso relativo dos novos grupos econômicos emergentes em introduzir mudanças nas orientações fundamentais do processo de produção. Se as classes médias fracassaram no plano político pelo fato de sua dependência social frente às estruturas de grande propriedade, os grupos empresariais vinculados com a indústria nunca conseguiram fazer da economia industrial, apesar de sua crescente importância a partir dos anos 30, o centro decisivo de atividade econômica. Nos casos do Brasil e da Argentina que diga-se de passagem sac, com o México, os países de maior desenvolvimento industrial- a reorientação da economia para a indústria jamais pode levar -ainda nos dias atuais- este setor produtivo a superar sua condição de complementaridade em relação ao setor externo. Em realidade, o desenvolvimento industrial esteve até hoje na dependência das antigas formas de produção tanto no que se refere à criação de um mercado interno -onde os setores agrários podem ser vistos tanto como campo de expansão do mercado como obstáculo à sua formação- como no que se refere à capacidade para importar. Enfim, o desenvolvimento industrial na América Latina pode ser uma alternativa para o crise de conjunto da

/economia tradicional

economia tradicional exatamente naqueles países onde esta foi suficientemente forte para oferecer-lhe as bases de sustentação.

Haveria que acrescentar que a permanência dos grupos oligárquicos não se reduz, de nenhum modo, somente a suas conexões econômicas mas se associa também às novas formas que assumem suas relações sociais e políticas. Como se sabe, o caminho do ascenso dos novos grupos nestes países passa, em geral, pelo reconhecimento, de qualquer forma, por parte dos antigos. Por outro lado, dada a incapacidade manifesta das novas classes de criar um novo tipo de Estado, a relevância política dos grupos oligárquicos tende, em certas circunstâncias, a assumir uma relevância política maior que sua importância social e econômica real. Na maioria dos países o sistema de representação preserva alguns mecanismos que asseguram às áreas mais tradicionais uma representação desproporcional à sua força real<sup>1/</sup>.

Dá-se o caso de que as velhas classes conseguiram instaurar um tipo de Estado que pode adequar-se em suas dimensões básicas ao modo de estruturação social e econômico típico da situação de dependência em que se formaram estes países e que, ainda em crise, permanece como sua condição básica de existência. Deste modo, a situação política posterior à crise será basicamente de instabilidade e de compromisso. Deslocadas as classes oligárquicas, inabilitadas as classes médias e os novos grupos econômicos para sua substituição, abre-se uma situação de compromisso - que evidentemente não exclui as tensões - entre os grupos dominantes que, em

---

<sup>1/</sup> Celso Furtado, "Obstáculos políticos ao desenvolvimento econômico do Brasil", Mimeo, Santiago, 1965; Anibal Pinto, op. cit.

certa medida, revelam todos a mesma incapacidade hegemônica de fundar de modo legítimo a ordem política.

É nestas condições de crise de legitimidade do Estado, de crise da hegemonia dos grupos dominantes, que se observa a emergência política das classes populares. E os fundamentos da legitimidade do poder tenderão a ser buscados, em certa medida, fora dos grupos dominantes, através de alianças populistas com setores das classes sociais dominadas.

Estamos enfim, perante um Estado de compromisso entre interesses diferentes e às vezes contraditórios, onde nenhum dos grupos dominantes tem a capacidade de propor-se, à luz do debate político, como seu eixo de equilíbrio. Nesta obscura e cambiante configuração de poder, tudo poderia parecer à primeira vista, incerto e possível. Há que reconhecer, contudo, dois marcos fundamentais para o jogo. O primeiro deles está em que os setores apoiados no que resta do velho sistema de propriedade da terra e da antiga organização institucional, não tendo sido superados plenamente na direção do Estado, permanecem, mesmo na decadência, como uma das pilstras fundamentais da estrutura de poder. Em uma palavra, os padrões oligárquicos de poder guardam ainda suficiente vitalidade para desempenhar, e de modo decisivo, sua função de última e fundamental barreira à mudança; fato frequentemente esquecido nos períodos "normais", mas notório nos períodos de crise quando os padrões de comportamento oligárquico possibilitam a unidade da maioria das classes proprietárias em defesa do status quo. O outro marco diz respeito à pressão popular que foi, na etapa histórica que estamos considerando, a força fundamental de mudança.

/A consideração

A consideração destas duas forças sociais que dão os marcos fundamentais do Estado de compromisso nos introduz diretamente nas dificuldades e nas peculiaridades do desenvolvimento político dos últimos decênios. A rigor, nenhuma das duas foi capaz de assumir as funções de eixo de equilíbrio do Estado. Mais do que isto, nenhuma delas aparece com suficiente clareza no jogo político. São parceiros decisivos, mas nos tempos "normais" permaneceram no anonimato ou falaram por vozes alheias. A oligarquia em decadência perdeu a hegemonia política e a partir de então fez-se representar por líderes vindos de outras classes, em geral de classe média e preferencialmente militares; as classes populares em ascensão não puderam expressar claramente a que vieram, se apenas incorporar-se ao status quo ou transformá-lo, e em geral estiveram subordinadas em alianças com líderes e grupos de outras classes. Não obstante, parece não haver dúvida de que os grupos oligárquicos e as massas populares são as figuras dominantes embora anônimas, do processo de crise que vivemos nos últimos decênios. Assim é que, se pensamos apenas nas situações cruciais (que não são poucas neste período extremamente instável), encontraremos o Estado perante a disjuntiva de buscar legitimidade nas massas populares ou buscar apoio na força dos padrões oligárquicos ou, o que significa quase o mesmo, nos padrões oligárquicos da força.

A existência de um Estado de compromisso, situação política de transação entre grupos de classes diferentes e às vezes antagônicas, assume uma importância fundamental num estudo da emergência política popular. As classes populares, como veremos, aparecerão depois da crise do Estado Oligárquico num cenário substancialmente distinto do Estado de classe (à maneira europeia do século XIX). Terão que definir-se no confronto como um status quo do qual até certo ponto participam.

/Capítulo III

### CAPITULO III

#### CRISE DA HEGEMONIA E EMERGENCIA POPULAR

No Brasil como na Argentina, o ano de 1930 representa um ponto de ruptura entre duas épocas. Representa o fim de um periodo caracterizado pela vitalidade das economias de exportação, apesar das crises eventuais, e pela vigencia do Estado oligarquico-liberal, apesar de que desde algum tempo submetido a critica dos movimentos de classe media. A nova etapa abre-se sob o signo da crise, de que os fatos economicos de 1929 e a queda dos governos em 1930 são o melhor exemplo. Decadencia do setor externo, reorientação da economia para a industria, intensificação da urbanização e - last but not least - esta profunda e intermitente "crise de legitimidade" do Estado que chega em nossos dias a abalar as proprias bases do poder vigente.<sup>1/</sup>

Contudo, convém nao levar muito longe as semelhanças entre os processos vividos desde entao por ambos os paises. Dentro deste quadro de tendencias muito gerais, haverá que reconhecer algumas importantes diferenças de circunstancia histórica que configuram para cada um destes paises seu proprio curso. Entre estas diferenças, que nao sao poucas nos tres últimos decenios, cabe ressaltar que o fato de que embora os acontecimentos de 1930 sirvam para assinalar uma ruptura histórica nao significa que esta ruptura assumam nos dois casos o mesmo sentido e direção. No Brasil, o fim do regime oligárquico se dá com a queda do governo oligárquico de Washington Luis, na Argentina com a queda do governo radical de Irigoyen; no primeiro pais

---

<sup>1/</sup> Sobre a Argentina diz Halperin Donghi: "A partir de 1930 ( ... ), nossa historia parece tomar um ritmo mais rápido; visto numa perspectiva de trinta anos este ritmo febril parece ser consequencia da vigencia constante de certos dados determinantes, cuja permanencia é pelo contrario extrema: a crise politico-social já não s rve para marcar as transições entre situações solidamente estabelecidas; ela é agora o elemento constante, e as soluções que recebe, vistas mais de perto, são apenas sintomas de sua permanente vigencia. Tulio Halperin Donghi, op. cit., pg. 71."

/começa a

começa a estabelecer-se a partir de 1930 as bases de um sistema de poder que, nas suas linhas gerais, se estende até os primeiros anos do atual decênio; no segundo, dá-se quase o inverso durante o período da Concórdia (1930-1943) de tentativa de restauração oligárquica contra as conquistas democráticas que o radicalismo, entre 1916 e 1930, havia podido impor ao "antigo regime".

No caso brasileiro, como veremos, é mais difícil distinguir fases com os mesmos critérios permitidos no caso argentino. E as diferenças de circunstância histórica entre os dois países têm uma relevância ainda não suficientemente esclarecida sobre os acontecimentos posteriores, em particular no que se refere à incorporação das classes populares sob o varguismo e o peronismo. Em setembro de 1930, o radicalismo argentino paga um alto preço por sua ascensão ao governo de uma sociedade sob hegemonia oligárquica que ele não pode ou não esteve interessado em transformar: é derrubado por militares vinculados à oligarquia que aproveitam as circunstâncias criadas no país após a crise de 1929. A fragilidade constitutiva deste movimento de classe média é, por certo, do mesmo tipo daquela que veremos entre 1930 e 1934 no "tenentismo". A diferença está em que o radicalismo, incapaz de transformar o sistema institucional que criticara em tempos melhores, mas do qual chegou a participar e ao qual aderiu, cai com o regime, sob o peso de uma crise induzida do exterior que afeta os setores fundamentais da economia, controlada por seus adversários. Depois dos radicais, ressurgem o poder oligárquico apoiado nos militares mas sobra pouco, apesar das tentativas restauradoras, do regime liberal que fora sua forma de expressão desde fins do século passado.

/Ademais na

Ademais na historia argentina é permitido distinguir com maior clareza as fases do desenvolvimento social e politico dos últimos decenios e tambem, em certo sentido, as classes que jogam em cada fase um papel ostensivo. Depois dos governos radicais de classe media, a fase de pretensões restauradoras sob controle oligárquico e militar (1930-45), para só depois dar-se a incorporação politica massiva das classes populares sob o peronismo (1945-1955). A historia da Argentina depois de 1930 mostra de maneira clara o que no caso brasileiro aparece de modo subjacente mas nem sempre claramente expresso: a presença da oligarquia no poder depois de aberta a crise da ordem oligárquica, a frustração das classes medias derrotadas depois de 14 anos de governo, o peronismo como forma específica de incorporação das classes populares.

No Brasil, o Estado de compromisso, que já desde 1930 começa a construir-se sobre o escombros da República Velha assegura, apesar das muitas variações circunstanciais, uma continuidade histórica que lhe atribui características especiais. Esta continuidade, ausente no caso argentino onde o mais visível são as rupturas, está notavelmente expressa na figura de Vargas: chefe do governo oligárquico do Rio Grande do Sul (1926-1930) e também Ministro do governo de Washington Luis, é designado depois chefe do governo provisório posterior à Revolução (1930-1934); Presidente eleito pelo Congresso segundo a Constituição semi-corporativa de 1934 (1934-1937), ditador (1937-1945), Presidente eleito segundo a Constituição democrática de 1946 (1950-1954). O perfil da carreira deste lider de importancia decisiva na politica brasileira, que emerge no seio da oligarquia e concluir com o suicidio na postura popular e anti-imperialista de sua carta-testamento, dá un excelente exemplo da continuidade a que nos referimos. No extraordinário percurso politico de Vargas está a imagem de um processo - ao mesmo

/tempo de



tempo de crise e de democratização do Estado - que se desenvolve de maneira mais ou menos constante até 1964.

Os conflitos básicos não são, por tanto, sempre claramente manifestos neste complexo processo de desenvolvimento político. Uma das peculiaridades do caso brasileiro está em que as verdadeiras forças sociais e os motivos reais de seu comportamento não tenham sempre aparecido à luz do dia com suficiente clareza. Deste modo, a análise tem que orientar-se pelas tendências mais gerais. Entre estas, cabe referir em primeiro lugar a tendência a decadência dos grupos oligárquicos como fator de poder. Com a revolução de 1930, as oligarquias se vêm obrigadas a deixar as funções de domínio e de hegemonia políticas que até então mantinham de forma ostensiva e quase exclusiva. Passam a subsistir nas sombras, seja como participantes relativamente anônimos (mas muito importantes) do novo esquema de poder como ocorre com setores que participaram do movimento revolucionário ou com setores econômicos decadentes (Nordeste, por exemplo), seja porque - como no caso de movimento contrarrevolucionário de 1932 - a luta não se faz em seu próprio nome nem sob sua direção exclusiva. Em segundo lugar, mencione-se a tendência a ampliação das bases sociais do poder, com a redefinição da participação dos setores médios e de grupos da oligarquia relativamente marginais no "antigo regime", e a incorporação dos novos setores que emergem com o crescimento urbano e industrial, particularmente as classes populares.

1. Brasil: a crise da oligarquia e as novas classes

As duas grandes tendências anteriormente mencionadas parecem-nos de importância decisiva para o estudo desta etapa da história brasileira em que as massas populares urbanas emergem no cenário político. E a revolução de 1930 oferece

/sem dúvida

sem duvida o ponto de partida para a definição destes grandes marcos em que a historia brasileira empreende a construção de um tipo peculiar de estrutura de Estado, capaz de dar lugar às classes emergentes, embora preservando antigas bases do poder: nenhum momento do periodo posterior a 1932, a oligarquia pouda tentar uma restauração do antigo regime, mas também em nenhum momento importante ela deixou de contar com um dos elementos fundamentais do novo Estado. A partir de 1930 constroe-se no Brasil um tipo de estrutura de poder que só pouda subsistir en quanto lhe foi possivel manter com relativa eficacia este amplo compromisso social e politico que, em graus variaveis, envolveu o conjunto das classes sociais, com a importante exceção das classes populares rurais. Compromisso que lança raizes nas condições em que se dá o processo revolucionário que dá fim ao regime oligarquico mas permite a subsistencia de suas velhas bases estruturais na grande propriedade da terra, dada a fragilidade das classes medias que se expressaram através do movimento "tenentista" e relativa marginalidade dos novos grupos industriais (tanto ao nivel economico como ao nivel politico) nos momentos em que começa a estabelecer-se o novo esquema de poder. E finalmente, - como veremos nos dois últimos capitulos deste trabalho - dadas as peculiaridades da formação social e economica das classes populares, em particular da classe operaria industrial. É neste marco politico e historico - definido de um lado pela decadencia politica e economica da oligarquia e de outro pela emergencia politica popular - onde haverá que buscar compreender a importancia e os limites da ampliação das bases sociais do Estado.

/E sabido

E sabido que os decenios posteriores a 1930 sao tambem o periodo de uma reorientação da economia brasileira para a industria. Este fato, dos mais importantes para a compreensão da historia social e politica desta etapa, tem conduzido por vezes a pensar na revolução de 1930 como movimento de uma burguesia industrial em formação que, vitoriosa, teria posto a seu serviço o poder público. Quanto à crescente importancia numérica e economica deste grupo na sociedade brasileira parece não haver lugar para duvidas. Já não se pode dizer o mesmo de sua presença politica no processo de crise do regime oligárquico.

A respeito deste problema, que se associa diretamente ao caráter que assumirá o Estado no transcurso de . . . processo, haverá que tomar em consideração, desde o começo, uma importante observação feita por Celso Furtado em sua análise da primeira etapa do desenvolvimento industrial.<sup>1/</sup> No momento da crise de 1929 e durante a longa depressão dos anos 30, observa êste autor, não se apresentavam condições que houvessem conduzido a um conflito aberto entre os setores interessados na industria e aqueles vinculados à agricultura. A decadencia da economia agraria de exportação aparece nas circunstancias da época como um simples reflexo da diminuição dos estimulos do mercado externo e não se apresenta uma situação de tensão com os interesses industriais em formação.

Deste modo, como observa Celso Furtado, a reorientação da economia brasileira para a industria dependerá menos de uma politica industrialista conciente que de algumas circunstancias estreitamente associadas aos efeitos internos da crise de origem externa. A politica economica do governo que

---

<sup>1/</sup> Celso Furtado, Dialetica do desenvolvimento, Ed. Fundo de Cultura, Brasil, 1964.

sucedo ao regime oligárquico consistiu essencialmente em transferir para o conjunto da população do país as perdas que a crise provoca na economia de exportação do café. Esta política, que se dirige à defesa do mais importante setor económico controlado pela oligarquia, conduziu a resultados inesperados,<sup>1/</sup> Resguardando o nível de emprego e também a demanda interna em condições em que se reduzia a capacidade para importar, criou condições favoráveis para as inversões vinculadas com o mercado interno, em particular as inversões industriais.

Esta análise económica oferece alguns elementos importantes para compreendermos não apenas o processo económico posterior mas também alguns importantes aspectos políticos. O desenvolvimento industrial que se intensifica durante este período guardará sempre um papel dependente, e até certo ponto complementar em relação às atividades agrárias; depende, pelo menos nos primeiros momentos, do mercado interno criado em função do desenvolvimento agrário e dependerá, durante todo o percurso e principalmente em sua etapa final, da amplitude <sup>da</sup> capacidade de importação também criada principalmente pelas atividades agrícolas. Temos aí algumas das condições que explicam por que no processo político de crise do "antigo regime", os grupos industriais, embora em crescimento, não se tenham constituído como uma força individualizada dentro do cenário político brasileiro. Como assinala Fernando Henrique Cardoso, baseado em uma pesquisa realizada em 1962-1963, a burguesia industrial tirará proveito da nova situação criada pela decadência agrária, mas não

---

<sup>1/</sup> Observe-se a propósito que a mesma missão Niemeyer, da Inglaterra, que esteve no Brasil e aprovou os planos económicos do governo provisório de Vargas, esteve na Argentina onde aconselhou a política económica do governo militar recém estabelecido. Observe-se também que na Argentina, como no Brasil, - independentemente dos conteúdos sociais e políticos dos respectivos governos - os anos 30 são anos de um notável esforço industrializador.

/assumirá as

assumirá as responsabilidades politicas correspondentes.<sup>1/</sup> A burguesia industrial esteve ausente como força politica no momento revolucionário de 1930 em que se abre a crise do velho regime e permanecerá ausente nos momentos posteriores.

Com efeito, encontramos nas classes medias urbanas uma das forças que mais pressao exerceu para derrocar o "antigo regime". Destes setores medios, constituídos em sua maior parte por funcionarios públicos, militares e profissionais liberais, saem os lideres das insurreições anti-oligarquicas do decenio de 1920. Constituem tambem um dos setores mais influentes da opinião pública que buscam dirigir no sentido da realização dos principios liberais consagrados na Constituição de 1891 mas defraudados de maneira sistemática pelas oligarquias no poder. Radicados em especial nas grandes cidades, e portanto fora da influencia direta do "coronelismo"<sup>2/</sup>, estes setores formaram a base principal dos movimentos inconformistas contra uma estrutura de poder apoiada essencialmente nos interesses agrarios. Neste sentido, um primeiro aspecto a distinguir na revolução de 1930 é o de momento culminante da pressao que estes grupos urbanos conseguiram exercer em nome de "Representação e Justiça", garantias para o sufragio e pela "moralização dos costumes politicos". Não obstante, haverá que reconhecer tambem as limitações

---

1/ Fernando Henrique Cardoso, Empresario industrial e desenvolvimento economico, Difusão Europeia do Livro, Brasil, 1964, pg. 168.

2/ Víctor Nunes Leal, O municipio e o regime representativo no Brasil - Contribuição ao Estudo do "Coronelismo", Rio de Janeiro, 1948.

/que pessaram

que pesaram sobre estes movimentos e que chegaram a impedir que as classes medias transformassem a revolução no ponto de partida de um novo regime coerente com suas aspirações liberais-democráticas.

Observemos inicialmente, no que se refere as relações entre as classes medias e o regime oligarquico que este, embora tenha reservado as funções de dominio politico para a oligarquia, não excluiu de modo total a participação de outras classes. Cremos pelo contrario que um exame detalhado da participação dos setores medios poderia revelar que estes foram fatores sociais importantes para que o regime pudesse assegurar durante cerca de quatro decenios sua coesão e vigencia.<sup>1/</sup> Estiveram presentes em momentos importantes desde a fundação do regime republicano, na qual a participação dos militares chegou a ser decisiva. Não obstante, depois das presidencias de Deodoro e Floriano, o controle politico passou a repousar quase exclusivamente no compromisso estabelecido entre as oligarquias regionais reservando-se às classes medias um papel secundario. O recrutamento para as funções de governo passa a fazer-se, no essencial, no interior das grandes familias tradicionais, o que permite à oligarquia renovar-se desde seu proprio seio. Daí em diante a participação dos setores medios dentro do jogo institucional tomará um crescente matiz critico com relação à politica exclusivista das oligarquias.

---

<sup>1/</sup> Um exemplo extremo da participação de classe media durante o periodo de vigencia do regime oligarquico nos oferece a historia argentina no periodo dos governos radicais. Embora pressionado por um poderoso movimento de opinião (que não titubeou em recorrer várias vezes à insurreição), o fato é que a burguesia oligarquica argentina pode demonstrar uma grande flexibilidade como classe hegemônica de um regime politico de características predominantemente excludentes. Flexibilidade que custou aos radicais a assimilação aos padrões de comportamento politico vigente no quadro institucional oligarquico e a ruptura com uma tradição insurrecional que já tinha mais de dois decenios.

Limitado o recrutamento para as funções de governo quase exclusivamente a uma camada social e política determinada, aparecem com clareza alguns aspectos tradicionalistas dos mecanismos políticos então vigentes. Não obstante, seria talvez um exagero qualificar como tradicional a todo o sistema político. O eixo do sistema está nas funções executivas, diretamente controladas pela oligarquia mais vinculada à produção agrícola para o mercado externo, particularmente a oligarquia do café de São Paulo que estabeleceu uma aliança duradoura com os oligarcas do Estado de Minas Gerais. Um indicador da amplitude do controle exercido por estes estados sobre o regime é o fato de que dos oito presidentes civis que teve a República Velha quatro saíram de São Paulo e três de Minas Gerais.<sup>1/</sup> E esta circunstância parece sugerir que embora consideremos todo o manifesto tradicionalismo dos padrões de conduta de comportamento oligárquico, seria excessivo considerar o regime de conjunto somente deste ponto de vista. Com efeito, os marcos fundamentais para o funcionamento do regime são aqueles que interessam não só à oligarquia em geral, mas particularmente a aqueles setores vinculados com a agricultura mais desenvolvida na época.

As possibilidades de ação autônoma das classes médias nos acontecimentos que produzem a revolução não se encontram de todo alheias às dificuldades que encontram os setores mais modernos da oligarquia para exercer sua hegemonia sobre o conjunto da classe e portanto sobre o grande compromisso entre as oligarquias regionais que funciona como suporte do poder vigente. É sabido

---

<sup>1/</sup> Sobre a relação entre a economia de exportação e o regime oligárquico, ver Celso Furtado, op. cit., também José María Bello, Historia da República, Companhia Editora Nacional, São Paulo, Brasil, 1964, pg. 350; José Honório Rodrigues, Conciliação e reforma no Brasil, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, Brasil, 1965, pg. 87.

/que a

que a revolução segue de maneira quase imediata as eleições presidenciais que, mais que as anteriores, expressam o aprofundamento da crise do equilíbrio inter-oligarquico. Deste modo, poder-se-ia dizer que alguns grupos regionais descontentes com o caracter secundario de sua posição no "antigo regime", em particular o Estado do Rio Grande do Sul, foram levados pelo jogo interno da politica oligarquica a "antecipar-se" aos grupos medios na critica ao status quo. Haveria a acrescentar, para termos claro o quadro de crise da hegemonia dos setores da agricultura do café que conduz a divisão da classe dominante, que Minas Gerais, peça fundamental no regime, rompe sua tradicional aliança com Sao Paulo e passa-se ao campo da oposição formando na Aliança Liberal ao lado da candidatura Vargas.

Derrotada a oposição em eleições acusadas de fraudulentas, os acontecimentos se precipitam e a antiga frente eleitoral se converte rapidamente em frente insurrecional.<sup>1/</sup> Nesta passagem os grupos oligarquicos divergentes de Rio Grande, Minas e Paraíba têm a iniciativa politica, senão militar, dos acontecimentos e a participação dos setores medios se encontrará assim previamente condicionada e limitada. Haverá que considerar ademais que a profundidade da crise de hegemonia de Sao Paulo parece guardar alguma relação com os efeitos, que já começam a fazer-se sentir na economia do café, da crise de 1929.<sup>2/</sup> Por outra parte, os efeitos da crise poderiam ter também alguma relação com a rapidez dos acontecimentos. Werneck Sodré chega

---

<sup>1/</sup> A possibilidade da insurreição já estava prevista antes das eleições.

<sup>2/</sup> A proposito ver Nelson Werneck Sodré, Historia de burguesia brasileira, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, Brasil, 1964, pg. 285/286.

/inclusive a



inclusive a admitir que estes se precipitaram até o ponto de surpreender aos líderes de classe media em uma etapa imatura de sua orientação política.<sup>1/</sup>

À luz destas considerações seria possível concluir que as classes medias estiveram limitadas em sua ação contra o regime oligarquico tanto pelo fato de participar dele, embora em posição bastante secundária, quanto pela divisão entre as classes dominantes que põe em questão a hegemonia de Sao Paulo, além da presença de circunstancias que conduzem à extrema rapidez da evolução da luta eleitoral à luta armada. Seria contudo necessário acrescentar algumas considerações sobre as limitações que as características sociais proprias destes setores medios impõem às perspectivas e alcance de sua ação política. Como foi dito no capitulo anterior, as classes medias brasileiras nao possuíam as condições sociais que lhes pudesse permitir formular uma perspectiva politica autonoma ante os interesses vinculados com a grande propriedade. Diferentemente, por exemplo, da antiga classe media americana, elas não tem sua principal atividade social e economica na pequena propriedade, mas em setores subsidiarios (administração pública, serviços, etc.) de uma estrutura social e economica cuja pauta é dada pela grande propriedade. Deste modo, se bem puderam constituir a grande força de opinião e de ação que desde os anos 20 pressiona contra o regime oligarquico, não demonstraram possuir individualidade suficiente para definir uma politica em termos proprios.<sup>2/</sup>

---

<sup>1/</sup> Idem, pg. 282.

<sup>2/</sup> Virginio Santa Rosa, op. cit., pg.

O inconformismo dos setores medios vem de longe e se expressou, de diversas maneiras, desde as campanhas de opinião pública que aproveitam os periodo eleitorais até as insurreições militares de 1922, 1924 e 1926, que foram sem duvida suas expressões mais radicais e conquistaram simpatias gerais na opinião pública urbana. Porém em qualquer de suas expressões, parece certo que o protesto das classes medias jamais poudé alcançar eficacia politica fora das alianças efetuadas com grupos situados no interior da propria oligarquia. Obrigados por uma situação de dependencia social dentro da estrutura da sociedade, os grupos medios não lograram definir uma ideologia propria, isto é un programa social, economico e politico que expressasse um ponto de vista original contra a ideologia dominante. Suas reivindicações básicas, "representação e justiça", estavam incluídas nos principios liberais consagrados pela Constituição de 1891 e assim faziam parte da ideologia dos setores agrarios. Em outras palavras, orientaram-se, pelo menos na etapa pré-revolucionária, pela ideia de implantar os principios liberais, ao invés de abrir uma nova perspectiva de organização do Estado.

Nestas condições, a situação de dependencia social das classes medias pareceria ter expressão no comportamento adotado pelos mais autenticos de seus representantes politicos, os "tenentes", por ocasião da revolução. Uma das características do "tenentismo" foi sempre uma desconfiança radical em relação aos "politicos", assim designados todos os que se encontravam de alguma forma dentro do jogo institucional. Conforme esclarece Werneck Sodré, "só em sua etapa final o movimento tenentista se compõe com forças partidarias tradicionais".<sup>1/</sup> Porém, tambem é certo que na longa etapa anterior de isolamento politico os "tenentes" não se mostram capazes ou interessados em

<sup>1/</sup> Werneck Sodré, op. cit., pg. 281.

/construir alianças

construir alianças com as únicas forças sociais efetivamente excluídas do regime, ou seja as classes populares. Seu estilo de ação - que tende para um tipo de radicalismo romantico de duvidosa eficacia nas condições da época - está claramente manifesto no heroico e trágico episodio de 1922, quando pouco mais de uma dezena de jovens militares, depois de fracassados seus planos de insurreição e com a certeza da derrota inapelável, decide pela morte exemplar numa luta absolutamente desigual travada com as forças do regime na capital do pais. É o mesmo estilo, com a mesma grandeza humana, que encontraremos presente na marcha da Coluna Prestes que após percorrer em combates sucessivos mais de 20.000 quilometros do interior do pais, foi finalmente obrigada a recorrer ao exilio. É a rebeldia que ainda nao encontrou seu caminho politico autonomo.

O comportamento politico das lideranças de classe media aparece assim com um carater dual, dividido entre a tendencia a rechaçar . os "políticos" e entrar pelo caminho da insurreição sem objetivos claros e um realismo - que os "tenentes" recusam por muito tempo - que conduz as alianças em que devem subordinar-se a grupos da oligarquia. A solução do dilema é conhecida: em 1930 os mais importantes lideres do "tenentismo" (com exceção de Luis Carlos Prestes que adere ao Partido Comunista) associam-se a alguns de seus antigos inimigos para promover a queda do regime. Sua posição de luta aberta com os oligarcas, de dentro e de fora da Aliança Liberal, marcará os primeiros anos de governo revolucionário, mas não encontrará o caminho que poderia haver-lhes permitido o controle do poder.

A revolução de 1930 põe assim de manifesto uma transação entre as classes medias e alguns grupos da propria oligarquia em crise. Esta situação de compromisso sob hegemonia oligarquica, que parece ter sido a característica distintiva da revolução, está claramente expressa na celebre frase atribuida a Antonio Carlos: "façamos a revolução antes que o povo a faça". E é esta em verdade a divisa da etapa revolucionária em que as classes medias estarão condicionadas e limitadas pela presença oligarquica, do mesmo modo que se encontrarão afastadas das classes populares.

Com efeito, não sabemos de nenhuma informação que permita supor alguma participação ativa das classes populares na revolução, nem sequer de seus setores urbanos. Por um lado, como diz José Honorio Rodrigues, o movimento revolucionário nascido da cisão da minoria dominante e limitado quæse exclusivamente a objetivos politicos, só estava orientado a atender uma parte mínima das aspirações populares.<sup>1/</sup> Por outro lado, pareceria que as classes populares não possuiriam ainda condições para reivindicar para si uma participação ativa significativa no processo. Da classe operaria industrial, por exemplo, afirma Leoncio Martins Rodrigues que "esteve totalmente ausente das sublevações militares 'tenentistas' de 1922 a 1924 e da insurreição vitoriosa da Aliança Liberal."<sup>2/</sup>

Não obstante, e ainda quando se saiba que o surgimento das classes populares na politica só passará a ser um fato relevante nos decenios posteriores, haveria que tomar com cuidado esta "ausencia" popular nos acontecimentos revolucionários. Em verdade, seria mais correto falar de uma

<sup>1/</sup> José Honorio Rodrigues, op. cit., pg. 93.

<sup>2/</sup> Leoncio Martins Rodrigues, Conflito industrial e sindicalismo no Brasil, Difusão Europeia do Livro, Brasil, 1966, pgs. 118/119.

presença política difusa - e buscar deste modo expressar algo da inegável existência social das classes populares nas lutas sociais que vem pelo menos desde inícios do século - que propriamente de "ausência". O primeiro ponto e assinalar é que a ausência das classes populares na ação significou de nenhum modo uma posição de indiferença ante a direção assumida pelos acontecimentos. É um fato conhecido pelos historiadores e cronistas deste período que o movimento da Aliança Liberal, bem como o "tenentismo" nos anos anteriores, havia conquistado amplamente a simpatia popular urbana.<sup>1/</sup>

---

<sup>1/</sup> Virgínio Santa Rosa, op. cit. ; José Honorio Rodrigues, op. cit., pg. 91; Maria Yedda Linhares, "Vargas: A tomada do poder," Tempo Brasileiro, Ano IV, 1966, N° 8. Paulo Nogueira Filho em Ideias e lutas de um burgues progressista (Livraria José Olympio Editora, Rio, 1965, 2° edição) comenta as manifestações públicas no Rio e em São Paulo durante a campanha eleitoral com as seguintes palavras: "Fora a primeira vez que a massa proletária, vinda do Brás, se fundira com a burguesia, invadindo, como casa sua, o centro da cidade (...). Como o Manifesto da Aliança Liberal dedicava todo um capítulo a questão social, havia concorrido, poderosamente, para a presença de considerável massa de trabalhadores na Esplanada do Castello, para ouvir a plataforma do candidato. Foi esse contingente, sempre ausente nos comícios republicanos, que deu ao espetáculo monumental de 2 de janeiro, na Capital Federal, as características que dele fizeram a mais vibrante e imponente das manifestações públicas até então realizadas neste país (...). Na sua plataforma liberal, (Vargas) não decepcionou nem a burguesia liberal nem o trabalhismo em plena gestação (...). Pela primeira vez, um Chefe de Estado da Federação abordava a questão social com tamanha objetividade (...). "Remember": estávamos no limiar de 1930! Os verdadeiros líderes do proletariado nascente, como classe organizada, ou eram deportados ou estavam na Bastilha da Ordem Política e Social, em São Paulo, isto é, nas masmorras do Cambuci". (pgs. 407, 408 e 409).

Por outro lado, não há nenhum motivo para supor que as classes populares tivessem alguma simpatia pelo regime e pelas classes oligarquicas cuja atitude com relação às reivindicações populares era fundamentalmente repressiva. É conhecida a opinião de Washington Luis a propósito da chamada "questão social": "a agitação operaria é uma questão que interessa mais à ordem pública que à ordem social", problema de interesse policial portanto.<sup>1/</sup>

A atitude da Aliança Liberal a respeito era bastante diferente. Virginio Santa Rosa caracteriza a Aliança Liberal nos termos típicos de um movimento policlassista: "A Aliança Liberal apresentava-se como um remanso acolhedor para todos os descontentamentos e todas as esperanças. O pobre, o milionário, o operario, o funcionário, o comunista, a feminista, todos podiam confiar na serenidade da ação do candidato por ela indicado".<sup>2/</sup> A preocupação com a transferencia dos conflitos sociais para a esfera do direito social encontra-se explicitamente formulada na plataforma eleitoral de Vargas: "o pouco que temos em materia de legislação social não é aplicado ou só é aplicado em parte minima e de modo esporádico": "se nosso proteccionismo favorece aos industriais em favor da fortuna particular impõe-se-nos tambem o dever de ajudar ao proletario com medidas que lhe assegurem relativo bem estar e estabilidade e o amparem tanto na enfermidade como na velhice".<sup>3/</sup>

Estas diferenças de percepção dos grupos dominantes em relação às classes populares parecem suficientes para que duvidemos do acerto de uma interpretação que tome como absoluta a ausencia popular no processo revolucionário. Elas

---

<sup>1/</sup> Cf. José Honorio Rodrigues, op. cit., pg. 83.

<sup>2/</sup> Santa Rosa, op. cit., pg. 51.

<sup>3/</sup> Getulio Vargas, A nova politica do Brasil, vol. 1, Ed. José Olympia, Rio de Janeiro, 1938, pg. 27.

se encontram, por certo, ausentes da ação propriamente política que conduz este processo, mas não dos cálculos dos chefes da Aliança Liberal que devem contar com sua presença social real. Evidentemente não cabe supor que sua presença na percepção destes líderes seja totalmente gratuita. As lutas operárias nos primeiros decênios deste século, e que insistiam sobretudo em reivindicações relacionadas a condições de trabalho e a legislação social, foram mais importantes do que geralmente se pensa hoje.<sup>1/</sup> Embora estas lutas não tenham podido encontrar enlaces diretos dentro do sistema político vigente nem formular perspectivas políticas próprias, não há dúvida que chegaram a constituir um problema real para o regime e, até certo ponto, uma ameaça possível à sua estabilidade.

## 2. Democracia e Autoritarismo

Do ponto de vista deste trabalho que busca caracterizar o surgimento político das classes populares, convém pois tomar o movimento de 1930 como um ponto de clivagem entre duas épocas. A primeira delas, sob vigência das pautas oligárquicas, exclui do sistema institucional a participação popular. A segunda buscará promover esta participação, buscará definir a cidadania como atributo extensivo às classes populares, particularmente através das iniciativas do Estado no período Vargas e dos líderes populistas na fase que vai desde o fim da ditadura em 1945 até a queda do governo Goulart em 1964. A passagem da exclusão a participação, eis o problema que importa agora por em destaque.

---

<sup>1/</sup> Sobre as lutas sociais no período anterior a 1930, ver Everardo Dias, História das lutas sociais no Brasil, Ed. Edaglit, São Paulo, 1962; Evaristo de Moraes Filho, O sindicato único no Brasil, Ed. "A Noite", Rio de Janeiro, 1962; Asiz Simão, Sindicato e Estado, Dominus Editora São Paulo, 1966; também, José Honorio Rodrigues, op. cit., pgs. 72, 74, 83.  
/Com referência

Com referencia a este tema, há um aspecto que nos parece decisivo para a compreensão das condições em que se dá o surgimento das classes populares à cena política: se no período da oligarquia as massas se encontram afastadas do jogo político, no período posterior sua participação estará sempre sob o patrocínio dos grupos que controlam o poder. Exceto contadas situações, jamais poder-se-á dizer que o ascenso das classes populares à cidadania haja implicado uma autonomia global de comportamento ou orientações políticas próprias. As condições desde fato - que caracteriza a manipulação a que se encontrarão submetidas as classes populares até os últimos anos do governo Goulart - vêm de longe, desde a abertura da crise da oligarquia.

Rompido o antigo sistema político baseado nos interesses agrários impõe-se a necessidade de uma nova conformação do poder. Não obstante, dadas as condições em que se produz a revolução - levada adiante por uma aliança entre as classes medias sem horizontes políticos próprios e os setores oligarquicos menos vinculados às atividades de exportação e relativamente marginais, portanto, ao eixo básico da economia - não se consegue estabelecer de maneira solida as bases de uma nova estruturação do Estado. O novo poder, sob o controle de Vargas, deverá passar por um longo período de instabilidade que afetará sua capacidade de ação até 1937, quando se estabelece a ditadura. São várias as crises surgidas por força dos conflitos entre os "tenentes", agrupados no Clube 3 de Outubro, e os políticos oligarcas, de dentro e de fora da Aliança Liberal, aos quais eles buscam deslocar das funções de mando. As maiores dificuldades surgem ao sul do país, no estado de São Paulo: em 1932 erguem-se a oligarquia e as classes medias paulistas numa insurreição em nome da constitucionalização do novo regime que, nas circunstancias de então, significava uma tentativa de

/restauração da



restauração da antiga hegemonia de São Paulo. Mas os problemas que afetam a estabilidade do poder revolucionário não surgem apenas de conflitos com a oligarquia. Setores de classe média nacionalista e antifacista e parte da classe operária se agrupam, sob a liderança de Luis Carlos Prestes, na Aliança Nacional Libertadora que reivindica contra Vargas e contra as oligarquias a formação de um "governo popular nacional revolucionário". Por outro lado, os setores médios de direita alcançam sua expressão política em torno do "movimento integralista", organização de estilo fascista que busca conquistar as simpatias de Vargas e tomar parte em seu governo.<sup>1/</sup>

A estabilidade do novo poder somente será atingida depois de sucessivas vitórias do governo, que resultarão sempre em fortalecimento do poder pessoal de Vargas. Primeiro a derrota da oligarquia paulista em 1932, depois a decretação da ilegalidade da Aliança Nacional Libertadora e a liquidação da insurreição de 1935 através da qual alguns de seus setores tentam a revolução popular; segue-se o golpe de 1937 e finalmente o esmagamento do putsch "integralista" de 1938. É no que se refere aos "tenentes" haveria que retomar um tema que nos parece decisivo. A destruição das formas oligárquicas de representação política na qual eles põem o melhor de seus esforços, embora consiga sem dúvida abalar as instituições anteriormente vigentes, não pode mudar um fato fundamental: o café continua sendo a base decisiva da economia e a estrutura geral da grande propriedade continua intocada. Sem perspectivas próprias ante o Estado e a sociedade, os "tenentes" que nos primeiros anos constituem uma das forças principais do novo regime tendo praticamente chegado a controlar todos os estados do Norte e do Nordeste,

---

<sup>1/</sup> Edgar Carone, Revoluções do Brasil Contemporâneo, São Paulo Ed., S. Paulo, 1965, realiza uma análise detalhada de todo este período.

/perderão rapidamente

perderão rapidamente as suas posições abrindo caminho, por um lado, a um restabelecimento parcial das oligarquias e, por outro, ao crescimento do poder pessoal de Vargas.

A raiz desta situação de crise e de instabilidade está em que nenhum dos grupos participantes do jogo do poder tem qualquer condição para assegurar para si as funções de hegemonia e de domínio políticos. Com efeito, nenhum dos grupos sociais mais importantes representados no novo poder - as classes medias vitoriosas na revolução, os setores interessados na agricultura do café duas vezes derrotados mas nunca ausentes, e os setores agrarios mais tradicionais e menos vinculados à exportação - tem condições para exercer com exclusividade o poder subordinando as demais classes a suas perspectivas e interesses. Do mesmo modo seria difícil dizer que qualquer destes grupos tivesse reais possibilidades de assumir a hegemonia do Estado fazendo traduzir seus interesses particulares ao nível dos interesses gerais da Nação.

Isto tudo significa que estamos no processo de formação do amplo e instavel compromisso social sobre o qual se apoiará o Estado nos decenios posteriores. Estamos perante uma situação de transação em que nenhum dos grupos participantes pode oferecer ao Estado as bases de sua legitimidade: as classes medias porque não tem autonomia frente aos interesses tradicionais em geral, os interesses do café porque diminuidos em sua força e representatividade politicas por efeito da revolução, da segunda derrota em 1932 e da depressão economica que se prolonga por quase um decenio, os demais setores agrários porque menos desenvolvidos e menos vinculados com as atividades de exportação que ainda são básicas para o equilibrio do conjunto da economia.

/Este equilibrio

Este equilíbrio instavel entre os grupos dominantes - aos quais haverá que acrescentar posteriormente setores de empresariado industrial - constitui um dos traços marcantes da politica brasileira nos últimos decenios. Nestas condições de compromisso e de instabilidade formam-se algumas das características mais conhecidas da politica desta etapa histórica, em particular do periodo 1945-1964. Entre estas mencione-se por sua importancia para o entendimento do populismo, a personalização do poder, a imagem (meio real e meio mitica) da soberania do Estado sobre o conjunto da sociedade e a necessidade da participação politica das massas populares urbanas.

O compromisso significa, por um lado, que aqueles que controlam as funções de governo já não representam de modo direto aos grupos sociais que exercem sua hegemonia sobre alguns dos setores básicos da economia e da sociedade. A nova estrutura politica manifesta assim uma diferença fundamental em relação ao "antigo regime": já não constitui a expressão imediata da hierarquia social e economica, já não é expressao direta dos interesses de uma única classe como o fora no periodo da oligarquia. O chefe do Estado assume nas funções de governo também a posição de árbitro (e aí está uma raiz de sua grande força pessoal), frente a interesses diferentes e algumas vezes contraditorios. Neste sentido se diferencia dos antigos Presidentes oligarquicos, também com um enorme poder pessoal, mas que arbitravam fundamentalmente nos limites de compromisso estabelecido entre as oligarquias regionais.<sup>1/</sup>

Nos primeiros anos de governo revolucionário Vargas, cuja posição era inicialmente bastante fragil, se fortalecerá a base de sua capacidade de

---

<sup>1/</sup> Sobre Estado de Compromisso, ver também Juarez Rubens Brandão Lopes. Desenvolvimento e Mudança Social, ed. mimeo, S.Paulo, 1966, pg. 102.  
/transação entre

transação entre os interesses sociais e políticos diversos que estiveram representados no movimento que pos abaixo o regime oligarquico. Ganhará depois <sup>A</sup>força da impotencia politica que manifestam os grupos que participam do governo revolucionário e de seus fracassos, bem como dos fracassos da oligarquia derrotada em impor-se politicamente. Nestas condições, sua pessoa tenderá a confundir-se com o proprio Estado que, como ele, tende a distanciar-se dos interesses imediatos em pugna e primar soberanamente sobre o conjunto da sociedade. Não é por acaso portanto que Vargas considerava como "a suprema inteligencia do homem de Estado" aquele "oportunismo superior"<sup>1/</sup> que lhe permitia manter-se à tona no ambito de uma situação politica em que a crise é a grande constante.

Contudo, uma situação tão instavel quanto aquela manifestada pela politica brasileira nos primeiros anos do decenio dos 30 não poderia servir de ponto de partida para uma nova estruturação do poder se devesse depender apenas da relativa fragilidade das forças sociais e politicas em presença e da capacidade pessoal de Vargas de realizar uma politica de equilibrio entre elas. Mesmo sua persistencia no poder por quinze anos seria inexplicavel se fossem apenas estes os fatores a compor o quadro politico, e o chefe do Estado não dispusesse de uma força social e politica propria. Deste ponto de vista haverá que considerar, inicialmente, a progressiva subordinação dos "tenentes" à politica varguista, na medida em que perdem posições politicas e reverterem às fileiras das Forças Armadas. Como se sabe estas serviram de garantia para o regime varguista até fins da segunda guerra mundial quando provocam sua queda, ao tomarem o partido das forças

---

<sup>1/</sup> "O velho conflito da autoridade e da liberdade só admite a sabedoria das soluções concretas e realistas, conforme os sentimentos e as exigencias de cada época. Esse oportunismo superior é a suprema inteligencia do homem de Estado. Getulio Vargas, As diretrizes da nova politica do Brasil, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1942, pg. 32.  
/anti-ditatorias

anti-ditatoriais. A presença dos "tenentes" na primeira etapa e o apoio militar durante a ditadura estão diretamente relacionados com a orientação econômica que o governo Vargas vai seguir até seu final: o nacionalismo dos "tenentes", manifesto nos debates do Club 3 de Outubro e nas primeiras medidas econômicas do governo persiste depois nas Forças Armadas que garantirão a consolidação desta política.<sup>1/</sup> Por outro lado, o combate "tenentista" as instituições políticas oligárquicas, conduz ao fortalecimento do poder central e, portanto, do poder de Vargas, ao mesmo tempo em que exalta a idéia da Nação.<sup>2/</sup> Não se deve descuidar, além disso, a importância que passa a ter a estrutura administrativa do Estado que foi reformulada nesta etapa e consideravelmente ampliada.<sup>3/</sup> A reestruturação administrativa seguindo em ampla medida os princípios corporativistas acrescenta poder econômico ao Estado ao mesmo tempo que amplia a área de controle político do Executivo sobre os grupos econômicos privados.

1/ Sobre estes aspectos, ver Nelson Werneck Sodré, Historia Militar do Brasil, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965, pgs. 237 e seguintes. Ver também Edgar Carone, op. cit., pg. 114.

2/ É importante ressaltar que nas condições de regionalização do poder político imperantes até 1930, os militares apareciam já, então, e por força das próprias características da corporação, como um elemento de afirmação da unidade nacional. Martins de Almeida, em livro publicado em 1932 (Brasil Errado, Schmidt Editor, Rio de Janeiro), caracteriza o "tenentismo" como "unitário e centralizador, de caráter puramente nacionalista" (pg. 172). Observa também que "sem o caráter regional de que se revestem em geral os nossos homens públicos, qualitativamente mineiros, paulistas, riograndenses ou nortistas, os "tenentes" são, entretanto, marcados por um sentimento vivo de classe como não se encontra em nenhum outro agrupamento social entre nós" (pg. 167).

3/ Sobre o tema ver Mario Wagner Vieira da Cunha, O sistema administrativo Brasileiro, C.B.P.E., ed. Ministério de Educação, Rio de Janeiro, 1963.

Na mesma época começa a aparecer no cenário político uma nova força social, as classes populares urbanas. Inicialmente contactadas por grupos vinculados aos "tenentes" João Alberto e Miguel Costa em São Paulo,<sup>1/</sup> e depois amplamente mobilizadas em todo o país pela Aliança Nacional Libertadora durante seu curto período de vida, a entrada das novas classes na política se constituirá progressivamente em um quase-monopólio político de Vargas. No transcurso de seu primeiro período à chefia do Estado, as classes populares urbanas passarão a ser a grande fonte de seu prestígio como governante e seu nome entre as massas permanecerá depois de sua queda como ditador, permitindo-lhe voltar à Presidência em 1954 apesar da oposição inicial de seu próprio partido.

Vargas "doará" uma legislação do trabalho em favor das classes populares urbanas<sup>2/</sup> (atendendo deste modo à pressão popular já antiga nas cidades sem interferir com os interesses agrários pois os trabalhadores agrícolas continuarão por muito tempo excluídos), criará uma estrutura sindical sob controle do Estado, estabelecerá através dos órgãos oficiais de propaganda uma ideologia paternalista que projeta nele a imagem de grande líder nacional dos trabalhadores, o "pai dos pobres". Aparece assim na história brasileira o fantasma popular que será manipulado por Vargas durante quase dois decênios. E servindo durante toda esta longa etapa como "massa de manobra" ao chefe do Estado, as classes populares servirão também, e paradoxalmente, como uma das principais fontes de legitimação do Estado.

---

1/ Cf. Helio Silva, 1931 - Os tenentes no poder, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966, pgs. 117 e seguintes. Mencione-se também que as tentativas de aproximação dos "tenentes" com a classe operária não estão alheias à crise da interventoria João Alberto, preliminar da contrarrevolução de 1932.

2/ Evaristo de Moraes Filho, op. cit., faz uma crítica fundamentada da tese da "doação".

A manipulação das massas populares realizada neste período tem uma significação que se tornará cada vez mais clara, particularmente durante a fase democrática: trata-se da definição da cidadania do conjunto das classes populares urbanas. O estabelecimento de seus direitos sociais e de suas formas de associação significa, mesmo no período ditatorial em que não têm vigência os direitos políticos individuais, o reconhecimento de sua cidadania política sob a forma da incorporação das classes ao Estado. Por outro lado, a mobilização e a incorporação políticas realizadas durante a ditadura se complementam com a mobilidade ascensional das massas que nesta época se intensifica através do impulso ganho pelo crescimento das indústrias e das cidades.<sup>1/</sup> Nestas circunstâncias, a incorporação ao Estado vai acompanhada, como veremos, de maiores possibilidades de emprego e de consumo. Trata-se, enfim, de um processo de ampliação das bases sociais do Estado que, nas palavras de Alain Touraine, poderia designar-se como "democratization para voie autoritaire".<sup>2/</sup>

Nestas condições, a abertura da crise da hegemonia oligarquica com a revolução de 1930, abre também a possibilidade de uma mudança radical no jogo político. Registremos inicialmente o fortalecimento do Executivo e a personalização do poder através dos quais o Estado passa a estabelecer-se como instituição, cada vez mais centralizado e absorvente. Acrescente-se a subordinação dos "tenentes" e a garantia das Forças Armadas que permite consolidar a orientação nacionalista da política econômica. Finalmente, a oportunidade do surgimento político das classes populares. Deste modo,

---

<sup>1/</sup> Sobre este ponto ver Caps. IV e V.

<sup>2/</sup> Alain Touraine, Industrialisation et conscience ouvrière a São Paulo, Sociologie du Travail, Abril 1961, pg. 87.

o chefe do governo, apoiado na máquina administrativa do Estado e nas Forças Armadas, prestigiado pelas maiorias populares das cidades e exercendo as funções de árbitro entre os grupos dominantes, passa a decidir em nome dos "interesses da Nação". Através dos mecanismos que lhe assegura o controle do governo, Vargas encontra a maneira de responder a todo tipo de pressões sem subordinar-se, de modo exclusivo, aos interesses imediatos de qualquer delas. O novo regime já não é oligarquico embora os grandes proprietários não tivessem sido seriamente afetados em suas funções de hegemonia social e econômica os níveis regionais e municipais e, pelo contrário, seus interesses sejam também contemplados dentro do novo esquema de poder. Tampouco seria adequado falar de uma "democracia burguesa" tal como esta é concebida na tradição política ocidental, apesar de que os setores industriais da burguesia tenham vantagens adicionais na nova situação - pois frequentemente os "interesses da Nação", tal como são vistos pelo Estado, coincidem no fundamental com os interesses da industrialização.<sup>1/</sup> Trata-se, em última instância, de um Estado de Compromisso, ou melhor de um Estado em crise, que se forma e se reforma na busca de respostas à nova situação criada pela crise da economia agrária, pela crise local (e mundial) das instituições liberais, pelos esforços de industrialização autônoma de uma sociedade tradicionalmente agrária e dependente, pela dependência social dos setores médios e pela crescente pressão popular.

---

<sup>1/</sup> Para uma análise geral das relações entre o Estado brasileiro e a economia, ver Otávio Ianni, Estado e capitalismo, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965.



3. Estado: O Compromisso e a Crise

Ainda antes de que se instaure a ditadura em 1937 é possível encontrar indícios da composição de forças sobre a qual se assenta a nova estrutura política. A Constituição de 1934, por exemplo, indecisa entre os princípios liberais de 1891 e os princípios "sociais" (semi-corporativistas) da nova etapa, expressa em parte a composição alcançada no período post-revolucionário. Consagra as diversas iniciativas do governo provisório com relação aos direitos sociais dos trabalhadores urbanos, inclui um capítulo sobre a "ordem econômica e social" que consolida as medidas de caráter nacionalista já assumidas, ao mesmo tempo em que consagra as reivindicações liberais de "representação e justiça" das classes médias (por exemplo, criação da Justiça Eleitoral) e não interfere contra os interesses sociais da grande propriedade. Não obstante parece que o novo sistema só estará plenamente consolidado a partir de 1937 quando, com a instalação da ditadura, o poder pessoal de Vargas e, com ele o poder do Estado, se instauram por sobre todas as forças sociais presentes no jogo político.

Com o fim da ditadura Vargas em 1945 poder-se-ia propor a seguinte pergunta: a volta do país a democracia teria alterado as condições políticas de modo a fazer possível um regime pluralista? Esta pergunta vem a propósito pois com a queda de Vargas nasce no país um novo sistema de partidos. Além disso, o movimento pela derrubada da ditadura coincide com o fim da guerra e consegue unir a amplos setores anti-facistas. Parecia iniciar-se, enfim, a verdadeira democracia brasileira, sonho que acariciavam desde os anos 20 os setores liberais das classes médias urbanas.

/Não obstante,

Não obstante, a volta do país às normas democráticas se revelará em uma amarga frustração para todas as tendências políticas ainda vinculadas à idéia de uma democracia liberal. A jovem democracia brasileira terá como apoio básico o mesmo compromisso social que já havia funcionado como suporte da ditadura, terá como principal fundamento de legitimidade as massas populares e como chefes aos líderes populistas. Já em 1945, um jornalista liberal traduz do seguinte modo a nova situação: "o voto secreto transfere o suborno do indivíduo para os grupos, as classes, os sistemas de interesse".<sup>1/</sup>

O novo sistema partidário se baseia em duas agrupações criadas sob o patrocínio de Getúlio Vargas e que buscam dar forma organizada ao mesmo esquema de aliança de classes em que apoiara seu primeiro período de governo. O partido Social Democrático deveria dar expressão aos setores

---

<sup>1/</sup> Rubens do Amaral, de artigo publicado no "Estado de São Paulo", 8/12/45. Outro jornalista liberal, Plínio Barreto, expressa muito bem a perplexidade em que se encontraram amplos setores de classe média perante a democracia recém "restaurada" pois aconselha com as seguintes palavras aqueles que pretendam sucesso na política: "Evite por todos os meios obrigar o povo a refletir. A reflexão é um trabalho penoso a que o povo não está habituado. Dê-lhe sempre razão. Prometa-lhe tudo que ele pede e abrace-o quanto puder. O único talento que se permite ao candidato é o de camelot." ("Estado de São Paulo", 26/1/47). A visão da revista Anhembi a respeito das eleições de 1950, através das quais Vargas volta a Presidência, está na mesma linha de opinião: "No dia 3 de outubro, no Rio de Janeiro, era meio milhão de miseráveis, analfabetos, mendigos famintos e andrajosos, espíritos recalçados e justamente ressentidos, indivíduos tornados pelo abandono homens boçais, maus e vingativos, que desceram os morros embalados pela cantiga da demagogia berrada de janelas e automóveis, para votar na única esperança que lhes restava: naquele que se proclamava pai dos pobres, o messias-charlatão...". (Anhembi, São Paulo, Vol. I, Nº 1, dezembro de 1950).

conservadores vinculados com a atividade agraria e de fato conseguiu manter por muitos anos o dominio da maioria das zonas rurais a base de uma "politica de clientela" similar em muitos pontos a do "coronelismo" da República Velha. O Partido Trabalhista Brasileiro deveria dar expressao politica às massas trabalhadoras urbanas, objetivo que só muito parcialmente terá sido atingido. Nascidos do poder, dependentes em larga margem do prestigio pessoal de Vargas e ademais sempre vinculados, diretamente ou indiretamente a todos os governos seguintes (com a exceção dos seis meses da Presidencia Quadros), ambos os partidos tendem a funcionar como partidos de patronagem. O terceiro grande partido, a União Democrática Nacional, forma-se durante a campanha contra a ditadura e se apoia parcialmente em grupos de classe media urbana liberal e em alguns importantes setores rurais. Durante quase todo o periodo democrático orientou-se por uma linha de oposição ao esquema PSD-PTB e ao populismo em geral (embora na fase final tenha participado da campanha de Quadros à Presidencia).<sup>1/</sup>

---

<sup>1/</sup> Cabe advertir que esta caracterização dos partidos brasileiros deste periodo apenas pretende captar os aspectos mais gerais que se manifestaram a nível nacional. Sobre o tema ver tambem, Orlando M. Carvalho, "Os partidos nacionais e as eleições parlamentares de 1958", Revista Brasileira de Estudos Politicos, Nº 8, abril de 1960; Glaucio Ary Dillon Soares, "A nova industrialização e o sistema politico brasileiro", Dados, Nº 2/3, 1967; e Helio Jaguaribe, Desarrollo económico y desarrollo político.

Outras análises, entretanto, tratam de demonstrar o relativo amorfismo dos principais partidos brasileiros. Na verdade existem indicações para afirmar o caráter pouco ideologizado dos partidos, sua escassa consistencia programática expressa inclusive em sua diversidade regional, a importancia decisiva do controle do aparato estatal (sobretudo executivos estaduais) para o sucesso eleitoral. Coerentemente há elementos para duvidar da caracterização do PTB como partido operário. Sobre estes pontos ver Vilmar Faria, Os Determinantes estruturais da ação politica: alguns dados brasileiros, mimeo, Santiago, 1968.

A presença ostensiva das classes populares na política é certamente o fato novo da etapa democrática que começa em 1945.<sup>1/</sup> Os dados sobre a participação eleitoral podem sugerir a importância do fato: em 1934 os eleitores inscritos representam 6,5% da população total, em 1950 esta proporção sobe a 22%.<sup>2/</sup> É esta a primeira vez em que as classes populares aparecem livremente no cenário. Liberdade relativa, por certo, e somente possível dentro dos limites de uma estrutura de poder que permanece essencialmente a mesma do período anterior. De todos modos, terminada a ditadura, termina também o monopólio de Vargas sobre a manipulação da opinião pública (ainda quando este líder tenha sido sempre a maior figura do populismo ao qual todos os demais populistas, com a única exceção de Quadros, estarão de certo modo vinculados). Nos primeiros anos de vida democrática reaparece Luis Carlos Prestes como chefe do Partido Comunista e com todo o prestígio que lhe confere seu passado de "terente" revolucionário e o longo período de prisão durante a ditadura. Mas o P.C. que nestes primeiros anos chegou a ser um dos maiores partidos do país, foi posto na ilegalidade em 1947 perdendo grande parte de sua influência popular.

Dominada durante a maior parte do tempo pelo esquema populista expresso na aliança PSD-PTB, a nova democracia difere portanto radicalmente do modelo liberal. E a diferença mais notável está em que nessa democracia de massas, o Estado se apresenta de modo direto a todos os cidadãos. De fato, todas as organizações que se apresentariam, no modelo clássico, como mediadores entre o Estado e os indivíduos são antes entidades anexas ao próprio Estado

---

<sup>1/</sup> Uma análise detalhada deste período poderá ser encontrada em "O Processo Político-Partidário Brasileiro de 1945 ao Plebiscito", Paula Beiguelman, Pequenos estudos de ciência política, op. cit.

<sup>2/</sup> Anuários Estatísticos do Brasil de 1939/40 e 1965.

/que organismo

que organismo efetivamente autônomos. A estrutura administrativa semi-corporativa criada durante a ditadura persiste. Amplia o Estado sua esfera de influência na economia, seguindo a orientação nacionalista, com a criação da usina siderúrgica de Volta Redonda e com o estabelecimento do monopólio estatal do petróleo (Petrobras), entre outras importantes empresas de economia mista. Ademais, os sindicatos mantêm durante todo o período democrático a mesma estrutura dependente do Estado, embora assumam os novos líderes uma liberdade maior de comportamento.<sup>1/</sup>

Dentro destes marcos em que o Estado se põe em contato direto com os cidadãos, as ideologias tendem a ocupar um lugar relativamente secundário. Os aspectos decisivos da luta política - as formas de adquirir e de preservar as funções de domínio político - estão sempre vinculados a uma luta entre personalidades que tende a obscurecer os motivos doutrinários. A única ideologia realmente significativa como tal durante toda esta etapa foi o nacionalismo, associado intimamente à ideia da intervenção estatal na economia. E o nacionalismo, em coerência com o quadro geral, nasce também do próprio Estado, particularmente influido pelos militares desde os anos 30 e consolidado como orientação de governo pela ditadura. Como ideologia, sua estreita dependência da iniciativa estatal é essencialmente a mesma, tanto no referente à política de desenvolvimento nacional tentada por Vargas em seu segundo governo e que põe a ênfase na criação de empresas públicas, quanto para os germens de nacionalismo popular dos últimos anos do governo Goulart que acentuavam a necessidade das reformas de estrutura e da ruptura da dependência do país em relação ao capital estrangeiro.

---

<sup>1/</sup> Cf. os trabalhos já citados de Alain Touraine e de Azis Simão. Ver também Jorge Miglioli, Como são feitas as greves no Brasil?, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1963. /A continuidade

A continuidade desta "democracia de massas", que como tal preserva muitas das características políticas em formação desde 1930, não está totalmente alheia à persistência dos mesmos marcos estruturais em que vive a sociedade brasileira desde a revolução. Apesar de todas as mudanças havidas, o travejamento das estruturas sociais e econômicas permaneceu o mesmo em vários aspectos fundamentais. Por um lado, o processo de industrialização, que se intensificou no decênio de 1950 não pôde, segundo Furtado, independizar-se das influências exercidas pelo mercado externo.<sup>1/</sup> Ademais, de acordo com os estudos de Fernando Henrique Cardoso, o próprio desenvolvimento industrial passou a depender cada vez mais de capitais estrangeiros e não se revelou capaz de criar um empresariado industrial que pudesse formular uma política nacional.<sup>2/</sup> O que significa dizer que frustrou-se também uma importante possibilidade de superação da transação social que desde os anos 30 caracteriza a estrutura do Estado.

Ao lado da continuidade do compromisso, não se perca de vista, porém, a continuidade da crise do poder. O agravamento da crise particularmente nos últimos anos do governo Goulart, será talvez a única novidade da etapa democrática. Apesar das muitas semelhanças com o período anterior, esta é a etapa onde se faz cada vez mais claro o choque das forças sociais na grande transação que serve de base ao poder. Em realidade, desde os primeiros anos de democracia, os golpes de Estado aparecem como alternativa política para os grupos insatisfeitos com as orientações do regime. A oposição da direita à entrega do governo a Vargas, democraticamente eleito em 1950 por grande maioria popular; a crise de 1954 que conclui com seu suicídio; as dificuldades opostas pela direita à ascensão de Kubitschek em

1/ Cf. Furtado, op. cit., cap. 2, itens III, IV e V.

2/ Cf. Cardoso, op. cit., pgs. 84 e 85.

1955 e depois a Goulart em 1961 como sucessor de Quadros renunciante, - são alguns fatos característicos da progressiva deterioração do sistema de poder.

Por outro lado, as classes populares, com as margens de liberdade permitidas pela nova situação, passam a pressionar de maneira crescente e as formas de ação popular começam, em certos casos, a ir além dos esquemas tradicionais de manipulação: as frequentes greves de trabalhadores, a importância crescente dos grupos nacionalistas, a mobilização da opinião pública em torno ao tema das reformas de estrutura (em particular a reforma agrária), a extensão dos direitos sociais aos trabalhadores do campo, a mobilização dos trabalhadores do campo nas "ligas camponesas" e nas organizações sindicais. Numa palavra, começa a formar-se no país um movimento popular de estilo novo. Embora nascido no interior dos quadros institucionais e em ampla medida dependente da política populista de Goulart, este movimento colocava problemas cujas soluções implicavam mudanças de base na composição de forças sociais sobre as quais se apoiava o regime. Em realidade, a superação dos limites urbanos da manipulação de massas - com um começo de mobilização das massas rurais - significava que começava a deslocarse um dos elementos básicos da estrutura do Estado - a grande propriedade da terra - que o populismo em nenhum momento anterior havia ousado atingir.<sup>1/</sup>

Nos últimos anos deste período democrático torna-se mais evidente a existência de uma solução de compromisso entre os grupos dominantes, compromisso que se faz cada vez mais precário, e também se torna mais clara a pressão das classes populares sobre as estruturas institucionais. Cria-se então

---

<sup>1/</sup> Para uma análise da crise, em especial do crescimento do movimento popular, ver Mario Pedrosa, A opção brasileira, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966, pgs. 55 e seguintes.

uma situação singular: todos os grupos, incluídos alguns setores populares urbanos, participam direta ou indiretamente do poder; não obstante, como nenhum deles possui a hegemonia política, todos percebem o Estado como entidade superior do qual esperam solução para todos os conflitos e problemas. Com relação aos setores empresariais, por exemplo, afirma Cardoso que eles se identificam subjetivamente com o governo mas se consideram subjetivamente como "povo", e como tal exigem proteção e prebendas: "o empresariado tira máximo proveito de ser uma classe economicamente dominante sem se-lo totalmente do ponto de vista político".<sup>1/</sup>

Esta situação de dependência dos diferentes grupos sociais perante o Estado é uma realidade desde a crise que põe termo ao regime oligárquico. Não obstante, nestes últimos anos ampliam-se as expectativas exatamente quando, do ponto de vista econômico, o processo de industrialização chega aos limites de sua coexistência com os setores agrários criando assim uma situação de conflitos potenciais. E uma vez mais, como diz Furtado, os conflitos entre os interesses agrários e industriais não se expressam em forma politicamente direta. A tensão não pode vir a luz porque o desenvolvimento industrial vai unido ao crescimento dos setores mais tradicionais da economia agrária - a agricultura para o mercado interno - que identifica no debate político seus interesses com os da agricultura em geral.<sup>2/</sup>

Nestas condições, nenhum dos grupos dominantes mais significativos se revela capaz de oferecer apoio a uma política de reformas ainda quando alguns deles pudessem obter vantagens com as mudanças de estrutura. E uma vez mais, as massas populares são chamadas a aparecer como a força capaz de oferecer sustentação ao reformismo governamental, e através desta política, ao próprio

---

<sup>1/</sup> Cardoso, op. cit., pg. 168.

<sup>2/</sup> Furtado, op. cit., pg. 123.



Estado. Contudo, a nova situação propõe problemas mais complicados. Enquanto que em todo o período anterior a ação dos governos populistas não foi muito além de optar, através do jogo dos interesses dominantes, pelas linhas de menor resistência popular, na atual situação se impõe ao Estado superar de maneira radical este jogo dos interesses. Enquanto que no período anterior o processo político havia criado, através do populismo combinado com a relativa impotência dos grupos dominantes, a imagem de um Estado soberano, agora se impõe ao Estado a necessidade de provar a realidade de sua soberania, o que supõe um enfrentamento com poderosos interesses locais e estrangeiros.

Se temos em conta a natureza da participação política das classes populares, perceberemos as graves limitações que se impõem a esta política de reformas que chega a constituir-se na orientação básica do governo Goulart. A importância política da participação popular esteve desde suas origens da dependência da existência de uma transação de interesses entre os grupos dominantes. Se elas serviram como um dos fundamentos de legitimidade do Estado, tal só foi possível dentro dos limites muito restritos da manipulação que as inibia de desenvolver uma política autônoma. Foram fonte de legitimidade do Estado enquanto podiam também ser "massas de manobra" dentro da aliança de classes populista.

O grande compromisso social sobre o qual o Estado se apoiava se vê então condenado por todas as tendências de que se compõe. Condenado pela direita e pelas classes médias liberais, que se amedrontam ante a crescente pressão popular; pelos grandes proprietários que se opõem resolutamente à ideia da reforma agrária e à mobilização camponesa; pela burguesia industrial, em ampla medida associada aos interesses estrangeiros ou

/dependente deles,

dependente deles, e que também se impressiona com a crescente agressividade popular. E, malgré as eventuais intenções de alguns de seus líderes, estava também condenado pelo próprio movimento populista cada vez menos capaz de manter as classes populares dentro dos limites permitidos pelas regras do jogo.

Capítulo IV

FORMAÇÃO DAS CLASSES POPULARES:  
POPULISMO, URBANIZAÇÃO E MIGRAÇÕES

A emergência política das classes populares se encontra condicionada, como vimos no capítulo anterior, pela situação de crise e de instabilidade que caracterizam o Estado no período posterior a 1930. A partir da revolução que põe abaixo a ordem liberal-oligarquica, começa a estabelecer-se uma estrutura de Estado de caráter semi-corporativo que se encontrará apta a promover a incorporação das classes populares urbanas bem como das demais classes em formação. Examinado portanto o surgimento das classes populares na cena política do ponto de vista das transformações que se verificam ao nível das estruturas do Estado, torna-se claro que elas aparecem envolvidas em uma relação de manipulação: elas só servem à legitimação do Estado na medida em que, paradoxalmente, são também "massas de manobra" para os grupos que controlam o poder; seus interesses sociais reais de classe só podem encontrar algum grau de expressão na medida em que politicamente ajustados e subordinados aos interesses dominantes; e, enfim, sua autonomia de comportamento como classe não pode ir além dos limites impostos por esta relação de manipulação que -ai está a raiz do paradoxo- possibilita sua emergência.

Encontraremos nestas condições uma das raízes de algumas características dominantes no comportamento político popular, características em geral percebidas e apresentadas de maneira negativa. Referimo-nos aos temas da "ausência de consciência de classe" pela identificação das massas populares com ideologias "supraclassistas" (nacionalismo, por exemplo),

/"ausência de

"ausencia de um comportamento politico racional" pela submissão emotiva a lideranças personalistas, "ausencia de representação politica propria" pela identificação com líderes vindos de outras classes, etc. Enfim, tudo se passa como se as classes populares urbanas, por ser promovidas "desde cima" à participação no Estado, estivessem condenadas a uma subordinação politica que não podem romper sem por em perigo as condições de sua propria incorporação.

Convem assinalar, contudo, que este é apenas um dos aspectos do problema. Se não pretendemos permanecer dentro de uma visão do processo <sup>parcial</sup> em que se dá a emergencia politica popular, deveriamos admitir que ele não depende apenas das possibilidades abertas pela crise do poder e pela promoção que se faz "de cima" mas também da pressão social que vem "de baixo". Depende não apenas das circunstancias em que se abre a crise da ordem liberal-oligárquica e em que se dão as primeiras condições para o instavel compromisso politico dos últimos decenios, mas também das peculiaridades da formação das classes populares urbanas no bojo dos processos de industrialização e de urbanização posteriores à crise das estruturas agrárias tradicionais.

Para evitar uma interpretação unilateral que falseia a experiencia histórica dos últimos decenios, seria conveniente insistir na critica à fragilidade de uma interpretação que veja na emergencia politica popular simples elemento dependente das vicissitudes por que passa o Estado. A rigor, a relação de manipulação dos grupos dominantes sobre as classes populares não poderia manter-se desde que isolada das condições sociais que impulsionam estes setores a tomar parte no jogo. A manipulação, pelo menos nas dimensões observadas no populismo, não é possível sem envolver -e por certo que contraditoriamente-

/algum grau

algum grau de real expressão dos interesses sociais das classes populares emergentes. Seria um contrasenso supor-se que estas possam ter servido como base de apoio, e até certo ponto de legitimação, de um regime que ignorasse os problemas postos por sua situação social.

Em face destas considerações, impõe-se mudar a perspectiva da análise das condições de formação da nova estrutura de poder, para as condições em que se formam as classes populares e as pressões que criam sobre as estruturas do Estado. Nosso ponto de vista é de que ambos os processos - o de formação de uma nova estrutura de poder e o de formação das novas classes - tão diferentes entre si como podem ser fenômenos que se dão ao nível da política e ao nível da estrutura social, são dimensões de um processo mais geral; a crise de conjunto das antigas estruturas por força do desenvolvimento de sua contraditoria dinâmica interna e das alterações verificadas no modo de sua integração dependente ao sistema capitalista internacional.

Parece não haver dúvidas entre os sociólogos de que a interpretação do populismo requer a consideração de ambas as dimensões referidas. Do mesmo modo, parece haver um acordo em conceber o populismo como expressão do processo de transição e de crise que se manifesta <sup>tanto</sup> ao nível do Estado como da estrutura social. Todo o problema está em saber como se concebe este processo de transição e que tipo de relação pode ter com as formas da emergência popular predominantes em muitas partes do mundo dependente.

Este capítulo e o seguinte se dedicam à análise das condições sociais que explicariam a adesão das classes populares a formas populistas de comportamento político. Neste capítulo faremos referência às hipóteses funcionalistas que buscam associar o populismo aos chamados processos de

/"mobilização", ou

"mobilização", ou de "puesta en disponibilidad" de setores sociais anteriormente identificados com "normas tradicionais" de conduta. No seguinte, entraremos a propor uma hipótese de caráter histórico-estrutural para a explicação do populismo como expressão das peculiaridades do processo de formação das classes populares num país dependente. Como se perceberá, estas hipóteses não são necessariamente excludentes: a vigência do populismo entre as classes populares é um fato conhecido e considerado do ponto de vista da primeira hipótese, do mesmo modo que a segunda não pode deixar de considerar a importância dos fenômenos de "mobilização" presentes em processos tão importantes como a urbanização e as migrações rurais. Contudo, pensamos que também ficará <sup>claro</sup> que a adoção de um ou de outro destes pontos de vista como eixo interpretativo supõe perspectivas teóricas distintas e conduz a resultados distintos para o conhecimento do processo de transição.

#### 1. Populismo e cidade

Quando nos indagamos no Brasil pelas condições sociais dos movimentos populistas ou nacionais-populares, um fato se destaca de maneira imediata: como fenômeno de massas estes movimentos têm um caráter predominantemente urbano. Diferentemente do "coronelismo", que teve o domínio das áreas rurais do Brasil até 1930 e que depois da revolução persistiu durante muito tempo em várias regiões do país, e de outras antigas formas de dominação política como o "caudillismo" de alguns países de tradição espanhola, os movimentos populistas são peculiares às cidades, particularmente às grandes cidades.

/Nas eleições

Nas eleições de 1950 Vargas obtem cerca de 41 por cento de sua votação total do país nos tres estados mais urbanizados, São Paulo, Guanabara e Rio<sup>1/</sup>. Nestes mesmos estados os outros dois candidatos, Eduardo Gomes e Cristiano Machado obtem proporções significativamente menores de suas votações, 27 por cento e 13 por cento respectivamente. O mesmo argumento pode ser visto a partir da análise de outros dados: em 1950, Vargas obteve um 40,99% da votação total do país, mas nestes tres estados mais urbanizados seus votos constituiriam aproximadamente um 61% dos votos destes estados, ou seja, um 20% acima da porcentagem nacional.

Estado	% votos pró-Vargas s/ total do Estado	Diferença com relação à media nacional
Guanabara	62,19	21,20
São Paulo	61,59	20,60
Rio de Janeiro	61,06	20,07

Fonte: Dados Estatísticos, T.S.E., Rio de Janeiro, 1952

Note-se além disso que, para as mesmas eleições, a correlação entre

<sup>1/</sup> Nossas "variáveis" podem referir-se a estados, cidades e indivíduos como unidades "estatísticas" de análise. A rigor, a inferência <sup>de</sup> veria limitar-se ao nível de análise considerado pois sempre se correm riscos na passagem de um nível de análise a outro na interpretação das relações. Não obstante, há técnicas que permitem estimar a força das relações em um nível a partir de outro. (Johan Galtung - Teoria y Métodos de la Investigación Social, Eudeba, Buenos Aires, 1956, especialmente Cap. III; Gino Germani, Estructura Social de la Argentina, Ed. Raigal, Buenos Aires, 1955, pág. 252).

/urbanização dos

urbanização dos estados e votos Vargas é superior a 0.50 enquanto que para Gomes e Machado obtemos correlações negativas<sup>1/</sup>.

Correlações Voto x Urbanização<sup>a/</sup>

<u>Para 17 Estados<sup>b/</sup></u>	<u>Vargas</u>	<u>Gomes</u>	<u>Machado</u>
<u>Cidades + 20.000 pop. total</u>	0.64	-0.29	-0.34
<u>Cidades + 100.000 (incluides capitais, pop. total</u>	0.54	-0.29	-0.12

---

a/ As porcentagens de votos obtidos pelos candidatos em cada estado foram ordenadas e calculada a correlação com a ordenação resultante de urbanização (coeficiente de Spearman).

b/ As porcentagens de população residente em idades foram ordenadas segundo o esclarecido em a (excluidos Amazonas, Pará, Sta. Catarina e D.F.).

---

---

1/ Dados Estadísticos, Vol. 2º, pág. 12, T.S.E., Rio. Cabe prevenir para um possível equívoco na interpretação das correlações apresentadas na segunda linha da tabela. O fato de verificar-se aí uma correlação um pouco menor para Vargas que a encontrada na linha anterior que considera todas as cidades de mais de 20.000 habitantes, não significa necessariamente que Vargas seja menos votado nas cidades de mais de 100.00 e nas capitais de estados. Segundo nos parece ocorre exatamente o contrario. Nossa hipótese é de que a votação de Vargas tende a ser maior quanto maior o tamanho da cidade, hipótese que não podemos verificar aqui, pois os dados disponíveis são para estados e não para municípios. De todos modos, o que importa observar agora é a distorção que a ordenação de estados de estrutura urbana diferente pode provocar: a maior porcentagem de população em cidades de mais de 100.000 habitantes (incluidas as cidades capitais) para um estado não significa que ele seja, necessariamente mais urbanizado que outro de porcentagem menor. É sabido que em alguns estados mais tradicionais tende a haver uma macrocefalia da cidade-capital ou de algumas poucas cidades grandes, exatamente pela composição predominantemente rural da região.

/Destaque-se contudo



Destaque-se, contudo, a importancia especial de algumas grandes cidades. Neste sentido caberia observar que São Paulo pareceria ocupar, em relação à sua região e indiretamente em relação ao país, uma posição semelhante à de Buenos Aires na Argentina. O melhor exemplo da importancia de São Paulo na criação de condições favoráveis aos movimentos populistas é, sem dúvida, o da carreira política de Jânio Quadros. Vereador da cidade e depois deputado estadual, surge como líder de ressonância nacional em 1953 quando se elege prefeito da cidade. Prestigiado por esta notável vitória eleitoral -cerca de 70 por cento dos votos num pleito em que Quadros, apoiado por um pequeno partido, se encontrou com a oposição do oficialismo estadual e de todos os grandes partidos concentrados em um dos outros dois candidatos- Quadros conquista, com 38.4 por cento dos votos<sup>1/</sup>, o governo do Estado em 1954, também apoiado por uma frente eleitoral pouco significativa (PSB-PTM). Em 1960, o ex-prefeito de São Paulo e ex-governador do Estado chega à Presidencia da República. Ademais, é sabido que a capital paulista foi um ponto de apoio fundamental para Vargas em 1950 e também para Adhemar de Barros (ex-interventor durante a ditadura) nas eleições governamentais de 1947.

Além de São Paulo, caberia mencionar Recife como outro exemplo dentro de um pequeno grupo de grandes cidades que inclui também Porto Alegre e a Guanabara.<sup>2/</sup> Bastante menor que São Paulo, a capital

1/ Dados Estatísticos, Vol. 3º, pg. 116, T.S.E., Rio.

2/ Sobre a Guanabara, Glaucio Ary Dillon Soares, "Desarrollo Económico y Radicalismo Político", in Joseph A. Kahl (ed.), La Industrialización en América Latina, Fondo de Cultura Económica, México, 1965, pg. 543. Ver também, Francisco Pedro do Couto, O Voto e o Povo, Ed. Civilização Brasileira, Rio, 1966.

de Pernambuco disfruta de uma evidente condição metropolitana no contexto predominantemente agrário de sua região. Com 19 por cento da população de Pernambuco (1960), é já em 1946 uma das bases de apoio de Agamenon Magalhães (ex-interventor da ditadura Vargas), para a reconquista do governo estadual<sup>1/</sup>. Em 1958 a ampla maioria, 37.1 por cento contra 22.8 por cento do segundo candidato, aí conseguida pelo seu ex-prefeito, Miguel Arraes, garante sua vitória ao governo do Estado<sup>2/</sup>.

Contudo, se não há dúvidas quanto à existência de uma alta correlação entre cidade e populismo, há ainda muito campo para as questões relativas à interpretação desta relação. Haveria que reconhecer em primeiro lugar que esta constatação não exclui a possibilidade da existência de formas populistas agrárias. Ainda quando a vigência do populismo como fenômeno urbano pareça ter vigência geral na América Latina, haveria que referir os casos do México e da Bolívia, onde as revoluções nacionais abriram caminho a incorporação massiva das populações rurais ao jogo político, dando-se possibilidades de um populismo agrário. Haveria que referir, além disso, o caso do peronismo, forma populista de raízes urbanas que, não obstante, pode conquistar também uma ampla penetração rural. No Brasil mesmo, é possível registrar alguma penetração da Arraes em áreas rurais de Pernambuco, do mesmo modo que uma ampla penetração de Ademar de Barros nos pequenos municípios do Estado de São Paulo em 1962.

---

1/ Sobre Recife, ver Glaucio Veiga e outros, "Geografia eleitoral de Pernambuco", Revista Brasileira de Estudos Políticos, abril de 1960, pgs. 61 e 65.

2/ Dados Estatísticos, op. cit., Vol. 6º, pg. 97.

## 2. Populismo e "Mobilização Social"

Em realidade, o problema diz respeito menos a uma situação ecológica determinada, como inadvertidamente poder-se-ia concluir, que às peculiaridades do processo de mudança das relações sociais que, no caso do Brasil, encontram na cidade um lugar privilegiado. Haver insistido sobre este aspecto é um dos méritos que há que reconhecer a autores como Germani e Deutsch que, retomando a temática da "democratização fundamental" de Mannheim, tentam propor, com o conceito de "mobilização social" uma perspectiva para o estudo das relações entre estrutura social e comportamento político nos "países em transição". Deixando para depois algumas observações sobre os limites da adequação deste conceito à situação de crise vivida pelos países dependentes, registremos contudo sua inegável utilidade para pôr em destaque certas dimensões importantes do processo de mudança social como a urbanização, as migrações, a expansão das comunicações, etc., em suas relações com o desenvolvimento econômico.

De acordo com Deutsch, "mobilização social é um nome dado a um processo global de mudança que afeta partes substanciais da população de países que passam de modos tradicionais a modos modernos de vida". Neste contexto teórico que concebe o processo de transição como passagem de uma "sociedade tradicional" a uma "sociedade moderna", "mobilização pode ser definido como um processo no qual os principais conglomerados das velhos "commitments" sociais, econômicos e psicológicos se quebram ou se deterioram e no qual as pessoas se tornam disponíveis para novos padrões de socialização e comportamento". E a relação do processo de "mobilização social" com a política -aspecto que nos concerne de modo mais imediato- se estabelece, sempre nos quadros de uma teoria da

/"modernização", do

"modernizaçã", do seguinte modo: "A mobilizaçã social tende a gerar pressõcs para uma ampliaçã e transformaçã parcial das funções de elite, do recrutamento e das comunicações elitarias. Neste sentido, as velhas elites de chefes tradicionais, patriarcas e notaveis locais se revelam cada vez mais inadequados e a liderançã politica tende a transferir-se para as novas elites politicas de organizações partidãrias ou quasi-partidãrias, formais ou informais, legais ou ilegais, mas sempre dirigidas pelos "new marginal men" que se tenham exposto de modo mais ou menos profundo ao impacto da educaçã moderna e da vida urbana"<sup>1/</sup>.

Gino Germani, mais preocupado com a explicaçã da situaçã de America Latina, particularmente do peronismo e demais movimentos nacionais-populares, oferece uma versãõ mais especifica do conceito de "mobilizaçã social": tratar-se-ia de um "processo psicossociolõgico através do qual grupos submergidos na "pasividade" correspondente ao padrãõ normativo tradicional (predominio da açãõ prescritiva através do cumprimento de normas internalizadas), adquirem certa capacidade de comportamento deliberativo, alcançam niveis de aspiraçãõ distintos dos estabelecidos pelo padrãõ preexistente, e, por consequencia, chegam a exercer atividade no campo politico"<sup>2/</sup>.

Proposto nestes tãermos, o processo de "mobilizaçãõ social" contãem, de maneira implicita ou explicita, uma concepçãõ determinada do processo de transiçãõ que nos parece duvidosa se se tem em conta a importancia das relações de dependencia no processo de formaçãõ das sociedades

---

1/ "Social Mobilization and ...", op. cit.

2/ Germani, Politica y Sociedad ....., op. cit., pg. 151.

latinoamericanas. A rigor, esta concepção da transição parte, de maneira implícita ou explícita, de uma assimilação historicamente discutível entre a experiência européia no século passado e a experiência latino-americana destes últimos decênios. De qualquer modo, cabe a autores situados nesta linha de pensamento funcionalista o mérito de haver chamado a atenção para alguns dos aspectos mais importantes da situação latinoamericana. E por outra parte, independentemente de todo e qualquer suposto de natureza teórica, parece indiscutível o interesse da noção de "mobilização social" para o estudo das condições sociais do populismo na medida em que chama a atenção para fatos tão reais quanto a urbanização, a industrialização, a expansão dos meios de comunicação, etc. Ademais, o fato de que o conceito esteja centrado na mudança de atitudes e de estruturas normativas, sem qualquer especificação portanto para uma classe ou grupo social em particular, não impede evidentemente sua particularização para as classes populares, exemplificada nos trabalhos pioneiros de Gino Germani sobre o peronismo.

Tomemos, portanto, a noção de "mobilização social" em forma neutra; aceitemos a referência, que lhe é essencial, à mudança das estruturas normativas, ponde entre parenteses, por ora, os compromissos teóricos que o conceito envolve, em suas formulações originais, com a idéia da passagem de uma "sociedade tradicional" a uma "sociedade moderna". Enfim, a relação do populismo no Brasil como na Argentina com os processos como a industrialização, a urbanização, as migrações, a expansão das comunicações, etc., parece um fato suficientemente manifesto. E esta observação permite uma especificação às anteriormente feitas sobre

/a relação

a relação entre populismo e cidade. Em realidade, o populismo parece estar particularmente enraizado naquelas cidades de maior ritmo de crescimento, mais fortemente impactadas pelo desenvolvimento industrial e pelas migrações. A importância especial de São Paulo na produção das condições sociais para o populismo está sem dúvida relacionada com sua peculiar situação no conjunto das grandes cidades brasileiras como a capital industrial do país e sua cidade de mais rápido crescimento.

Estas considerações aconselham uma apresentação, inevitavelmente limitada aos dados disponíveis, de alguns indicadores da "mobilização social" em curso no Brasil nos últimos decênios. Observemos inicialmente que o processo de urbanização se intensifica depois de 1930, e toma um ritmo que pode ser estimado a partir dos seguintes números:

BRASIL: CRECIMENTO URBANO 1920-1960

Ano	Pop. total (milhares)	Porcentagem da pop. total em aglomerações urbanas	
		20.000 ou mais	100.000 ou mais
1920	30.636	11.3	8.7
1940	41.253	15.3	10.7
1950	51.944	20.2	13.2
1960	70.967	28.1	18.8

Fonte: John D. Durand e Cesar A. Peláez, "Patterns of Urbanization in Latin America", The Milbank Memorial Fund Quarterly, Volume XLIII, Number 4, October 1965.

/E sabido

É sabido que esta intensificação do processo de urbanização acompanhada em certa medida o desenvolvimento industrial e as migrações internas. Contudo seria conveniente destacar, à margem, o fato de que o crescimento de algumas das grandes cidades brasileiras de hoje é anterior a este período. A precedência cronológica do processo de urbanização ao de industrialização, ou melhor possibilidade de distinguir duas grandes etapas no crescimento urbano, a primeira relacionada ao desenvolvimento das funções urbanas associadas à economia agrária (funções comerciais, administrativas, etc.) e a segunda conectada com o desenvolvimento industrial e a crise agrária é um fato da maior importância no processo de formação das classes populares urbanas. Mencione-se aqui, a propósito deste tema que deverá ser referido posteriormente, o conhecido caráter minoritário da classe operária industrial no conjunto das classes populares urbanas do país.

BRASIL: CRECIMENTO DE ALGUMAS CIDADES<sup>a/</sup>  
(1872-1960)

	1872	1890	1900	1920	1940	1950	1960 <sup>b/</sup>
Sao Paulo	31.385 (0.31) <sup>c/</sup>	64.934 (0.45)	239.800 (1.37)	579.033 (1.89)	1.326.261 (3.21)	2.198.096 (4.23)	3.825.351 (5.39)
D. Federal. (Guanabara)	274.972 (2.76)	522.651 (3.64)	811.443 (4.65)	1.157.873 (3.77)	1.764.111 (4.27)	2.377.451 (4.57)	3.307.163 (4.66)
Recife	116.671 (1.17)	111.556 (0.77)	113.106 (0.64)	238.843 (0.77)	348.424 (0.84)	524.682 (1.01)	797.234 (1.12)
Salvador	121.109 (1.21)	174.412 (1.21)	205.813 (1.18)	283.422 (0.92)	290.443 (0.70)	417.235 (0.80)	655.735 (0.92)
Pop. Brasil	9.930.478	14.333.915	17.438.434	30.635.605	41.236.315	51.944.397	70.967.000

Fonte: Censos.

a/ Estes dados se referem aos municípios, não apenas aos seus quadros urbanos e suburbanos.

b/ Dados preliminares do I.B.G.E.

c/ Porcentagem da população da cidade sobre o total do país.

/No referente



No referente às migrações, observe-se que até 1930 a imigração estrangeira representou uma contribuição significativa, embora muito menor que a observada na Argentina, para o crescimento da população do país (incluindo portanto áreas urbanas e rurais)<sup>1/</sup>. Ademais observa-se, depois de 1930, sensível redução do movimento migratório estrangeiro.

Imigrantes entrados no país - 1890-1949

1890-1899	-	1.198.327
1900-1909	-	622.407
1910-1919	-	815.453
1920-1929	-	746.647
1930-1939	-	332.838
1940-1949	-	114.085

Fonte: Movimento da População - Imigração - M.T.I.C., Setembro, 1954.

Como se sabe, a maior parte de imigração estrangeira dirigiu-se para o Estado de São Paulo, onde a agricultura do café em franco desenvolvimento realizava a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Para este mesmo Estado se dirige também, depois de 1920 a maior parte da migração interna. O movimento das duas correntes migratórias pode perceber-se claramente a partir dos dados seguintes:

<sup>1/</sup> Sobre Argentina ver Germani, Política y Sociedad..., op. cit., pgs. 179 e seguintes.

Imigrantes entrados no Estado de São Paulo -- 1827-1946

	<u>Estrangeiros</u>	<u>Nacionais</u>
1827-1880	21.842	400
1881-1920	1.764.321	67.801
1921-1930	486.249	221.378
1931-1946	183.445	659.762

Fonte: Segundo os dados apresentados por Vicente Unzer de Almeida e Octavio T. Mendes Sobrinho, Migração Rural-Urbana, Secretaria da Agricultura, S. Paulo, 1951, pgs. 77-79.

Mais difícil, de acordo com os dados disponíveis, é saber que proporção de ambos os movimentos migratorios se dirige às cidades e que proporção às atividades agrícolas, do mesmo modo que é difícil saber as proporções de migrantes segundo a origem, rural ou urbana. O que parece certo é que as migrações internas, sem especificação quanto à origem, assumem considerável importância para o crescimento das grandes cidades. A propósito, uma publicação do IBGE estima que do aumento total de 2.190.000 habitantes observado entre 1940 e 1950 nos oito municípios que tinham mais de 250.000 habitantes em 1950<sup>1/</sup> cerca de 1.500.000 se deve ao movimento migratorio. É de supor que a migração de origem rural tenha alguma parcela deste crescimento, embora não disponhamos de informação que permita avaliar seu montante. Segundo a mesma publicação, a contribuição da migração rural para o crescimento de 5.365.000

<sup>1/</sup> Guanabara (D.F.), São Paulo, Recife, Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte, Fortaleza, Belem.

habitantes verificado nas cidades com mais de 5.000 habitantes entre 1940 e 1950, pode estimar-se em cerca de 2.323.000, ou seja 43,3 por cento do acréscimo verificado<sup>1/</sup>. Por outro lado, um estudo recente sobre o desenvolvimento urbano entre 1950 e 1960 estima "um êxodo rural de 6.8 milhões que contribuíram em mais da metade (54 por cento) do acréscimo de 12.7 milhões na população urbana do Brasil durante o decênio"<sup>2/</sup>.

A intensificação do processo de urbanização se acompanha de uma notável expansão das possibilidades de comunicação, e também da participação eleitoral segundo nos permite avaliar a pouca informação disponível a respeito.

<u>Ano</u>	<u>Alfabetizados</u> <sup>a/</sup>	<u>Eleitores</u> <sup>b/</sup>
1920	35,1	(1933) 3,7
1940	43,8	(1934) 6,5
1950	49,3	22,0
1960	60,5	22,2

a/ Percentagens sobre a população com 15 anos e mais.

b/ Percentagens sobre a população total.

Por outro lado, Juarez Brandão Lopes observa que em 1960 houve em média 72 exemplares de diários e gazetas (periodico do tipo jornal cuja

<sup>1/</sup> No mesmo período o acréscimo das populações urbanas e suburbanas-respectivamente, 3.799.000 e 2.116.000- dever-se-ia em cerca de 2.800.000 aos movimentos migratórios rurais. Migração Interna, IBGE, 1959, pgs. 28-30.

<sup>2/</sup> Louis J. Ducoff, "The role of migration in the demographic development of Latin America", in The Milbank Memorial Fund Quarterly, já citado, pgs. 203-204. Observe-se que neste estudo define-se como urbanas as cidades com 2.000 ou mais habitantes.

/periodicidade é

periodicidade é inferior a quatro vezes por semana) para cada 100 habitantes das capitais de São Paulo e Rio de Janeiro. Nas capitais dos outros estados, menos urbanizados, é de apenas 29 a proporção. Nas regiões interiores do Sul e Centro-Sul, a proporção é de 4 e 5 respectivamente, não chegando à unidade no interior dos demais estados do país<sup>1/</sup>. Esta mesma relação entre urbanização e expansão das comunicações poderá ser observada no quadro seguinte onde se comparam dados de 1940 e de 1960 para as cidades e para o campo.

Proporções de domicílios que dispõem de rádio sobre o total dos domicílios na região, segundo a situação do domicílio (1940-1960)

	1940		1960	
	<u>Dom. Urbanos</u>	<u>Dom. Rurais</u>	<u>Dom. Urbanos</u>	<u>Dom. Rurais</u>
Nordeste	-	-	28,2	1,5
Este	21,3	0,9	61,7	7,5
Sul	26,5	0,9	75,8	26,6
Centro-Oeste	6,7	0,1	-	-

Fonte: Censos de 1940 e 1960 (resultados preliminares).

<sup>1/</sup> Brandão Lopes, Desenvolvimento e Mudança Social, ed. mimeografada, São Paulo, 1966, pg. 188.

### 3. "Mobilização" e classes populares

No Brasil, como em outros países de América Latina, a vigência dos processos de "mobilização social" parece perfeitamente clara, embora ainda não dimensionada em todos os seus aspectos com o detalhe e o rigor que seria de desejar. O problema está em saber que relação podem guardar aqueles processos com os movimentos populistas. Parece não haver nenhuma dúvida de que deveriam produzir algum impacto ao nível das estruturas políticas. Resta contudo, determinar em que sentido este impacto se produziria, e em que sentido tenderia a alterar as formas do comportamento político. Em outras palavras, resta esclarecer qual o poder explicativo das hipóteses centradas na noção de "mobilização social" e quais seus limites.

Sobre o caráter predominantemente popular das massas que aderem aos movimentos populistas parece não haver lugar para dúvidas. Num dos estudos pioneiros sobre o tema, diz Germani ao comparar as diferenças de bases sociais entre o fascismo e o peronismo, que "enquanto na Europa o processo de "proletarização" havia deixado como "massas disponíveis" (R. Aron) as classes médias, na Argentina a industrialização e a urbanização haviam colocado neste estado as classes populares<sup>1/</sup>. E a vigência do peronismo entre as classes populares argentinas parece ser já um fato suficientemente documentado<sup>2/</sup>. No caso do Brasil, a relação entre populismo e classes populares é talvez menos evidente, pois o populismo brasileiro pode ter uma amplitude social muito maior. De

---

1/ Política y Sociedad....., op. cit., pg. 240.

2/ Germani, Estructura Social....., op. cit., pgs. 253 a 257. Cf. também Torcuato S. Di Tella, El Sistema Político argentino y la Clase obrera, EUDEBA, Buenos Aires, 1964. /qualquer modo

qualquer modo em nenhum dos dois casos, seria possível afirmar que a presença popular significaria a exclusão da participação de outros setores sociais. Na situação brasileira, contudo, por circunstâncias históricas assinaladas em capítulos anteriores, a percepção da presença popular, apesar de que esta é sempre majoritária, pode apresentar-se relativamente obscurecida pela presença de outras classes sociais. O que não é bastante para que se duvide das profundas raízes populares dos movimentos populistas, particularmente nos grandes centros urbanos.

Não obstante, se não há lugar para discussão sobre o caráter predominantemente popular de adesão de massas ao populismo, bem como sobre a relação do populismo com os processos de "mobilização social", já se apresenta de modo mais problemático o assunto da interpretação destes fatos. Entre as hipóteses inspiradas nas teorias de "modernização" convém mencionar uma, talvez a mais frequente, que se refere à composição de origem agrária recente das classes populares, as quais resultariam de um processo de urbanização que se supõe teria sido muito mais rápido que o verificado em Europa ou Estados Unidos. Deste ponto de vista, as classes populares portadoras de tradições agrárias e recém-incorporadas à vida urbana, sem experiência de classe e sem experiência política, estariam "disponíveis" para a manipulação "desviando-se" das formas de comportamento político que "teoricamente" seriam adequadas a sua situação de classe. Busca-se assim explicar o populismo pela relação com a "mobilização" provocada pelos processos de urbanização e de industrialização, que na Europa correspondem à fase áurea dos movimentos operários e socialistas.

/Neste sentido,

Neste sentido a análise que faz Germani do peronismo adquire um caráter exemplar. Na busca das circunstâncias que explicariam a adesão popular a Peron, enumera o autor algumas observações que são nucleares para sua interpretação: 1) "Processo rápido de industrialização e urbanização massiva". "Como consequência da rapidez do processo, a classe popular massificada era de formação recente, carecia de experiência sindical e não tinha sido ainda politizada pelos partidos tradicionalmente operários"; 2) Existia "o problema da integração das massas populares, que se apresentava, além disso, agravado pelo fato da crescente concentração urbana na zona do Grande Buenos Aires". Cabe acrescentar que pareceria essencial a esta concepção a constatação da assincronia entre os diferentes níveis em que se dá o processo de transição nos países de América Latina. No caso que agora nos interessa, o problema estaria posto pela excessiva rapidez dos processos de "mobilização social" ante a relativa lentidão ou rigidez dos processos de "integração", ou seja da incorporação das massas "mobilizadas" às normas e às estruturas institucionais vigentes. Em outros termos, apelando à noção de assincronia, o autor nos propõe uma explicação dos movimentos populistas que deve operar a dois níveis: o primeiro referido às características do comportamento das massas que resultam de uma "mobilização" rápida e recente; o segundo referido à rigidez das estruturas institucionais para promover a incorporação. Ambos os níveis, ainda que possam distinguir-se como componentes de um mesmo processo, estão evidentemente relacionados: a "mobilização" se considerará mais ou menos rápida em função da capacidade maior ou menor de "integração". As observações que fazemos acima dizem respeito ao primeiro nível. Deste ponto de vista, poder-se-ia

/dizer então,

dizer então que a peculiaridade do comportamento político popular latinoamericano frente ao que se observa na tradição operária européia, estaria dada pela presença na América Latina de condições que se imagina ausentes na Europa -por exemplo, o ritmo excessivamente rápido da urbanização e a composição agrária recente das classes populares- e inversamente, pela "ausência" na América Latina de condições presentes na Europa, por exemplo, a tradição urbana das classes populares, a experiência de classe, etc.

Não está em nossos objetivos entrar em uma análise comparativa entre Europa e América Latina com o fim de verificar os graus de comprovação empírica destas hipóteses. Em realidade, nossa preocupação é antes a de mostrar a necessidade de hipóteses alternativas para explicar a adesão das classes populares aos movimentos populistas. Nosso ponto de vista, que pretendemos fazer explícito no capítulo seguinte, é que esta adesão não se explica pela "ausência" de experiência urbana ou de classe mas exatamente por um tipo particular de experiência enraizada nas condições próprias da formação social dos países dependentes.

Contudo, poderia ser de utilidade a apresentação de duas observações atinentes às hipóteses anteriormente referidas. Em primeiro lugar, seria conveniente observar que seria duvidoso, pelo menos no tocante ao crescimento das grandes cidades no Brasil, afirmar a existência de um ritmo mais intenso que o observado no período de industrialização dos Estados Unidos e de alguns países europeus. A rigor, os dados de que dispomos são insuficientes para qualquer afirmação a respeito (vide tabela seguinte). De qualquer modo, com toda a sua precariedade, eles /pareceriam indicar



pareceriam indicar que o ritmo de crescimento das grandes cidades (brasileiras) não teria, como frequentemente se imagina, sido tão notavelmente superior ao de países como Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos<sup>1/</sup>.

Urbanização: porcentagens da população em cidades com mais de 100.000 habitantes sobre a população total para alguns países

<u>Ano</u>	<u>Brasil</u> <sup>a/</sup>	<u>Argentina</u>	<u>Mexico</u>
1920	8,7	-	-
1940	10,7	-	10,2
1950	13,2	1947 - 36,8	15,1
1960	18,8	45,5	18,6

<u>Ano</u>	<u>EE.UU.</u>	<u>Belgica</u> <sup>b/</sup>	<u>Inglaterra</u>	<u>Alemanha</u>	<u>França</u>
1850	6,0	8,0	21,0	2,0	5,0
1914	22,0	18,0	36,0	21,0	15,0

a/ Durand e Pelaez, op. cit., pgs. 172-173.

b/ Historia General del Trabajo, Vol. III, pg. 320.

1/ Conclusão semelhante pode retirar-se da comparação entre as tendências de crescimento das cidades brasileiras e americanas de 20.000 e mais habitantes, feita por Durand e Pelaez. Estes autores confrontam o crescimento urbano de 16 países de America Latina com as tendências observadas em EE.UU. em períodos comparáveis. Seus gráficos comparativos sugerem um crescimento mais rápido para Argentina, Chile, Ecuador, Mexico, Nicaragua, Peru, Porto Rico e Venezuela, e um crescimento menos intenso ou de igual intensidade ao de Estados Unidos para Brasil, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, El Salvador, Honduras, Jamaica, Panama. Sugerem também uma tendência geral à intensificação do crescimento destas cidades a partir de 1950. V. Durand e Pelaez, op. cit., pgs. 186-187.

/Em segundo

Em segundo lugar, haveria que referir que a importante contribuição das migrações rurais na formação das classes populares é um fato que está a merecer algumas especificações. Segundo pesquisa realizada por Bertram Hutchinson em seis cidades brasileiras, é possível concluir que "a migração das áreas rurais se realiza tipicamente em duas etapas - etapas que ademais não são necessariamente cumpridas pela mesma geração (...). Se consideramos que o Rio de Janeiro e São Paulo completam 46 por cento das amostras combinadas, enquanto que foram encontrados nestas cidades somente 20 por cento de nossa categoria de nascidos no campo, podemos concluir, por força desta discrepância, que a corrente migratória de origem inequivocamente rural se dirige principalmente não aos dois centros urbanos dominantes mas a cidades menores (...). Não obstante não tenhamos senão conjecturas sobre as razões deste fato, pode-se mencionar a maior proximidade e o caráter menos intimidante da cidade menor como fatores que provavelmente têm importância. Este movimento migratório de primeira-etapa atua sem dúvida como um trampolim através do qual a primeira geração de migrantes, ou mais provavelmente seus filhos, efetua o movimento seguinte em direção às cidades maiores, contribuindo deste modo para a forte proporção de adultos nascidos em "pequenas cidades" que encontramos em nossa amostra"<sup>1/</sup>.

---

<sup>1/</sup> Bertram Hutchinson, "The Migrant Population of Urban Brazil", in America Latina, Centro Latinoamericano de Pesquisas em Ciências Sociais, Ano 6, Nº 2, Abril-Junho de 1963.

/Apresentamos abaixo

Apresentamos abaixo os resultados obtidos por Hutchinson para o grupo masculino de sua amostra:

Lugar de nascimento de adultos por cidade  
(sexo masculino)

	<u>Rio</u> %	<u>S.Paulo</u> %	<u>B.Horizonte</u> %	<u>Volta Redonda</u> %	<u>J.Forá</u> %	<u>Americana</u> %
Nascidos na cidade	41,2	27,1	18,8	0,4	29,2	27,3
Outra grande cid.	16,3	14,7	12,1	16,6	13,8	17,7
Pequena cidade	19,6	32,2	39,7	64,8	40,1	34,5
Fazenda, vila	6,1	3,9	27,9	15,0	10,9	11,6
Exterior	16,7	21,2	1,6	0,8	6,1	8,8
Sem informação	-	0,9	-	2,4	-	-
	(490)	(457)	(373)	(253)	(247)	(249)

Fonte: Hutchinson, op. cit., pg. 44.

Por outro lado, estudos realizados sobre a origem dos migrantes de São Paulo e de Recife sugerem que a presença de migrantes de origem rural, dentro de amostras de migrantes, pareceria ser proporcionalmente maior na primeira cidade -capital industrial situada em uma região de agricultura relativamente moderna- que na segunda metrópole de uma região agrária reconhecidamente atrasada e decadente. Sobre São Paulo, Unzer de Almeida e Mendes Sobrinho observam que do total das "pessoas que compõem as famílias migrantes" incluídas em sua pesquisa, 48,9 por cento vieram das áreas rurais<sup>1/</sup>; entre os migrantes nascidos no Estado de São Paulo,

<sup>1/</sup> Unzer de Almeida e Mendes Sobrinho, op. cit., pg. 64. Caberia ressaltar que este estudo abrange uma amostra de 7.222 migrantes que chegam a São Paulo num de seus períodos de maior crescimento urbano e industrial, 1936-1946.

são de origem rural 51,6 por cento, entre os brasileiros de outros estados, 36,4 por cento e entre os estrangeiros 31,9 por cento<sup>1/</sup>. Ou seja, o componente rural na migração para São Paulo é maior quando se origina em sua própria região, que ademais de área agrícola relativamente moderna quanto à tecnologia, relações de trabalho, etc., se encontra amplamente submetida à influência da capital e das demais cidades do Estado.

Levy Cruz, em pesquisa efetuada sobre Recife, segundo os mesmos critérios amostrais da anterior, observa que apenas 15,4 por cento dos migrantes nasceu no campo (19,3 por cento para homens e 11,9 para mulheres) e que somente 21,1 por cento dos migrantes com 10 anos e mais exerceu a agricultura ou a pecuária antes de vir ao Recife (35,0 para homens e 7,9 para mulheres). Por outro lado, do total dos migrantes, rurais ou urbanos, 55 por cento veio diretamente para a capital enquanto que 36,1 por cento teve alguma outra cidade como segunda residência<sup>2/</sup>.

As observações de Hutchinson, bem como esta rápida comparação entre as proporções de migrantes rurais em contingentes migratórios situados em São Paulo e Recife, sugerem duas observações importantes para nossa indagação sobre a participação dos migrantes de origem rural na composição das classes populares das grandes cidades. A primeira observação é que

---

1/ Unzer de Almeida e Mendes Sobrinho, op. cit., pg. 127.

2/ Levy Cruz, As Migrações para o Recife - Caracterização Social, Ed. do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Recife, 1961, pgs. 67, 68 e 71; Cf. também, Mario Lacerda de Melo, As Migrações para o Recife - Estudo Geográfico, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Recife, 1961, pgs. 89-90.

a participação de migrantes diretamente vindos do campo na composição da população dos grandes centros não é tão grande quanto geralmente se supõe e que uma parcela bastante significativa dos migrantes de origem rural passa por experiências urbanas em cidades menores antes de chegar a grande cidade ("step by step migration"). A segunda observação é que a passagem direta de uma atividade agrícola a uma atividade urbana de grande cidade parece mais provável quanto maior o nível de urbanização do migrante ou da região, incluído o que poder-se-ia designar como "urbanização" da agricultura<sup>1/</sup>. Em termos mais gerais, ambas as observações conduzem ao mesmo resultado: passam em geral por algum tipo de experiência urbana, ou de influência urbana, antes de que ocorra a migração para a metrópole.

Nenhuma destas proposições nega o fato, de resto bastante evidente, da importância da migração geral para o crescimento urbano em geral. Também não negam o fato da formação recente das classes populares. Trata-se apenas de delimitar a significação e a magnitude, frequentemente exageradas por muitos autores que se ocupam do populismo e do comportamento popular, da participação dos trabalhadores de origem rural na composição das classes populares. Nossa hipótese é que a maioria dos migrantes passa por alguma experiência urbana antes de conquistar a metrópole e que os saltos diretos, por exemplo da "fazenda tradicional" a "fábrica moderna", são muito menos frequentes do que se imagina.

---

<sup>1/</sup> Sobre o conceito de "urbanização" ver Aníbal Quijano, La Urbanización de la Sociedad en Latinoamérica, CEPAL, Setiembre, 1967.

Embora não tenhamos informação de conjunto sobre a origem das classes populares, quer de São Paulo quer de Recife, que nos permita dar uma resposta a este problema, dispõe-se contudo de elementos para algumas inferências. Segundo as informações sobre São Paulo a respeito das profissões dos chefes de família antes e depois de migrar, pode-se estimar que apenas 36,5 por cento dos migrantes exerceu atividade agrícola. Por outro lado, selecionando nas informações apresentadas pelos autores um grupo de profissões urbanas (depois de migrar) que grossomodo poder-se-ia designar como populares, encontramos que a participação agrária não vai além de 39,0 por cento<sup>1/</sup>. Com os dados disponíveis, nossa conclusão é que, mesmo no caso de São Paulo, há muitas razões para duvidar da veracidade da hipótese geralmente aceita a respeito da composição agrária recente das classes populares das grandes cidades. Se os migrantes que exerceram alguma atividade agrícola são minoritários entre os migrantes populares, é muito duvidoso que possam ser majoritários entre as classes populares. Pelo contrário, há

---

1/ Para obter estas estimativas reagrupamos os dados de Unzer de Almeida e Mendes Sobrinho no quadro de mobilidade social apresentado ao final do trabalho. Consideramos como agrícolas as seguintes profissões aí mencionadas: administrador de fazenda, agricultor, arrendatário de terras, boiadeiro, carpideiro, chacareiro, fazendeiro, fiscal de fazenda, guarda-fazenda, lavrador, lenhador, madeireiro, tratador de cavalos, tropeiro, usineiro, sericicultor, vaqueiro. Quanto às profissões urbanas mencionadas pelos autores, tomamos aquelas que poderiam ser consideradas "populares". Com todas as ressalvas que merecem as designações profissionais (algumas muito gerais, como "operário industrial", outras muito específicas, abrindo a possibilidade de superposições e de imprecisões que dificultam a medida), reproduzimos a seguir as principais profissões "urbanas populares" acompanhadas das respectivas porcentagens de participação agrária: operário industrial (57,0), pedreiro (36,7), tintureiro (41,7), sapateiro (14,1), motorista (18,6), mecânico (25,1), mascate (40,6), marceneiro (24,7), ferroviário (16,8), comerciante (27,2), carpinteiro (33,0), alfaiate (6,3), outras profissões "urbanas populares" (30,0). Cf. Unzer de Almeida e Mendes Sobrinho, op. cit.

/elementos para

elementos para supor que sua participação é muito menor do que geralmente se pensa. Diante destes fatos a hipótese da maioria agrária recente das classes populares só poderia ser aceita na medida em que se verificasse uma tão intensa mobilidade estrutural nas grandes cidades que significasse <sup>uma formidável tendência</sup> à ascensão das "antigas" classes populares urbanas para posições de "classe média", deixando deste modo espaço aberto para os recém-chegados. Este aspecto será considerado no capítulo seguinte.

Voltemos, portanto, às nossas considerações sobre as relações entre os processos de "mobilização social" e o movimento populista. A título de conclusão, poderíamos afirmar que, em realidade, estas relações cobrem apenas um aspecto, e o mais geral de nosso problema. A urbanização, as migrações, a expansão das comunicações, etc., encontram-se em relação com o populismo na medida em que colocam amplos setores da população do país em situação de disponibilidade política. Situação de disponibilidade que, nas condições vigentes na sociedade brasileira destes últimos decênios é por certo muito difícil de encontrar-se no campo, com uma maioria de analfabetos excluída por lei da participação eleitoral e onde ainda pesa de modo decisivo o poder econômico e social do grande proprietário de terras<sup>1/</sup>. Com efeito, seria bastante precário falar-se de liberdade política das massas rurais antes dos esforços de mobilização que só começam em meados do último decênio com as Ligas Camponesas e que se intensificam em 1963 com a sindicalização rural e os debates sobre a reforma agrária. Antes de que o movimento popular urbano estendesse sua ação ao campo, permanecem aí, embora em estado de decadência

---

<sup>1/</sup> Guerreiro Ramos, A Crise do Poder no Brasil,

as condições que já haviam permitido em outros tempos a vigência do "coronelismo" como fenômeno político de escala nacional. Enfim, não será por acaso que a lei de salário mínimo de 1943 só veio a ter aplicação quando se constituiu em tema dos movimentos populistas por volta de 1962.

Nestas condições, não há que surpreender-se quanto à vigência urbana do populismo como fenômeno de massas. Em confronto com as populações rurais, as populações urbanas, e em particular nas grandes cidades, se encontram disponíveis para a participação política, e também, portanto, para a manipulação populista, pois têm, quando menos a liberdade de aderir individualmente a um outro dos líderes que surgem no âmbito da crise dos grupos dominantes. A determinação das raízes sociais do populismo exige contudo maiores especificações. Os processos sociais de "mobilização social" favorecem a criação de uma situação de disponibilidade relativa das massas populares para a participação, ou seja aparecem como condição de possibilidade para toda e qualquer forma de comportamento político que implique em algum tipo de opção por parte dos indivíduos. Deste modo, os processos de "mobilização social" são também condição de possibilidade para o populismo, mas não podem explicar-nos porque as massas populares ter-se-iam orientado para este estilo de comportamento e não para qualquer outro.

Por estas razões entendemos que a interpretação do populismo em termos dos processos de "mobilização social" necessita quando menos, ser complementada. Talvez mesmo mais do que isto, a própria noção de "mobilização social" -entendida na acepção das teorias da "modernização"- necessitaria ser redefinida para poder ajustar-se à explicação das formas reais de comportamento político popular.

/Capítulo V



Capítulo V

FORMAÇÃO DAS CLASSES POPULARES: POPULISMO E ESTRUTURA DE CLASSES

A consideração das migrações, da industrialização e da urbanização do ponto de vista das teorias da "modernização" tem por vezes conduzido a um obscuro segundo plano alguns aspectos destes processos sociais que são da maior relevância para a explicação do comportamento político popular, e ademais para o entendimento da situação de transição vivida pelos países latinoamericanos nos últimos decênios. O interesse posto na mudança das pautas de conduta das massas "mobilizadas", supostamente em transição da "sociedade tradicional" para a "sociedade moderna", tem conduzido ao exagero de inverter os termos do problema, pondo em plano secundário os fundamentais e decisivos aspectos históricos e estruturais que a transição envolve. Chamar a atenção para estes aspectos -em particular aqueles referidos à formação das classes populares- constitui o objeto do presente capítulo.

É certo que os autores que se tem ocupado do tema nos quadros das teorias da "modernização" tem buscado em certo sentido "situar" historicamente sua análise. Por outro lado, também se aceita que as migrações e o crescimento urbano e industrial, se bem significam para os indivíduos "mobilizados" uma alteração de sua possibilidade de identificação com determinadas estruturas normativas, não podem deixar de incidir sobre a composição interna das classes sociais e sobre suas relações. Haverá que reconhecer, contudo, que mesmo naqueles autores que levaram mais longe esta indagação no âmbito das teorias mencionadas, permanece como nuclear

/a teoria

a teoria da transição como passagem de uma situação supostamente estruturada em termos tradicionais para outra supostamente estruturada em termos modernos. E deste modo, por assumir como suposto aquilo que se deveria examinar se chega a inibir a formulação de uma perspectiva capaz de explicar a situação de transição em seus próprios termos.

Não se trata aqui, convém esclarecer, de negar a importância da "mobilização" e da vigência de tendências modernizadoras no quadro da situação latinoamericana, mas de tentar definir de modo concreto sua significação histórica, e portanto delimitar seu alcance interpretativo. Evidentemente, não se pode recusar a possibilidade analítica da consideração destes temas por separado das transformações que dizem respeito ao marco histórico-estrutural e à "situação de classe" dos indivíduos "mobilizados". Contudo, esta perspectiva, embora seja capaz, como pudemos ver no capítulo anterior, de trazer à luz uma condição de possibilidade de um tipo determinado de comportamento político, não pode, porém, explicá-lo. A "mobilização" põe os indivíduos aos quais atinge, qualquer que seja a classe social a que pertençam ou à qual se incorporem, e qualquer que seja a circunstância histórica, em "situação de disponibilidade" para a participação política, qualquer que seja o tipo ou o conteúdo real desta participação. E deste modo, tende a deslocar-se do âmbito da análise o problema de explicar o porquê desta forma concreta de comportamento e não de outras formas possíveis ou seja o problema propriamente histórico da formação das classes populares e de sua emergência política.

Nosso objetivo neste capítulo consiste em tomar, de um ponto de vista histórico-estrutural, os mesmos processos sociais já referidos no capítulo anterior. Nossa

anterior. Nossa hipótese é que a adoção de um comportamento populista por parte das classes populares num quadro político configurado pela crise de poder se deve, em última instância, às circunstâncias em que estas classes se formam nas condições do desenvolvimento capitalista brasileiro depois de 1930. Classes em processo de formação nos quadros de uma sociedade dependente em transição, sua presença na política estará condicionada por várias ordens diferentes de fatores. A primeira diz respeito a crescente heterogeneidade interna de sua composição econômica e social, radicada na diversidade de formas de produção (diversidade regional, setorial, tecnológica, ecológica, etc.) próprias de um país dependente que se vê obrigado a combinar etapas diversas do desenvolvimento capitalista em resposta às circunstâncias criadas internamente pelas crises e transformações no plano internacional. A segunda diz respeito à mobilidade social no interior destes marcos heterogêneos que caracterizam as classes populares. E finalmente haveria que referir-se ao caráter contraditório da experiência de formação da classe operária das grandes cidades (em especial São Paulo): em posição econômica e social "privilegiada" frente aos demais setores populares urbanos e rurais, muitos de seus membros em situação de ascensão social (quer tenham vindo diretamente do campo, quer tenham passado por uma experiência urbana nas cidades menores, quer tenham se transferido de outros setores da economia urbana), ela não poderá, de todos modos, deixar de sofrer a desigualdade típica das relações sociais capitalistas. Nos países dependentes, as classes populares enfrentam uma forma particularmente aguda de expressão da clássica contradição, vigente em qualquer país capitalista, entre a experiência da

/igualdade entre

igualdade entre os cidadãos e a experiência da desigualdade como classe<sup>1/</sup>.

1. Mobilidade e comportamento político

O processo de formação das classes populares urbanas no Brasil se encontra marcado por um amplo processo de mobilidade social. No caso a mobilidade pareceria depender menos da troca de posições dentro de uma estrutura de status, como define o conceito de maneira estrita, que dos relacionados processos ao crescimento do emprego urbano e industrial<sup>2/</sup>.

No quadro da notável ampliação das estruturas ocupacionais urbanas, particularmente na região sul, poder-se-ia afirmar que a formação dos setores populares politicamente mais significativos -a começar pela classe operária industrial- está mais na dependência da ascensão de pessoas já pertencentes às classes populares do que da decadência de grupos pertencentes a classes "não-populares". Nas condições próprias da urbanização da economia e da sociedade em um país de formação agrária e dependente, os setores populares urbanos emergentes com o populismo, particularmente aqueles localizados nas grandes cidades, se formam muito mais com a contribuição direta ou indireta da migração rural, da migração

---

1/ Este velho tema tem sido retomado ultimamente pela sociologia e pela ciência política, em especial depois dos ensaios de T.H. Marshall, Class, Citizenship and Social Development, Ed. Doubleday, New York, 1965. Ver também o livro de Bendix, já citado.

2/ Sobre a noção de mobilidade social, Gino Germani, "Estrategia para estimular la movilidad social", in Joseph Kahl (ed.), La Industrialización ..., op. cit.; ver também Lipset e Bendix, Social Mobility in Industrial Society, University of California Press, Berkeley, 1963.

urbana de regiões mais pobres e da transferência de pessoas até então pertencentes a setores urbanos "menos favorecidos", do que com a decadência social de pessoas pertencentes às "classes médias", à burguesia de pequenos proprietários ou a um artesanato de condição "pequena burguesa".

A mensuração dos processos de mobilidade no interior das classes populares no período que consideramos estaria a requerer uma pesquisa especial. Haverá que recorrer aqui a medidas indiretas para podermos aferir a amplitude e a intensidade destes processos de deslocamento que favorecem o crescimento dos seus setores urbanos. Além disso, só por inferências será possível chegar a alguma aproximação sobre a maior ou menor contribuição relativa dos grupos sociais ascendentes e descendentes em sua formação<sup>1/</sup>.

---

<sup>1/</sup> Registre-se, contudo, como uma indicação da ordem de magnitude da mobilidade social, o seguinte resultado obtido por Unzer de Almeida e Mendes Sobrinho: de 7.212 chefes de famílias migrantes, 4.843 mudaram de profissão depois de migrar (67 por cento). Esta observação vale apenas como indicação indireta pois, a rigor, um indicador deste tipo só seria possível quando referido a uma escala social de mobilidade. Tratando-se de migrantes a mudança de profissão, como a permanência nela, pode ou não significar mudança de status dependendo dos critérios com os quais se construa a escala. Contudo, parece-nos que há razões suficientes, algumas das quais serão explicitadas mais adiante, para assumir a simples mobilidade profissional neste caso como um dos indicadores possíveis de mobilidade. E se temos em conta a presença de migrantes rurais, de pequenas cidades e de outros estados, entre os migrantes estudados, bem como o fato de tratar-se de um estudo realizado na cidade brasileira que à época passava por um enorme surto de crescimento, pode-se admitir que a informação sugere uma mobilidade ascensional bastante ampla. De qualquer modo trata-se apenas de uma sugestão pois, embora majoritárias entre os migrantes estudados, as classes populares não são as únicas a serem consideradas.

Indicações mais completas poderão ser encontradas no estudo de Bertram Hutchinson sobre a mobilidade em São Paulo. Ver, Bertram Hutchinson e outros, Mobilidade e Trabalho, Rio de Janeiro: C.B.P.E., 1960.

De qualquer modo, a importância da mobilidade social no interior das classes populares parece ser fundamental para o entendimento de seu comportamento político. Como tentativa para explicar o comportamento populista da classe operaria industrial paulista, alguns intelectuais brasileiros dizem por vezes que o operario já realizou, ao migrar do campo para a cidade, uma "revolução individual" no seu estilo de vida e por esta razão prefere optar entre alternativas politicas abertas pelos grupos dominantes ao invés de interessar-se em realizar ele proprio uma "segunda" revolução. Enfim, ele não se encontraria, pelo menos enquanto durem as condições que propiciaram sua formação como classe, entre aqueles que "nada tem a perder". A metáfora da "revolução individual" -cujo parentesco com a noção de "aristocracia proletaria" não é apenas ocasional- é por certo exagerada. Ainda quando fosse certo que a grande maioria da classe operaria industrial -onde por certo poder-se-á encontrar alguns setores com uma condição relativamente "privilegiada" no conjunto das classes populares do pais- tivesse sua origem diretamente nas massas rurais -ou seja num dos extremos mais pobres da sociedade brasileira- ainda assim não haveria motivos para supor que a mudança de posição significasse algo tão radical quanto pode sugerir a palavra "revolução". De qualquer modo, a imagem desta revolução avant la lettre, que pelo seu êxito no plano individual, conduziria ao desinteresse da classe pela revolução social é rica de sugestões.

Temos aí senão uma hipótese -pois para tal haveria que redefinir a metáfora em termos de conceito- pelo menos um ponto de partida para propor hipóteses de interpretação sobre as condições sociais do comportamento popular. Seu interesse como ponto de partida está em que,

/diferentemente das

deferentemente das hipóteses de corte funcionalista mencionadas anteriormente, dirige a atenção, menos para noções como "inexperiencia de classe" ou "inexperiencia politica" da nova classe operaria (noções que supõem sempre uma pauta abstrata de seja a experiencia), do que para o fato da experiencia real, historicamente efetiva, da classe em sua formação e em seu comportamento. Por outro lado, ao chamar a atenção para a experiencia real, nos permite deixar de lado as hipóteses sobre os chamados "resíduos" ou "remanescentes" tradicionais no comportamento operario. Se os "resíduos" são reais estão dados na experiencia de formação e no comportamento da classe, e nesta hipótese já não podem ser tomados como resíduos mas devem ser entendidos como elementos presentes na ação e nas relações sociais. Deste modo, a metáfora da "revolução individual" -imprecisa para fins de análise, como de resto toda metáfora- nos coloca diretamente com o problema de explicar o comportamento populista em termos das condições estruturais em que se formam as classes populares e das circunstancias históricas e politicas em que este processo de formação transcorre.

## 2. Crecimento do emprego e ampliação do consumo

Segundo nos parece, a relação entre mobilidade social no interior da classe e comportamento politico sugerida pela imagem da "revolução individual" não deve tomar-se apenas com referencia à classe operaria industrial. Por certo que dentro do conjunto das classes populares urbanas, a classe operaria tem sido em quase todas as formas de populismo urbano -e neste sentido muito mais na Argentina que no Brasil- uma especie de setor estratégico. Não é por acaso que tanto Vargas como

/Peron, embora

Peron, embora em graus diferentes, buscaram sempre controlar a estes setores através da organização sindical. Contudo não nos parece que haja muito motivos para supor que só para este setor tenha vigência a relação sugerida entre mobilidade e comportamento, apesar da situação relativamente "privilegiada" de algumas camadas operárias frente às demais camadas populares.

A relação, se em algum sentido é válida para os operários industriais frente aos demais setores populares, é também correta para os trabalhadores nos transportes e no comércio, do mesmo modo que é válida para o conjunto das classes populares urbanas frente às massas rurais, e no conjunto dos trabalhadores do campo é verdadeira para os de São Paulo frente aos do Nordeste, por exemplo. Queremos sugerir que no quadro da notável heterogeneidade da composição social das classes populares de um país dependente em processo de desenvolvimento, a mobilidade social, em graus variáveis, se apresenta de modo quase necessário para todos os setores populares e tende a intensificar-se à medida que o desenvolvimento se intensifica. Trata-se, em última instância, do simples fenômeno da transferência de mão-de-obra entre setores e ramos de produção nos quadros de uma estrutura de emprego em processo de crescimento. Nestas circunstâncias a expectativa de ascensão social tem muitas oportunidades de fazer-se efetiva e de se constituir em elemento fundamental para a orientação da conduta individual<sup>1/</sup>. No quadro de uma sociedade como a brasileira dos últimos decênios, os movimentos de ascensão -na pior das hipóteses a expectativa da ascensão- afetam a todos os setores populares.

---

<sup>1/</sup> Cf. Alain Touraine, op. cit., especialmente pgs. 83 e 84.



Tomado deste ponto de vista, o tema da mobilidade se bem não exclua o interesse das escalas usualmente construídas por critérios de prestígio social (em realidade mais adequados para o estudo da mobilidade entre classes diferentes) poderia encontrar indicadores mais adequados e sensíveis a partir de critérios relacionados às possibilidades de participação econômica e social. Queremos referir-nos a critérios que permitam distinguir na ampla gama de possibilidades de acesso ao consumo, de bens, de serviços, de educação formal, de cultura, etc. Critérios que, ademais, poderiam permitir distinguir, pelo menos indiretamente, diferenças de prestígio associadas à diversidade de "estilos de vida" vigentes no interior de uma classe e, frequentemente, no interior de uma mesma categoria ocupacional.

Infelizmente as informações disponíveis são ainda muito insuficientes para estes fins. De qualquer forma contamos com dados que nos permitem caracterizar alguns aspectos da heterogeneidade de situações vividas pelas classes populares e inferir a tendência geralmente ascensional da mobilidade em condições de ampliação das estruturas ocupacionais urbanas. Contamos a respeito com os resultados preliminares do censo de 1960, o primeiro dos censos brasileiros a oferecer dados sobre a distribuição dos ingressos. Ademais de limitar-se a um único ano, o censo se limita a considerar as escalas de renda por setor de atividade e por região, dimensões excessivamente gerais. Não obstante, ainda com estas limitações, estes dados são muito sugestivos para uma primeira aproximação.

/Distribuição da

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA MENSAL MEDIA (SEKO MASCULINO), POR REGIÃO E POR SETOR DE ATIVIDADE, 1960

Região	Renda (Cr\$. \$ velhos)							Porcen- tagem total	Total
	Até 2 100	2 101 a 3 300	3 301 a 4 500	4 501 a 6 000	6 001 a 10 000	10 001 a 20 000	20 000 y mas		
(Porcentagem)									
<u>Brasil</u>									
Primario	32.5	25.9	17.7	12.0	8.0	2.9	0.9	100.0	8 467 515
Secundario	6.4	9.2	11.4	25.2	30.0	13.4	4.4	100.0	2 306 557
Terciario	8.0	7.6	8.9	18.5	28.2	19.9	8.7	100.0	4 970 639
Total	24.8	17.1	13.2	15.2	16.7	9.3	3.6	100.0	19 728 056
<u>Nordeste</u>									
Primario	56.2	26.5	10.8	3.8	1.6	0.6	0.4	100.0	2 329 221
Secundario	21.6	26.3	27.3	12.7	6.9	2.4	2.6	100.0	243 751
Terciario	20.6	18.2	17.9	16.6	13.5	7.3	5.9	100.0	684 499
Total	49.9	22.9	12.4	6.7	4.4	2.1	1.6	100.0	4 024 518
<u>Este</u>									
Primario	36.3	29.7	16.3	9.5	5.3	2.2	0.7	100.0	2 875 236
Secundario	8.7	10.6	13.3	22.2	29.2	11.6	4.4	100.0	768 066
Terciario	9.0	7.7	9.0	16.2	28.4	20.0	9.9	100.0	1 922 200
Total	27.4	18.2	12.4	12.7	16.1	9.1	4.0	100.0	7 133 256
<u>Sul</u>									
Primario	12.3	21.1	23.4	20.5	15.7	5.6	1.4	100.0	2 480 790
Secundario	2.0	4.9	6.6	29.3	35.5	16.7	5.0	100.0	1 170 936
Terciario	3.4	3.9	5.2	20.5	33.3	25.1	8.6	100.0	2 038 920
Total	10.4	12.4	13.0	21.5	24.4	13.9	4.2	100.0	7 130 994

Fonte: Censo 1960, resultados preliminares.

Estes dados não deixam lugar a dúvidas quanto à desigualdade da distribuição das possibilidades de consumo entre as regiões e entre os setores (embora deva advertir-se que a comparação com o campo esteja relativamente prejudicada pela frequência das formas não-monetárias de renda ). Também parece claro que esta desigualdade atinge igualmente aquelas categorias de renda que aproximadamente poderiam ser consideradas "populares". Observemos a propósito que o salário mínimo legal vigente desde setembro de 1958 até outubro de 1960 para as cidades capitais da região Nordeste deveria ser localizado na terceira coluna do quadro entre 3.301 e 4.500 cruzeiros; na quarta coluna, entre 4.501 e 6.000 haveria que localizar os salários mínimos para as cidades capitais do Sul e Este. Não obstante, como o censo se realizou no primeiro dia de setembro de 1960 e portanto somente neste mês coincide com estes níveis mínimos legais de salário, há motivos para considerar como de utilidade a adoção dos novos salários mínimos como critério alternativo para comparação. Neste caso, a maioria dos salários mínimos vigentes nas cidades capitais do Nordeste deveria localizar-se entre 4.501 e 6.000; do mesmo modo, os salários do Este e Sul passariam à classe de 6.000 a 10.000<sup>1/</sup>. Tomando estes critérios que são evidentemente apenas aproximativos, poderíamos considerar como pertencentes às classes populares todos os indivíduos localizados nas categorias de renda correspondentes ao mínimo, nas categorias inferiores ao mínimo e naquelas imediatamente superiores. E a heterogeneidade da distribuição para os setores populares urbanos poderia então ser resumida do seguinte modo:

---

1/ Cf., Anuário Estatístico do Brasil, 1965.

NIVEIS DE RENDA MENSAL MEDIA (SEXO MASC.)

Primeiro critério

	Niveis inferiores ao minimo	Nivel minimo	Nivel superior ao minimo
	%	%	%
<u>Nordeste</u>			
<u>Secundário</u>	47.9	27.3	12.7
<u>Terciário</u>	38.8	17.9	16.6
<u>Este</u>			
<u>Secundário</u>	32.6	22.2	29.2
<u>Terciário</u>	25.7	16.2	28.4
<u>Sul</u>			
<u>Secundário</u>	13.5	29.3	35.5
<u>Terciário</u>	12.5	20.5	33.3

Segundo critério

	Niveis inferiores ao minimo	Nivel minimo	Nivel superior ao minimo
	%	%	%
<u>Nordeste</u>			
<u>Secundário</u>	75.2	12.7	6.9
<u>Terciário</u>	56.7	16.6	13.5
<u>Este</u>			
<u>Secundário</u>	54.8	29.2	11.6
<u>Terciário</u>	41.9	28.4	20.0
<u>Sul</u>			
<u>Secundário</u>	42.8	35.5	16.7
<u>Terciário</u>	32.7	33.3	25.1

/Por outro

Por outro lado, sabe-se que as diferenças de situação entre campo e cidade, consideradas como conjuntos relativamente homogêneos, tendem a ser maiores que as diferenças encontradas nestes setores urbanos. Já o primeiro destes dois quadros nos sugere uma ordem de magnitude para estas diferenças. Contudo, em face das ressalvas feitas sobre o problema que apresenta uma medida monetária conjunta da capacidade de consumo das massas rurais, consideremos somente alguns setores rurais que recebem salário.

RELAÇÃO ENTRE O SALÁRIO MÉDIO NA AGRICULTURA  
E O SALÁRIO MÍNIMO LEGAL<sup>a/</sup>

Estado	Trabalhador c/enxada			Cortador de cana			Arador comum		
	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)
Maranhão	84	76	61	71	77	62	15	112	89
Ceará	93	67	54	76	70	56	32	95	76
Pernambuco	74	64	48	53	73	54	30	89	66
Bahia	150	67	50	110	94	70	70	88	65
Minas Gerais	437	58	50	361	59	51	374	70	61
Rio de Janeiro	49	60	55	47	61	56	48	83	76
São Paulo	345	77	66	199	82	71	306	88	76
Paraná	132	106	90	55	109	93	118	145	123
Rio Grande do Sul	98	92	86	40	95	89	95	98	92

Fonte: Inquerito sobre salários rurais, IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1965.

a/ Considera-se o salário médio "a seco" para o ano de 1957. Os salários mínimos em referência tiveram vigência para os anos de 1956 a 1958.

- (1) Número de municípios informantes.
- (2) Relação entre salário médio e o menor salário mínimo vigente no estado (salário mínimo = 100).
- (3) Relação entre o salário médio e o maior salário mínimo vigente no estado (salário mínimo = 100).

/Ademais, há

Ademais, há motivos para crer que, além das diferenças entre região e setor de produção, será possível encontrar diferenças de condições de vida entre as classes populares segundo os estados no âmbito das regiões e segundo as cidades (principalmente capital e interior) nos limites dos estados. Deste modo, é muito provável que o crescimento do emprego urbano, e particularmente do emprego industrial, nos últimos decênios tenha resultado em ampliação das possibilidades de consumo por simples efeito da mobilidade que acompanha o crescimento do emprego urbano. Cabe insistir que neste sentido, observa-se ascensão social não apenas na passagem do campo à cidade mas também na transição da pequena cidade à grande cidade e na transferência de um setor urbano de produção a outro. O crescimento do emprego no setor industrial fabril, onde as classes populares disfrutam de uma condição relativamente vantajosa em termos de salário, terá jogado provavelmente um importante papel neste processo de mobilidade ascensional. A propósito, observe-se na tabela abaixo que a participação do setor manufatureiro fabril cresce, pelo menos até 1955, mais rapidamente que o emprego urbano. É de supor que algo semelhante terá ocorrido, embora nos faltem dados para comprová-lo, com o chamado "terciário funcional", ou seja os setores do terciário que, como os transportes e o comércio, tendem a acompanhar o desenvolvimento do setor industrial.

/TENDENCIAS DE

TENDENCIAS DE CRESCIMIENTO DO EMPREGO URBANO

Ano	Números absolutos (em milhares)				Percentagens		
	Total	Urbano	Manufatureiro	Fabril	Urbano/Total	Fabril/Urbano	Fabril/Manufat.
1925	10.310	3.330	1.204	380	32.3	11.4	31.6
1930	11.410	3.810	1.336	510	33.4	13.4	38.2
1935	12.630	4.220	1.482	650	33.4	15.4	43.8
1940	14.169	4.866	1.653	815	34.3	16.7	49.3
1945	15.430	5.630	1.895	950	36.5	16.9	50.1
1950	17.109	6.655	2.191	1.150	38.9	17.3	52.5
1955	19.600	8.560	2.495	1.350	46.8	15.8	54.1
1960	22.480	10.680	2.850	1.600	47.5	15.0	56.1

Fonte: CEPAL, El Proceso de Industrialización en América Latina.

/Por outro

Por outro lado, é possível também admitir que a própria classe operaria industrial -embora seja provavelmente mais homogênea que o conjunto das classes populares- apresente, contudo, uma heterogeneidade muito maior que fariam supor as hipóteses usuais. Observemos inicialmente que este setor não poderia permanecer imune às notáveis diferenças regionais já assinaladas. Além disso, os dados seguintes parecem sugerir que mesmo na indústria de um estado como o de São Paulo, onde poder-se-ia esperar uma maior homogeneidade de situação, haverá que observar diferenças relacionadas a ramos de produção, nível tecnológico e tamanho da empresa como fatores que interferem sobre a composição social da classe e a possibilidade de uma maior ou menor mobilidade interna em condições de crescimento da estrutura ocupacional<sup>1/</sup>.

---

<sup>1/</sup> Outro setor popular aparentemente homogêneo é o dos moradores das "favelas". Não obstante ainda aí, onde pareceria existir uma equalização a níveis de consumo bastante baixos, parece possível realizar distinções significativas. Registremos, a respeito, estas interessantes observações de Carlos Alberto de Medina, A Favela e o Demagogo, Livraria Martins Editora, São Paulo, 1964. "Embora a favela seja vista, pelos que nela não moram, como um conjunto uniforme, habitado por um tipo específico de pessoa, o favelado, na verdade não existe esta homogeneidade interna entre seus habitantes. Cada favela tem, realmente, características comuns, principalmente no que se refere ao seu aspecto material, o tipo de casa, a parte urbanística e sanitária, que em todas elas deixa a desejar. Mas na própria visão do conjunto o bom observador pode reparar diferenças. (...) Quem conhece uma favela por dentro, sabe que cada uma tem áreas denominadas com precisão, de modo a orientar os moradores e seus visitantes. Os nomes dessas áreas classificam, muitas vezes, os próprios moradores, quando não são uma forma de marcar distinções entre pessoas ou modos de vida. Assim é comum encontrar-se o local reservado para os "malandros", o local considerado melhor, o local onde moram os "nordestinos", o local onde moram as pessoas de menores recursos, os locais perigosos. Em algumas favelas encontra-se até a divisão em "zona norte e zona sul", esta indicando onde moram as pessoas de maiores posses, onde estão as melhores casas". Pgs. 68-69.



a. Diferenças de salario medio dos operarios segundo alguns ramos industriais

<u>Ramos industriais selecionados</u>	<u>Salario medio de operarios</u>		
	<u>1939</u>	<u>1949</u>	<u>1959</u>
Metalurgia	119	125	111
Mecanica	144	134	118
Material de transportes	186	153	121
Mineirais não-metálicos	99	89	86
Papel e cartolina	95	89	103
Textil	92	92	89
Produtos alimenticios	88	81	86

b. Diferenças de salario medio dos operarios segundo o emprego de força motriz nos estabelecimentos

<u>Tipo de estab. por força motriz</u>	<u>Salario medio de operarios</u>	
	<u>1949</u>	<u>1959</u>
10 a 99	91	90
100 e mais	103	103

c. Diferenças de salario medio dos operarios segundo o tamanho dos estabelecimentos

<u>Tipo de estab. por Nº de operarios</u>	<u>Salario medio de operarios</u>	
	<u>1949</u>	<u>1959</u>
de 1 a 19	77	79
de 20 a 99	101	100
de 100 a 499	105	103
de 500 e mais	107	109

Fonte: Censos Industriais

Observação: considera-se o salario medio dos operarios no total das indústrias de transformação como base, igual a 100, para fins de comparação.

3. Populismo, aliança de classes e dependencia

Uma primeira proposição de carater geral sobre o problema poderia ser a seguinte: nas condições vividas por uma sociedade de formação agrária e dependente na etapa de crise das estruturas agrarias e de desenvolvimento urbano e industrial, os setores das classes populares urbanas, formados por ascensão social mais do que por decadencia, tendem a reconhecer como legitimadas as regras do jogo vigentes no quadro social e politico do qual começam a participar. Tendem, ademais, nestas condições estruturais e históricas que são t mbem condições de crise das instituições politicas e das relações entre os grupos dominantes, a identificar-se com partidos e lideres de algum modo associados previamente ao status quo e que -embora saídos de classes "não-populares" (ou talvez por isto mesmo)- possam ser percebidos como identificados com os interesses populares de maior participação social e economica.

Esta hipotese, segundo nos parece, dá conta de alguns aspectos fundamentais do comportamento politico das classes populares urbanas durante o periodo populista. Seu carater de massas, ou seja de "mero conglomerado de individuos com relações sociais apenas periféricas entre si", está condicionado de modo direto pela heterogeneidade de sua composição que obscurece uma possível conciencia de seus interesses comuns como classe, e pelas possibilidades de mobilidade intraclasses que enaltecem o interesse individual de ascenso. Do mesmo modo, o reconhecimento da legitimidade da dominação dos lideres e partidos populistas <sup>está dado</sup> -e quase "por antecipação"- nas circunstancias concretas em que as classes populares urbanas se formam, num movimento multiforme de ascenso que conduz a identificar no status quo aqueles que se solidarizam e promovem

/as condições

as condições do ascenso. Ai encontraremos também uma das raízes do autoritarismo típico de todas as formas de relação líder-massa no populismo, seja de caráter carismático ou populista. Do mesmo modo, encontraremos nas circunstâncias em que se formam as classes populares um dos fundamentos da "falta de auto-representação" e "falta de consciência de classe", como também da "inexperiência de classe" e da "inexperiência política". Em uma palavra, explica-se deste modo não apenas que as massas populares tenham estado, pelas próprias circunstâncias de sua formação social, em "situação de disponibilidade para a participação política", mas especificamente para a "participação sob manipulação populista".

Não obstante, esta relação entre mobilidade social e comportamento político contém o germe de uma contradição que convém esclarecer. Em que sentido e dentro de que limites se pode falar de uma identificação entre os setores populares urbanos e o status quo? Em outras palavras: qual o caráter desta identidade entre setores das classes dominadas e um regime político que se encontra, de algum modo, sob controle das classes dominantes? Os termos da contradição estão postos: as circunstâncias em que se formam as classes populares e que as conduzem a esta identidade são as mesmas que ao invés de negar, reafirmam seu caráter geral de classes sociais dominadas nos quadros do desenvolvimento de um sistema econômico e social baseado na desigualdade e na oposição de interesses entre as classes. O que se afirma, portanto, é que, em circunstâncias históricas dadas, uma ordem baseada na desigualdade social pode ser aceitável inclusive por alguns setores das classes dominadas.

/Convenhamos, porém,

Convenhamos, porém, em que o esclarecimento dos termos em que se dá a contradição não é, nem pretende ser, a eliminação dela. Trata-se aqui não apenas de um fato teórico, mas de um fato real nas condições em que emergem as classes populares. Ademais deve ficar claro que nosso problema aqui não é o da legitimação da dominação populista sobre as massas, considerado em si mesmo. Se fosse possível considerar esta relação de dominação isolada das relações entre as classes sociais, ele não teria maior significação, nem para a teoria nem para a experiência histórica. Desde Weber, se sabe que toda forma de dominação implica no reconhecimento por parte dos dominados da legitimidade dos mandatos. Além disso, é sabido na história dos movimentos populares que, em geral, a liderança tem suas origens sociais nas classes "superiores".

Observemos também que, por outro lado, o populismo nada teria de peculiar se a aceitação do status quo por parte das classes populares significasse apenas o reconhecimento da hegemonia de uma ou de várias classes dominantes sobre o conjunto da sociedade. Como se sabe, o reconhecimento da hegemonia das classes dominantes -ou seja das instituições que ela patrocina, do mesmo modo que de sua cultura- está presente em todas as linhas "reformistas" do movimento popular. A peculiaridade do populismo vem de que ele surge como forma de dominação nas condições de "vazio político", em que nenhuma classe tem a hegemonia e exatamente porque nenhuma classe se afigura capaz de assumi-la. Convem lembrar que o populismo aparece quando se dá a crise da hegemonia oligarquica e das instituições liberais que obrigam a um amplo e instável compromisso entre os grupos dominantes, presidido pelo fortalecimento político do Executivo e do poder econômico e administrativo do Estado.

/Nestas condições

Nestas condições de crise de hegemonia, reserva-se ao líder ou ao partido populista a função de intermediário entre os grupos dominantes e as massas. Deste modo, o reconhecimento da legitimidade da dominação populista por parte das classes populares significa, de certo modo, uma mediação -uma forma substitutiva da hegemonia inexistente- para o reconhecimento do status quo dominante. Em uma palavra, na adesão das massas ao populismo tende necessariamente a obscurecer-se a divisão real da sociedade em classes com interesses sociais conflitivos e a estabelecer-se a idéia do povo (ou da Nação) entendido como uma comunidade de interesses solidários. Pareceria dar-se o caso de que o que é vedado às classes dominadas como tais -reconhecer a dominação das demais classes em situação de crise hegemônica- é permitido aos indivíduos que as compõem através do "subterfugio" do reconhecimento das lideranças populistas. Na estrutura interna deste aparente absurdo está a raiz da irracionalidade essencial ao populismo, da emocionalidade necessária da relação líder-massa. Como também a explicação da imprevisibilidade e da aparente "irresponsabilidade" do comportamento das lideranças populistas: expressão de uma situação contraditória, são por vezes obrigadas a formular objetivos que não poderão atingir do mesmo modo que, em certas circunstâncias, poderão atingir objetivos que nunca pensaram em formular.

Estas considerações nos conduzem agora a examinar o outro lado do nosso problema. Com efeito, ainda quando devamos admitir que a formação das classes populares urbanas passa, em geral, por um movimento de ascenso a maiores oportunidades de consumo, é pouco provável que pudéssemos considerá-las "massas satisfeitas", no mesmo sentido em que pareceriam encontrar-se as classes operárias de alguns países europeus e dos

/Estados Unidos.

Estados Unidos. Nestes países a expansão do consumo e das técnicas de manipulação pareceria ter conduzido a uma relativa perda de identidade dos operários como classe, uma diluição de suas tradições de solidariedade social e de consciência comum dos próprios interesses, forjados nos tempos duros das primeiras etapas do desenvolvimento capitalista. E com esta "massificação" das classes operárias alguns observam também uma crescente despolitização de seu comportamento. No Brasil, como em outros países latinoamericanos, se cabe alguma comparação com os "países avançados" será apenas para marcar as diferenças: aqui se observaria uma "massificação prematura", ou seja massificação em uma "sociedade de escassez", ao invés da "abundância", e de classes populares em formação ao invés de uma classe já plenamente constituída. Deste modo, se lá se pode falar de "aburguesamento" da classe operária, aqui haverá que reconhecer um processo, peculiar a um país dependente, de "proletarização" das classes populares urbanas, embora isto signifique para a maioria um ascenso social. Se lá as classes operárias parecem perder uma tradição própria e "despolitizar-se", aqui as classes populares ganham politização e se se perde algo é, no caso dos migrantes rurais, a tradição da submissão aos grandes proprietários de terra.

Com efeito, nas condições de um país dependente e de formação agrária como Brasil, a "satisfação" que se associa ao ascenso social de amplos setores populares urbanos tende a acompanhar-se da "insatisfação" característica das posições sociais conquistadas. Por um lado, a mobilidade social que responde à ampliação da estrutura ocupacional não tem muito a ver com uma flexibilidade maior da estrutura de classes. Em seu estudo já mencionado, Hutchinson observa: "... de todos os da geração de /filhos que

filhos que ascenderam, aproximadamente dois terços não o conseguiriam se não fosse os novos postos criados pela economia da cidade. Isto é o oposto do que acontece com aqueles que desceram; pouco menos de um décimo desses parecem ter sido obrigados a ocupar novas posições devido a contrações nas oportunidades da categoria de origem"<sup>1/</sup>. E conclui: "em resumo, ao contrário da crença generalizada e das expectativas iniciais deste estudo, São Paulo com todo o seu tumulto social não manifesta um grau de mobilidade social, ou de ruptura das barreiras de classe, maior do que é comum no mundo ocidental: na realidade é algo menor"<sup>2/</sup>.

MOBILIDADE SOCIAL EM SÃO PAULO SUPONDO NÃO EXISTIR A MODIFICAÇÃO DE ESTRUTURA COMPARADA COM A MOBILIDADE SOCIAL REAL

<u>Status do filho em relação ao país</u>	<u>Supondo não existir modificação de estrutura</u>	<u>Distribuição real</u>
Mais alto	15,3	40,5
Igual	69,4	42,5
Mais baixo	15,3	17,0
	<u>1.099</u>	<u>1.099</u>

Fonte: Hutchinson, pg. 225.

Por outro lado, se bem é verdade que a formação das classes populares vai acompanhada de uma ampliação das possibilidades de consumo como resultado do desenvolvimento da economia urbana, também é certo que estas classes se encontram em situação desvantajosa quando nos referimos ao

1/ Hutchinson, Mobilidade e Trabalho, op. cit., pg. 223.

2/ Hutchinson, Mobilidade e Trabalho, op. cit., pg. 226.

/problema da

problema da "distribuição dos frutos do progresso tecnologico". Além de que o crescimento do capital industrial se faz com uma participação relativamente decrescente do fator trabalho, o crescimento dos salarios encontra-se sempre abaixo dos aumentos de produtividade<sup>1/</sup>. E no caso do Brasil, durante muitos anos, os aumentos salariais estiveram em realidade abaixo dos acrescimos do custo de vida, o que indica uma tendencia geral à baixa de salario real (vide anexos 1, 2 e 3).

Nestas condições, seria incorreto supor que a adesão das classes populares aos lideres populistas signifique apenas identificação com o regime, subordinação à manipulação exercida por outras classes. A adesão popular leva tambem os sinais da insatisfação social criada pelas condições em que se processa o desenvolvimento e que reserva às classes populares os sacrificios maiores. Nossa primeira proposição necessita, portanto, ser aqui reformulada. As classes populares em ascensão, <sup>quanto</sup> a participação economica e politica encontram-se de fato duplamente determinadas. A conquista individual de uma nova posição dentro da gama de possibilidades que oferece a composição heterogenea destas classes não significa, apesar de todas as possiveis ilusões, a passagem para uma classe "superior" e, pelo contrário, traz consigo todos os problemas que afetam a nova posição conquistada e, em última instancia, ao conjunto das classes populares. Numa palavra, a vitoria individual tras em germe uma

---

1/ Cf. Anibal Pinto, "Concentración del Progreso Técnico y de sus Frutos en el Desarrollo Latinoamericano", El Trimestre Económico, Nº 125, enero-marzo de 1965; ver tambem Antonio Garcia, "La Estructura social y el Desarrollo latinoamericano. Réplica a la Teoria del Nuevo Contrato Social de W.W.Rostow", El Trimestre Económico, Nº 129, enero-marzo de 1966, especialmente pgs. 10-14.

/frustração social.



frustração social. Esta experiência contraditória da formação social destas classes se expressa também ao nível político: a conquista da cidadania, ou seja a conquista da igualdade de direito, não elimina a desigualdade de fato; antes pelo contrario, dá a possibilidade de que se manifeste a insatisfação em face da desigualdade.

Esta dupla determinação da situação social e política das massas é uma das raízes para a explicação da ambiguidade permanente de seu comportamento no período do populismo: as classes populares em ascenso servem à letimação do regime na medida em que pressionam através dos políticos populistas, pela sua incorporação política e econômica ao sistema; mas neste mesmo processo de incorporação elas trazem para o cenário político suas insatisfações presentes e tendem a converter-se em permanente ameaça de superação do status quo.

Deste modo, toda política populista paga um preço pela adesão popular, qualquer que seja a amplitude de sua capacidade de manipulação. Ela deve assumir no plano político responsabilidades com a democratização do Estado e no plano econômico um compromisso com a expansão das possibilidades de consumo, o que impõe no mínimo uma política de crescimento do emprego. Em outras palavras, ela deve ser capaz pelo menos de garantir a preservação e a intensificação do ritmo do desenvolvimento econômico e social que anteriormente propiciaram o surgimento das classes populares e que agora mantêm a vigência das alianças populistas.

Haverá que convir que nas condições estruturais típicas de um país dependente esta não é uma tarefa simples. Exatamente porque a pressão popular se dirige sobre a ampliação do consumo e da participação política, ela impõe ao capitalismo dependente um sério desafio: compatibilizar

/desenvolvimento econômico

desenvolvimento econômico e desenvolvimento democrático. E isto significa em última instância romper radicalmente com toda a passada formação das sociedades dependentes. Os movimentos populistas, nascidos da crise desta formação e portanto desde o nascimento comprometidos com ela, tiveram o mérito de propor a tarefa mas se revelaram incapazes de realizá-la.

Anexo 1

SÃO PAULO E GUANABARA: INDICES DA EVOLUÇÃO REAL  
DO SALARIO MINIMO - 1940-1964

<u>Ano</u>	<u>São Paulo</u>		<u>Guanabara</u>	
	(1)	(2)	(1)	(2)
1940	100		100	
1943	93		96	
1944	86		81	
1952				
1954	105	100	97	100
1956	114	106	102	105
1959	100	89	89	91
1961		77		85
1962		72		80
1963		68		73
1964		84		81

Fonte: Anuario Estadístico do Brasil, 1965.

(1) Fonte do deflator: Desenvolvimento e Conjuntura,  
Julio, 1961

(2) Fonte do deflator: Desenvolvimento e Conjuntura,  
Febrero, 1965.

Anexo 2

GUANABARA: RELAÇÃO ENTRE OS SALÁRIOS DE DIFERENTES CATEGORIAS  
E O SALÁRIO MÍNIMO LEGAL - (1940-1959)

Ano <sup>a/</sup>	Operario común	Operario qualificado	Ferro- viario	Func. "E"	Func. "O"
1940	100	-	148	-	-
1943	-	139	126	250	1 333
1944	108	134	-	-	-
1952	100	121	-	227	750
1954	100	115	104	-	-
1956	100	114	169	171	447
1959	100	115	145	141	368

Fonte: Desenvolvimento e conjuntura, julio 1961; Anuario Estatístico do Brasil, 1965.

a/ Tomou-se o salário mínimo legal como base para cada um dos anos considerados. Só se consideram os anos em que o salário mínimo entra em vigência legal.

Anexo 3

GUANABARA: INDICES DA EVOLUÇÃO DOS SALÁRIOS REAIS DE  
DIFERENTES CATEGORIAS PROFISSIONAIS (1940-1960)

Ano	Operario comum	Operario qualificado	Ferro- viário	Func. "E"	Func. "O"
1940	100		100		
1942		100			
1943		104	82	100	100
1944	87	85			
1945		79	78	89	80
1946		92			
1948		79		78	72
1951			67		
1952					
1953		68		71	38
1954	97	87	68		
1955		87		62	28
1956	102	91	117	73	36
1957		90			
1959	89	80	87	52	25
1960		92	88	46	31

Fonte: Desenvolvimento e conjuntura, julho, 1961, pg. 69, quadro I; e  
pg. 78, quadro II.

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Rubens do  
- Artigo em "O Estado de São Paulo", 8, dezembro, 1945.
- "Anhembi" (revista)  
- Cf. Nº 1, Vol. I, dezembro de 1950.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)  
- Anuário Estatístico do Brasil, 1939-1940.  
- Anuário Estatístico do Brasil, 1965.  
- Censo Demográfico do Brasil, 1940.  
- Censo Demográfico do Brasil, 1950.  
- Censo Demográfico do Brasil, 1960, (resultados preliminares).  
- Censo Industrial do Est. São Paulo, 1940.  
- Censo Industrial do Est. São Paulo, 1950.  
- Censo Industrial do Est. São Paulo, 1960, (resultados preliminares).  
- Migração Interna, 1959.  
- Inquerito sobre salários rurais, 1957.
- APTER, David E.  
- The Politics of Modernization, The University of Chicago Press, Chicago, 1965.
- ARON, Raymond  
- La Lute des Classes, Ed. Gallimard, Paris, 1964.
- BARRETO, Plinio  
- Artigo em "O Estado de São Paulo", 26-1-1947.
- BEIGUELMAN, Paula  
- "O Processo Político-Partidário Brasileiro de 1945 ao Plebiscito", em Pequenos Estudos de Ciência Política, Ed. Centro Universitário, São Paulo, 1967.  
- Teoria e Ação no Pensamento Abolicionista, mimeo, São Paulo, 1961.
- BELLO, José Maria  
- História da República, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1964.
- BLINDIX, Reinhard  
- Nation-Building and Citizenship, John Willey & Sons, N.Y., 1964.
- BRANDÃO LOPES, Juarez Rubens  
- Desenvolvimento e Mudança Social, mimeo, São Paulo, 1966.
- "Cadernos do Nosso Tempo" (revista)  
- Cf. Nº 2, 1954.

/CARDOSO, Fernando

- CARDOSO, Fernando Henrique  
- Empresario Industrial e Desenvolvimento Economico, Difusao Europeia do Livro, São Paulo, 1964.
- CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo  
- Dependencia y Desarrollo en América Latina (Ensayo de Interpretación Sociológica); ILPES, Santiago, 1967.
- CARONE, Edgard  
- Revoluções do Brasil Contemporaneo, Sao Paulo Ed., São Paulo, 1965.
- CARVALHO, Orlando M. de  
- "Os Partidos Nacionais e as eleições parlamentares de 1958", Revista Brasileira de Estudos Politicos, Nº 8, abril de 1960.
- CEPAL  
- El Desarrollo Social de América Latina en la Post Guerra, mimeo, Santiago, 1964.  
- El Proceso de Industrialización en América Latina, mimeo, Santiago, 1967.
- COUTO, Francisco Pedro do  
- O Voto e o Povo, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1967.
- CORNBLIT e outros  
- "La generación del 80 y su proyecto: antecedentes y consecuencias", Desarrollo Económico, Vol. I, Nº 4, 1962.
- CRUZ, Levy  
- As Migrações para o Recife - Caracterização Social, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Recife, 1961.
- DEUTSCH, Karl  
- "Social Mobilization and Political Development", The American Political Science Review, September, 1961, Nº 3.
- "Desenvolvimento & Conjuntura" (revista)  
- Cf. Nº de julho, 1961 e fevereiro, 1965.
- DIAS, Everardo  
- Historia das Lutas Sociais no Brasil, Ed., Edaglit, Sao Paulo, 1962.
- DI TELLA, Torcuato  
- "Populismo y Reforma en América Latina", Desarrollo Económico, abril-junio, 1965, Vol. 4, Nº 16.  
- El Sistema Politico Argentino y la Clase Obrera, EUDEBA, Buenos Aires, 1964.
- DUARTE, Nestor  
- A Ordem Privada e a Organização Política Nacional, Companhia Editora Nacional, Sao Paulo, 1966, 2a. edição.

/DUCOFF, Louis

- DUCOFF, Louis J.  
- "The role of migration in the demographic development of Latin America", The Milbank Memorial Fund Quarterly, Volume XLIII, Nº 4, October, 1965.
- DURAND, John D. e PELAEZ, Cesar A.  
- "Patterns of Urbanization in Latin America", The Milbank Memorial Fund Quarterly, Volume XLIII, Nº 4, October, 1965.
- FALETTO, Enzo  
- (v. Cardoso).
- FARIA, Vilmar  
- Os determinantes estruturais da ação política: alguns dados brasileiros, mimeo, Santiago, 1968.
- FURTADO, Celso  
- Dialetica do Desenvolvimento, Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1964.  
- "Obstáculos políticos ao desenvolvimento econômico do Brasil", Ed., mimeografada, Santiago, 1964.
- GALLO, Ezequiel e SIGAL, Silvia  
- "La formación de los partidos políticos contemporáneos, La UCR., 1890-1916", Desarrollo Económico, Vol. 3, 1963.
- GALTUNG, Johan  
- Teoría y Métodos de la Investigación Social, EUDEBA, Buenos Aires, 1966.
- GARCÍA, Antonio  
- "La Estructura Social y el Desarrollo Latinoamericano. Réplica a la Teoría del Nuevo Contrato Social de W.W. Rostow", El Trimestre Económico, enero-marzo, 1966.
- GERMANI, Gino  
- Política e Massa, Edições da Revista Brasileira de Estudos Políticos, Minas Gerais, 1960.  
- Política y Sociedad en una Epoca de Transición, Ed. Paidós, Buenos Aires, 1965.  
- Estructura Social de la Argentina, Ed. Raigal, Buenos Aires, 1955.  
- "Estrategia para estimular la movilidad social", in J. Kahl (Ed.), La Industrialización en América Latina, Fondo de Cultura Económica, México, 1965.
- GRACIARENA, Jorge  
- Poder y Clases Sociales en el Desarrollo de América Latina, Ed., Paidós, Buenos Aires, 1967.



GUERREIRO RAMOS

- A Crise do Poder no Brasil

HALPERIN DONGHI, Tulio

- Argentina en el Callejón, ARCA/Montevideo, 1964.

HUTCHINSON, Bertram

- Mobilidade e Trabalho, CBPE, Rio de Janeiro, 1960.
- "The migrant population of Urban Brazil", America Latina, Ano 6, Nº 2, abril-junho de 1963.

IANNI, Otavio

- Estado e Capitalismo, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965.

JAGUARIBE, Helio

- Desarrollo Económico y Desarrollo Político, EUDEBA, Buenos Aires, 1964.

KAPLAN, Marcos

- La Crisis del Radicalismo, Ed. Praxis, Buenos Aires, 1958.

KORNHAUSER, William

- The Politics of the Mass Society, Routledge and Kegan Paul, Londres, 1960.

LACERDA DE MELLO, Mario

- As migrações para o Recife - Estudo Geográfico, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Recife, 1961.

LINHARES, Maria Yeda

- "Vargas: a Tomada do Poder", Tempo Brasileiro, Ano VI, Nº 8, 1966.

LIPSET e BENDIX, R.

- Social Mobility in Industrial Society, Berkeley, 1963.

MANNHEIM, Karl

- Man and Society in an Age of Crisis, Routledge & Kegan Paul, Londres, 1940.
- Libertad, Poder y Planificación Democrática, Fondo de Cultura Económica, México, 2a. Edición, 1960.

MARSHALL, T. H.

- Class, Citizenship and Social Development, Ed. Doubleday, N.Y., 1965.

MARTINS RODRIGUES, Leoncio

- Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1966.

/MEDINA, Carlos

- MEDINA, Carlos Alberto de  
- A Favela e o Demagogo, Livraria Martins Editora, Sao Paulo, 1964.
- MEDINA ECHAVARRIA, José  
- Consideraciones Sociológicas sobre el Desarrollo Económico, Ed., Solar-Hachette, Buenos Aires, 1964.  
- "Las relaciones entre las instituciones sociales y económicas", em Filosofía, Educación y Desarrollo, Siglo Veintiuno Editores, México, 1967.
- MIGLIOLI, Jorge  
- Como são feitas as greves no Brasil?, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1963.
- MORAIS FILHO, Evaristo de  
- O sindicato único no Brasil, Ed. "A Noite", Rio de Janeiro, 1962.
- NOGUEIRA FILHO, Paulo,  
- Ideais e Lutas de um Burguês Progressista, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1965, 2a. edição.
- NUN, José  
- "América Latina: la crisis hegemónica y el golpe militar", Desarrollo Económico, Buenos Aires, 1966.
- NUNES LEAL, Victor  
- O Município e o Regime Representativo no Brasil - Contribuição ao Estudo do "Coronelismo", Rio de Janeiro, 1948.
- ORTEGA Y GASSET, José  
- La Rebelión de las Masas, Revista Occidente, Madrid, 1964, 38a. edición.
- OLIVEIRA VIANNA  
- Instituições Políticas Brasileiras, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro.
- PARIAS, Louis-Henri (ed.)  
- Historia General del Trabajo, Ed. Grijalbo, Mexico, 1965.
- PEDROSA, Mario,  
- A Opção Brasileira, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966.
- PELAEZ, Cesar A. e DURAND, John D.  
- "Patterns of Urbanization in Latin America", The Milbank Memorial Fund Quarterly, Volume XLIII, Nº 4, October, 1965.

/PINTO, Anibal

- PINTO, Aníbal
- Aspectos Políticos del Desarrollo Latinoamericano, Ed., mimeo-grafada, Santiago, 1964.
  - "Concentración del Progreso Técnico y de sus Frutos en el Desarrollo Latinoamericano", El Trimestre Económico, N° 125, enero-marzo, 1965.
- QUIJANO, Aníbal
- Dependencia, Cambio Social y Urbanización en Latinoamérica, CEPAL, Santiago, 1967.
  - La Urbanización de la Sociedad en Latinoamérica, CEPAL, Santiago, 1967.
- RODRIGUES, José Honorio
- Conciliação e Reforma no Brasil, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965.
- SANTA ROSA, Virginio
- Que foi o Tenentismo?, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1963, 2a. edição.
- SIMÃO, Azis
- Sindicato e Estado, Dominus Editora, Sao Paulo, 1966.
- SILVA, Helio
- 1931 - Os Tenentes no Poder, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966.
- SOARES, Glaucio Ary Dillon
- "A nova industrialização e o sistema político brasileiro", Dados, N° 2/3, 1967.
  - "Desarrollo Económico y Radicalismo Político", en Joseph A. Kahl (Ed.), La Industrialización en América Latina, Fondo de Cultura Económica, México, 1965.
- STAVENHAGEN, Rodolfo
- "Siete tesis equivocadas sobre América Latina", Politica Externa Independente, Rio de Janeiro, N° 1, 1965.
- SUNKEL, Osvaldo
- Cambio y Frustración en Chile, mimeo, Santiago, 1964.
- T.S.E. (Tribunal Superior Eleitoral)
- Dados Estatísticos, 5 volumes.
- TOURAINÉ, Alain
- "Industrialization et conscience ouvrière à São Paulo", Sociologie du Travail, abril, 1961.

- UNZER DE ALMEIDA, Vicente e MENDES SOBRINHO, Octavio  
- Migração Rural-Urbana, Secretaria da Agricultura, São Paulo, 1951.
- VARGAS, Getulio  
- A nova política do Brasil, Vol. 1, Livraria José Olympio, Rio de Janeiro, 1938.  
- As Diretrizes da Nova Política do Brasil, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1942.
- VEIGA, Glaucio e outros  
- "Geografia Eleitoral de Pernambuco", Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1960.
- VIEIRA DA CUNHA, Mario Wagner  
- O Sistema Administrativo Brasileiro, CBPE, Ministério Educação, Rio de Janeiro, 1963.
- WERNECK SODRE, Nelson  
- Historia Militar do Brasil, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965.  
- Historia da Burguesia Brasileira, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1964.